
REIVAN MARINHO DE SOUZA CARNEIRO

METODOLOGIA NO SERVIÇO SOCIAL: UMA QUESTÃO EM DEBATE

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social junto à Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Profª. Dra. Ana Cristina de Souza Vieira

1998

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

C289m

Carneiro, Reivan Marinho de Souza.

Metodologia no Serviço Social : uma questão em debate /
Reivan Marinho de Souza Carneiro. - Maceió, 1998.
158p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
1998.

Bibliografia : p. 155-158

1. Serviço social - Brasil - Metodologia - 1980-1989. I. Título

CDU: 364.04(081)"1980/1989"

METODOLOGIA NO SERVIÇO SOCIAL : UMA QUESTÃO EM DEBATE

REIVAN MARINHO DE SOUZA CARNEIRO

BANCA EXAMINADORA

RECIFE - 1998

À Lula, Luíza e Júlia

AGRADECIMENTOS

Na trajetória do mestrado e no processo de construção deste trabalho me vali da contribuição e carinho de pessoas amigas. De início, quero prestar agradecimentos à meus pais José Rebêlo e Marinete que, sempre, me incentivaram e acreditaram na possibilidade de realização deste trabalho.

Agradeço à Lula pela compreensão e respeito à meu projeto profissional, agradeço também às minhas filhas Luiza e Júlia pelo desafio de ser mais e, a amizade de meus pais e avó do coração Célia, José Augusto e Élia. Lembro, ainda, minha irmã Rozane pelo estímulo e admiração.

Agradeço com carinho aos meus amigos Tânia e Radjalma, Guga, Virgínia, Cristina Paniago, Rosa e Mariluce que sempre estiveram me apoiando durante todo o processo. Dentre esses amigos, quero destacar Virgínia que me presenteou com críticas pertinentes e sugestões ao trabalho na fase final de elaboração.

Também quero dedicar agradecimentos aos professores e colegas do mestrado pelo convívio intelectual e amizade constituída. Em particular, agradeço ao professor Sérgio Lessa que vem nos estimulando com suas observações críticas aos textos produzidos durante o mestrado. Por fim, meus sinceros agradecimentos ao prof. Roberto Sarmento pela cuidadosa revisão do texto que ora apresentamos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS SOBRE A INCURSÃO METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	15
1 - Pressupostos metodológicos do serviço social tradicional	18
2 - Abordagens metodológicas profissionais na renovação do Serviço Social no Brasil	31
3 - Tendências e polêmicas metodológicas instauradas com a revisão da formação profissional de 1982	47
II - REFLEXÃO SOBRE AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS DO DEBATE DA METODOLOGIA NO SERVIÇO SOCIAL NA DÉCADA DE 80	65
1 - A interlocução do Serviço Social com as matrizes do conhecimento: implicações metodológicas	67
1.1 - Sobre a relação teoria-prática	69
1.2 - Sobre a metodologia	83
2 - A busca da unidade teoria-prática no processo metodológico avanços e recuos	95
2.1 - O estatuto profissional e a problemática do conhecimento	96
2.2 - Avanços e limites da crítica à concepção de metodologia	104
3 - Sistematização da prática e reflexão teórica: dois momentos distintos e necessários ao processo metodológico	120
3.1 - Bases para a distinção entre sistematização e elaboração teórica	121
3.2 - Relação entre sistematização e reflexão teórica no processo metodológico: uma apropriação pelo Serviço Social	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156

RESUMO

Esta dissertação trata da análise dos substratos metodológicos – relação objetividade/subjetividade – que constituem o debate da metodologia no Serviço Social, na década de 80, no movimento de continuidade da “renovação profissional” no Brasil.

Defendemos o argumento de que, apesar de o Serviço Social pretender romper com as concepções metodológicas tradicionais, convive no debate da metodologia com perspectivas teóricas herdeiras da “tradição marxista”, que, de forma complexa, recuperam os pressupostos da racionalidade formal-abstrata ou avança na análise metodológica a partir de uma racionalidade crítico-dialética.

Para capturar a concepção de metodologia – relação objetividade/subjetividade – que compõe aquele debate e responder em que medida as diferentes perspectivas de interpretação da teoria marxiana reforçaram ou superaram a concepção tradicional de metodologia no Serviço Social, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica a partir da análise imanente de textos de autores da profissão, que foram publicados no Caderno ABESS n.3 - *A metodologia no Serviço Social*, em 1989. Dentre os textos, destacam-se “Metodologia: uma questão em questão”, de Nobuco Kameyama; “Notas para sistematização da prática e teoria em Serviço Social”, de José P. Netto; e o texto “A questão da metodologia no Serviço Social: indicações para o debate”, de Marilda V. Iamamoto.

A partir da análise desses textos, evidenciamos uma dualidade na apreensão da concepção de metodologia: uma posição que define metodologia como processo de reprodução intelectual da realidade, em que a razão procura resgatar a objetividade do ser em sua totalidade complexa, tendo como referência o próprio ser, e uma segunda posição em que a elaboração teórica se estrutura enquanto um modelo que recupera o ser em sua forma imediata, empírica. Com isso, o debate demonstra avanços em termos da crítica à herança metodológica tradicional e recupera aspectos dessa metodologia, não superando a dicotomia entre objetividade e subjetividade no processo de apreensão da realidade e do Serviço Social.

RÉSUMÉ

Cette dissertation aborde l'analyse des substrats méthodologiques – rapport objectivité/subjectivité – qui constituent le débat de la méthodologie dans le Service Social, au cours des années 80, dans le mouvement de continuité de la “rénovation professionnelle” au Brésil.

Nous défendons l'argument selon lequel le Service Social, malgré sa prétention à rompre avec les conceptions méthodologiques traditionnelles, est confronté, dans le débat de la méthodologie, avec les perspectives théoriques héritières de la “tradition marxiste”, lesquelles, de manière complexe, récupèrent les à priori de la rationalité formelle abstraite ou font des progrès dans l'analyse méthodologique à partir d'une rationalité critique-dialectique.

Pour saisir la conception de méthodologie – rapport objectivité/subjectivité qui compose ce débat, et pour répondre dans quelle mesure les différentes perspectives d'interprétation de la théorie marxienne ont renforcé ou dépassé la conception traditionnelle de méthodologie dans le Service Social, nous avons développé une recherche bibliographique à partir de l'analyse immanente de textes d'auteurs de la profession, publiés dans le Cahier ABESS n. 3 – *La Méthodologie dans le Service Social*, 1989. Parmi ces textes, nous ont paru remarquables “Méthodologie: une question en question”, de Nobuco Kameyama; “Notes pour une systématisation de la pratique et de la théorie du Service Social”, de José P. Netto; et “La question de la méthodologie dans le Service Social: indications pour le débat”, de Marilda Iamamoto.

A partir de l'analyse de ces textes, nous avons mis en évidence une dualité en évidence une dualité dans l'appréhension de la conception de méthodologie. Une position qui définit la méthodologie comme étant un processus de reproduction intellectuelle de la réalité, dans laquelle la raison s'efforce de restituer l'objectivité de l'être dans sa totalité complexe, ayant l'être lui-même comme référence; et une deuxième position où l'élaboration théorique se structure en tant que modèle qui récupère l'être dans sa forme immédiate, empirique. Ainsi, le débat fait montre des progrès en termes de critique à l'héritage méthodologie traditionnel et récupère quelques aspects de cette méthodologie, sans dépasser la dichotomie entre objectivité et subjectivité dans les processus d'appréhension de la réalité et du Service Social.

INTRODUÇÃO

O princípio orientador deste trabalho é a história social como campo germinador das demandas e das possibilidades do conhecimento e da prática social. É, também, a história social que substantia a formulação da crítica teórico-prática das atividades profissionais. Nesse sentido, entendemos que o elemento articulador da análise do Serviço Social está dado pela história da sociedade contemporânea. A esse elemento congrega-se a história cultural, que é constituída pelas grandes matrizes do pensamento social contemporâneo e suas manifestações no campo das Ciências Sociais e da teoria social marxiana.

Orientada por esse pressuposto, apreendemos que, em sendo o Serviço Social uma profissão – especialização do trabalho coletivo – com funções definidas na divisão socio-técnica do trabalho, não se institui na sociedade com a finalidade precípua de produzir conhecimentos tais como as Ciências Sociais; vem, historicamente, fundamentando sua prática e as sistematizações que dela decorrem a partir da assimilação do acervo intelectual da história cultural no momento em que inscreve sua prática. Isto posto, vale salientar que a profissão emerge na sociedade enquanto parte da estratégia das classes dominantes e do Estado para responder às seqüelas da “questão social”, expressas nas condições de reprodução das *classes que vivem do trabalho*.

Assim, o Serviço Social, ao buscar sua explicação nas determinações históricas de uma dada sociedade, reflete uma maneira particular de a subjetividade conhecer o ser, ou seja, reflete uma concepção de metodologia que procura apreender a realidade em suas conexões essenciais. Metodologia, nessa perspectiva, corresponde à relação necessária entre objetividade e subjetividade no processo de investigação dos fenômenos que constituem a realidade, sejam

eles fenômenos naturais ou sociais; constitui o momento de aproximação da subjetividade com a dinâmica da realidade, nas suas mais diversas dimensões, sejam elas singulares ou universais. O modo de captar o ser, segundo essa posição ontológica, não está dado *a priori*, constitui um movimento contínuo de aproximação da subjetividade com a totalidade complexa.

É a partir dessa perspectiva ontológica – recuperação do movimento da realidade concreta no pensamento – que vamos procurar desvendar o debate da metodologia do Serviço Social na década de 80. Contudo, convém salientar que a explicação de um dado fenômeno ou objeto que constitui a realidade não reflete uma escolha arbitrária do sujeito, não é objeto de eleição individual; o método ou metodologia é antes de tudo uma relação necessária que impõe ao sujeito a captura do objeto. A apreensão do objeto, nesse sentido, não está dada nem é absoluta, é construída historicamente na dinâmica da realidade.

O debate sobre a metodologia é fundamental para a profissão de Serviço Social, haja vista que desde as suas origens a questão metodológica constitui o cerne da problemática profissional, revelada na célebre discussão sobre a dicotomia teoria/prática (fundamentos teóricos/procedimentos técnicos) e na complexa relação objetividade/ subjetividade, que se traduz na substituição simplificada do estudo do real pela concepção moral, da ciência pelo discurso ético, da objetividade pela subjetividade. Esse reducionismo no tratamento teórico da questão da metodologia revelava a emergência de um posicionamento subjetivo, do predomínio de uma racionalidade formal-abstrata. A perspectiva da objetividade social é negada, nas origens da profissão, à medida que a profissão se afasta da possibilidade de explicar as determinações objetivas que inscrevem a prática profissional e se aproxima de interpretações valorativas, ideológicas.

Foi a partir do movimento de renovação do Serviço Social no Brasil, tributário das transformações societárias na década de 60, que foi desencadeada a crítica aos referenciais teórico-metodológicos que fundamentaram a produção de conhecimentos e a intervenção profissional na sociedade. É nesse solo fértil e plural da renovação que são geradas as discussões em torno das perspectivas metodológicas que norteiam o Serviço Social.

Mas é principalmente no processo de redefinição da formação profissional na década de 80 (projeto de revisão curricular) que é reconhecida “a insuficiente apreensão do método crítico-dialético” pelos profissionais. Esse fator condicionou a realização de uma pesquisa sobre o ensino da metodologia, na universidade brasileira, pela ABESS- Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social no Brasil, para superar os dualismos profissionais que foram constituídos historicamente pela profissão, como teoria *versus* metodologia, Serviço Social reconceituado *versus* Serviço Social tradicional, metodologia do conhecimento *versus* metodologia da ação, e apontar uma nova concepção de metodologia “enquanto [possibilidade] de conhecimento da realidade”, a qual rompesse com a metodologia tradicional que reduzia metodologia aos procedimentos técnico-operativos.

Os resultados da pesquisa da ABESS geraram o debate teórico sobre a temática da metodologia. Esse debate, na década de 80, vem-se constituindo um elemento fundamental para explicar a processualidade da profissão na sociedade contemporânea, haja vista as questões teóricas que suscita, como relação teoria/prática, concepção de metodologia, sistematização da prática e reflexão teórica, além das possibilidades de aprofundar a crítica em torno dos substratos teóricos do Serviço Social de enfoque tradicional.

A discussão da metodologia, naquele momento, se constituiu a partir da polemização de posições metodológicas por grupos profissionais afetos à tradição marxista, os quais

centralizaram a discussão sobre a existência ou não de uma teoria e metodologia próprias ao Serviço Social. Esse debate é materializado nos textos publicados por autores da profissão no Caderno ABESS n.3, o qual constitui o universo de análise de nossa investigação.

Nesse universo empírico, delimitamos os textos de autores da profissão publicados no Cadernos ABESS n.3 – *A metodologia no Serviço Social*, em 1989: “Metodologia: uma questão em questão”, de Nobuco Kameyama; “Notas para sistematização da prática e teoria em Serviço Social”, de José P. Netto e “A questão da metodologia no Serviço Social: indicações para o debate”, de Marilda V. Iamamoto. Seleccionamos os textos desses autores, que, embora tenham tomado como referência o mesmo pressuposto da não-existência de uma teoria e metodologia próprias ao Serviço Social, não analisam a questão da metodologia segundo os mesmos parâmetros teóricos. Supomos que esses autores desenvolvem, de forma complexa, seus argumentos para explicar a concepção de metodologia.

Enquanto objeto de investigação de nosso estudo, elegemos os substratos metodológicos – relação objetividade/subjetividade – que constituem esse debate da metodologia no movimento de intenção de ruptura com a herança tradicional na renovação. Acreditamos que, apesar de o Serviço Social pretender romper com as concepções metodológicas tradicionais, convive no debate da metodologia com perspectivas da “tradição marxista”, que, complexamente, recuperam os substratos metodológicos da racionalidade formal-abstrata e os pressupostos metodológicos da racionalidade crítico-dialética. Com isso, procuramos entender em que medida as diferentes perspectivas de interpretação da teoria marxiana, expressas no debate, recuperam os pressupostos da racionalidade formal-abstrata ou avançam na análise metodológica a partir de uma racionalidade crítico-dialética.

Para demonstrar a análise que realizamos dos textos do debate, material desse estudo, esta dissertação está dividida em duas partes. A primeira parte trata dos antecedentes históricos do debate da metodologia no Serviço Social no Brasil; aqui recuperamos os pressupostos teóricos do Serviço Social de enfoque tradicional, expressos nas diferenças e similaridades das posições metodológicas presentes nas origens e institucionalização da profissão, quando então ressaltamos as duas matrizes do pensamento social e os pressupostos ético-abstratos do tomismo e os pressupostos do estrutural-funcionalismo; resgatamos, ainda, as abordagens metodológicas profissionais no movimento de renovação, as quais apontam para a crítica às posições metodológicas tradicionais a partir do resgate dos pressupostos marxianos. Traçamos, nessa primeira parte, também, as tendências e polêmicas instauradas com a revisão da Formação Profissional na década 80, destacando as questões centrais apontadas no processo de revisão curricular e pela pesquisa da ABESS sobre o ensino da metodologia.

Na segunda parte desta dissertação, analisamos as concepções teóricas do debate da metodologia no Serviço Social na década de 80, a partir da recuperação das posições metodológicas apresentadas pelos autores, e as questões teóricas que derivam dos posicionamentos metodológicos, a saber, concepções de metodologia, concepções de relação teoria/prática, diferença entre metodologia do conhecimento e metodologia da ação, procurando responder em que medida as posições metodológicas, expressas nos textos, apontam para a recuperação dos substratos teóricos da racionalidade formal-abstrata ou avançam na crítica ao Serviço Social tradicional a partir da análise da racionalidade crítico-dialética. Nessa segunda parte, problematizamos, no primeiro capítulo: a interlocução do Serviço Social com as matrizes do conhecimento, tratando em particular sobre a dicotomia

teoria/prática e concepção de metodologia. Discutimos no segundo capítulo, a busca da unidade teoria-prática no processo metodológico, recuperando o estatuto profissional e a problemática do conhecimento e os avanços e limites à concepção de metodologia do Serviço Social. E, por fim, refletimos, no terceiro capítulo, sobre a sistematização da prática e sobre a questão teórica enquanto dois momentos distintos e necessários no processo de conhecimento, tratando a diferença entre sistematização e elaboração teórica e a relação entre sistematização da prática e reflexão teórica no Serviço Social.

No desenvolvimento desta dissertação, recuperamos aspectos importantes da crise da racionalidade contemporânea para demonstrar que o debate profissional sobre a metodologia reflete o movimento teórico-cultural da sociedade; abordamos posições metodológicas de autores das Ciências Sociais que expressam os substratos das duas matrizes metodológicas: a racionalidade formal-abstrata e a racionalidade crítico-dialética. E, finalmente, analisamos as diferenças entre as proposições metodológicas expressas nos textos dos autores do debate da metodologia, procurando responder ao argumento central desta dissertação.

I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS SOBRE A INCURSÃO METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A reflexão sobre a temática da metodologia no Serviço Social implica considerar o movimento entre tradicionalismo e renovação construído historicamente pelos profissionais na realidade.¹ A polarização entre o Serviço Social de enfoque tradicional² e o Serviço Social renovador³ demonstra que a profissão se posicionou metodologicamente de forma diferenciada, ora pautada por uma racionalidade formal-abstrata, herdeira da tradição positivista, ora referenciada pela racionalidade crítico-dialética. A maneira de o Serviço Social conhecer o ser que se constitui na sociedade capitalista – o ser social – não é dada apenas, pela absorção das teorias do pensamento social contemporâneo, mas pelas condições históricas que exigem da profissão respostas à dinâmica social.

Partindo dessa premissa, consideramos que o modo como o Serviço Social, ao longo de sua história, procura apreender a realidade não se constitui de forma linear. As diferenças metodológicas não são postas por uma decisão arbitrária do profissional, mas

¹ A renovação, conforme o próprio termo sugere, expressa um conjunto de características novas que se configuram na profissão de Serviço Social em oposição à herança tradicional, ensaiadas a partir das transformações sociais contemporâneas na década de 60. Sobre a renovação do Serviço Social no Brasil: Iamamoto, Marilda V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992; Netto, José P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

² Segundo Netto, “por Serviço Social de enfoque ‘tradicional’, deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa, burocratizada que os agentes realizavam e realizam efetivamente na América Latina. Evidentemente há um nexo essencial entre ambos [Serviço Social clássico e Serviço Social tradicional]: parametra-os uma ética liberal -burguesa e sua teleologia consiste numa correção - numa ótica claramente funcionalista - de resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis sobre o substrato de uma concepção idealista ou mecanicista da dinâmica social sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável.” Netto, José P. “A crítica conservadora à reconceptualização”. In: *Serviço Social e sociedade nº 5* / Ano II, São Paulo: Cortez, 1981, p.60-61.

³ Com relação ao Serviço Social renovador damos destaque, neste estudo, à aproximação do Serviço Social da tradição marxista na tentativa de se contrapor à herança tradicional e superá-la. Não nos debruçaremos, desse

refletem o movimento da sociedade. Procurar desvendar ou obscurecer o mundo é uma possibilidade social que se constitui na relação dinâmica entre a profissão e a sociedade, parametrada pela absorção do conhecimento das duas matrizes metodológicas acima referenciadas.

Porém, convém salientar que a concepção de metodologia no Serviço Social, conforme vamos expor, aparece historicamente associada à delimitação de procedimentos e instrumentos técnicos para orientar a prática. Isto não significa que não haja um substrato metodológico que, nos distintos momentos históricos, fundamente a análise da sociedade e da própria profissão. A questão é que não perpassava no Serviço Social a concepção de método enquanto uma relação entre sujeito e objeto, que se constitui objetivamente para capturar a complexidade dos fenômenos sociais. Será somente com o processo de renovação que os profissionais irão polemizar sobre as perspectivas teórico-metodológicas que fundamentaram a profissão.

A renovação do Serviço Social, em meados da década de 60, descortina, de forma plural, o debate em torno da crítica aos fundamentos teórico-metodológicos que subsidiaram a produção de conhecimentos e o exercício profissional desde suas origens no Brasil. Esse processo de renovação é tributário das transformações na sociedade brasileira, resultantes da expansão monopolista, no contexto do regime militar (Estado autoritário), quando, então, os assistentes sociais ensaiaram as primeiras críticas à herança tradicional - à influência tomista e ao funcionalismo das proposições metodológicas norte-americanas.

Contudo, é apenas no início da década de 80, com o processo de revisão da formação profissional, que são retomadas e aprofundadas as críticas à herança tradicional, em

modo, sobre as outras duas tendências renovadoras, a saber, a perspectiva modernizadora e a reatualização do

vista da necessidade de construir um novo projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora.⁴ Ao fazer a crítica ao Serviço Social de enfoque tradicional, o momento de revisão não teve como se abster da discussão metodológica, polarizada pelo debate de posições teóricas inspiradas na tradição marxista. Essa discussão foi orientada tanto para superar as simplificações⁵ no tratamento das categorias metodológicas, como para redimensionar a disciplina metodologia na grade curricular da nova proposta de formação profissional.⁶ Naquela oportunidade, o objetivo dos profissionais era contribuir para a superação do conceito tradicional de metodologia, substituindo-o por uma nova concepção que entendesse a metodologia não mais reduzida à delimitação de procedimentos técnico-operativos, mas sim “enquanto[possibilidade] de conhecimento da realidade [social]”.⁷

conservadorismo.

⁴ A reflexão acerca desse processo de revisão profissional, em 1982, encontra-se em Vv. Aa. “Projeto de investigação: a formação do assistente social no Brasil. Determinantes históricos e perspectivas”. In: *Serviço Social e sociedade* nº 14. Ano V. São Paulo: Cortez, 1984. p.104 -143.

⁵ As simplificações no trato da questão metodológica se traduziam na redução do conceito de método à definição de procedimentos operativos.

⁶ Esse debate encontra-se em Vv. Aa. *A metodologia no Serviço Social*. Caderno ABESS nº 3. São Paulo: Cortez, 1989.

⁷ Idem, *ibidem*, p.78..

1. Pressupostos metodológicos do Serviço Social tradicional

A compreensão dos limites, da dinâmica e da riqueza desse embate entre as concepções metodológicas – tradicional e crítica – requer que tenhamos como pano de fundo a evolução histórica do Serviço Social. De fato, a origem da profissão, no Brasil, está estreitamente relacionada à “iniciativa particular de grupos e frações de classe que se manifestam, por intermédio de organizações e movimentos criados pela Igreja Católica ou com seu apoio”⁸. Assim, essa profissão se institucionaliza na primeira metade do século XX, para responder às manifestações da questão social, através do controle ideológico do proletariado urbano industrial então nascente.

Ao contrário das organizações de caráter filantrópico, caritativo⁹ que serviram de apoio para a emergência da profissão, as novas instituições¹⁰ desenvolviam de forma embrionária, uma prática assistencial preventiva para atenuar as seqüelas resultantes do processo de industrialização. A prática profissional do assistente social se realizava como desmembramento da Ação Social e da Ação Católica da Igreja, por intermédio do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo(CEAS), que refletia o processo de reorganização do movimento católico (Reação Católica). Esse centro tinha como objetivo a formação de seus

⁸ Ver a respeito Carvalho, Raul. “Modernos agentes da justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil.” In: *Serviço Social e sociedade* n° 2. São Paulo: Cortez, 1980. p.48.

⁹ Organizações de cunho confessional, de origem européia que eram mantidas no Brasil pelo clero e leigos com larga tradição que remonta ao período colonial. O objetivo dessas instituições religiosas era suprir a ineficiência do Estado em termos de uma política social abrangente e exercer o controle ideológico sobre o proletariado emergente. Ver a respeito Carvalho, Raul, *op. cit.*, 1980.

¹⁰ As novas instituições dizem respeito às organizações assistenciais vinculadas à Ação Social da Igreja Católica (Reação Católica), destinadas a organizar a juventude operária, as quais eram permeadas pelo ideário da harmonia social. Tais instituições se diferenciavam das primeiras organizações assistenciais, no Brasil. Voltadas ao atendimento emergencial da população; ao contrário, seriam orientadas para a prática da assistência preventiva.

membros através da Doutrina Social da Igreja, fundamentada nas Encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), para conduzir a qualificação técnica especializada de seus participantes para a prestação da assistência social e, por conseguinte, para obter um conhecimento mais pormenorizado da problemática social.¹¹ É na configuração dessa instituição e nos encontros do movimento católico que se expressam “as primeiras tentativas de sistematização da prática e ensino do Serviço Social”.¹² É aqui, também, que se origina a discussão sobre a metodologia da profissão, no Brasil, marcando profundamente a sua história nessa sociedade.

A origem no seio do bloco católico e na ação benévola e caridosa de senhoras e moças da sociedade [resultou no] imbricamento da teoria e metodologia do Serviço Social com a Doutrina Social da Igreja e com o apostolado social [...], deixando marcas profundas que ainda se fazem sentir em elementos centrais[na profissão].¹³

Essas “marcas profundas” são responsáveis não apenas por uma série de esquemas ideológicos, como também por um desempenho profissional doutrinário. A questão metodológica passa a ter por substrato teórico, naquele momento, o pensamento tomista, baseado no ideário do comunitarismo cristão da Doutrina Social da Igreja. Os pressupostos tomistas tornaram explícitos o conceito de pessoa humana, “ a pessoa é a substância (indivisa) de uma natureza racional [...] a pessoa significa o que há de mais perfeito em todo

¹¹ O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo - CEAS foi “considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge em 1932 com o incentivo e sob controle da hierarquia da [Igreja Católica]. Aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica - especialmente da primeira - de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas, sob o patrocínio da Igreja de dinamizar a mobilização do laicado.” Iamamoto, M. e Carvalho, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]:CELATS, 1985. p.172.

¹² Idem, *ibidem*, p.207.

universo”.¹⁴ Dessa perfeição brota uma racionalidade, que se expressa na consciência de si e na possibilidade de liberdade, e dela também deriva a idéia de que a sociedade visa ao bem comum, o bem de todos os homens, que são livres para pensar e agir.¹⁵

Foi assim que veio a se constituir no Serviço Social um padrão de intervenção profissional doutrinário, confessional, que acentuava e consolidava a prática caritativa, de ajuda ao próximo. Esse caráter doutrinário da intervenção enaltecia, mesmo que implicitamente, “a dimensão do controle, da repressão e do ajustamento [dos indivíduos e comunidades] aos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa”.¹⁶ O ideário do humanismo cristão, presente na formação e prática profissional, favorecia, do ponto de vista ideológico, a reprodução dos interesses burgueses, à medida que implicava a aceitação das desigualdades sociais enquanto uma decorrência previsível da sociedade capitalista. A prática caritativa não era, então, incompatível com as desigualdades sociais.¹⁷

Através da influência de correntes de pensamento e das modalidades de intervenção profissional européia, o Serviço Social manteve uma intrínseca relação com o efervescente contexto histórico da época, quando o país vivia uma fase de superação das atividades agroexportadoras e de consolidação do capital urbano industrial vinculado ao mercado mundial. Para atender às exigências postas por essa sociedade em transição, o Serviço

¹³ Carvalho, Raul, *op. cit.*, 1980, p.63.

¹⁴ Aquino, T. de. apud Aguiar, Antônio G. *Serviço Social - das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, 1985, p.41-42.

¹⁵ A concepção de “pessoa humana” constitui a base dos “princípios éticos e metafísicos” do tomismo, a saber, dignidade, perfectibilidade e sociabilidade humana, os quais subsidiaram e moldaram a prática do Serviço Social. Ver a respeito *Documento de Araxá*, CBCISS, Agir, 1986.

¹⁶ Martinelli, Maria L. *Identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1993. p.115.

¹⁷ Isto nos lembra T. H. Marshall em seu texto clássico sobre a questão da cidadania, que apesar de estar analisando a sociedade americana na década de 50 e as bases do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), postulava que a garantia dos direitos sociais, civis e políticos (cidadania) não eram incompatíveis com as desigualdades econômicas. Em outras palavras, a conquista da cidadania era uma necessidade da sociedade capitalista, mas não implicaria a superação das diferenças sociais. Marshall, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Social procurou responder aos problemas sociais, pautado pelo referencial ético-abstrato da Doutrina Social da Igreja.¹⁸

A contrapartida dessa formação doutrinária, de apostolado social, era a exigência de uma individualidade portadora de uma moral sólida, íntegra, que associasse o preparo técnico à “vocação de servir ao próximo”, traduzida numa ação desinteressada, despojada, altruísta, voltada para servir a humanidade. Esse caráter vocacional reforçava a mística em torno da profissão, pois contribuía para a delimitação de atributos profissionais, aparentemente neutros, desvinculados da correlação de forças sociais e confrontos das classes na sociedade burguesa. A ausência dessa formação moral sólida, segundo o Serviço Social de base confessional, impossibilitaria a realização de uma ação de caráter educativo visada pela profissão.

Situa-se aí um aspecto essencial da Doutrina Social da Igreja: o de substituir a análise da realidade e da prática social para o enfrentamento da questão social por valores, isto é, por uma apreensão moral dos fenômenos sociais [...]. As soluções propostas permanecerão dentro do mesmo enfoque ético e religioso, resultando em apelos à consciência.”¹⁹

A profissão internaliza os valores e critérios éticos cristãos de forma seletiva, transferindo-os do campo individual para o social. Os problemas sociais são analisados e tratados pela profissão a partir de um julgamento moral do proletariado. Aqui encontramos a primeira consequência metodológica desse fundamento confessional na gênese do Serviço

¹⁸ Martinelli, M. L. *op. cit.*, 1993, p.121-122.

¹⁹ Carvalho, R., *op. cit.*, 1980, p.67.

Social: substitui-se o ser pelo dever-ser, o estudo do real pela concepção moral, a ciência pelo discurso ético, a objetividade pela subjetividade.

Contudo, mesmo no interior dessa concepção conservadora se instala uma contradição com importantes consequências metodológicas para o Serviço Social no futuro. Referimo-nos ao fato de que,

Se os procedimentos materiais desenvolvidos durante muitos anos pelo Serviço Social pouco se diferenciaram daqueles pejorativamente denominados “caridade tradicional”, ganharam, no plano político, um sentido explícito, e maior eficiência. O componente “modernizador” em que se constitui o apostolado social dará um novo conteúdo à devoção e caridade cristã. O missionarismo doutrinário, que começa a atuar através e tendo por base o equipamento assistencial desenvolvido pela Igreja e pela filantropia, não se caracterizará apenas como uma forma nova de caridade. Mas, principalmente, como uma forma de intervenção ideológica, que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas.²⁰

Portanto, desde sua origem, o Serviço Social se desenvolve marcado por uma contradição básica – uma intenção subjetiva de superação das diferenças sociais (utopia cristã) e uma ação efetiva que consolida a reprodução das desigualdades sociais a partir do exercício do controle ideológico dos grupos sociais.

Consequentemente, o que subjetivamente pode ter um caráter de recusa é vivido objetivamente como confirmação da ordem vigente. Enquanto os fundamentos do modo de vida veiculados pela utopia comunitária são redefinidos pelo capitalismo,

essas redefinições não são apreendidas pela consciência dos agentes sociais: o que se apreende são os efeitos daquela redefinição que se busca neutralizar.²¹

Nesse contexto histórico, a formação e o exercício profissional foram marcados pela influência europeia, por uma base mais doutrinária que científica. Os critérios ético-morais da filosofia tomista determinaram o modo de apreender a realidade a partir de um julgamento valorativo dos fenômenos sociais. O Serviço Social analisa a sociedade, permeado por critérios ético-abstratos, por uma apreensão moral, subjetiva da “questão social”, em detrimento de uma análise objetiva.²² A questão técnica fica subordinada aos princípios filosóficos, não se constituindo ainda uma formação profissional mais definida, em que os pressupostos científicos sejam norteadores dessa formação. É assim que, no início do processo de formação profissional, pode-se perceber

tanto no aspecto científico como no técnico, uma extrema carência de objetividade e coerência. Abarcam(especialmente no aspecto científico) uma infinidade de assuntos - através de noções gerais - díspares entre si. As próprias escolas reconhecem a inexistência de uma sistematização que justifique o Serviço Social enquanto ramo do conhecimento e a ausência de uma metodologia específica. As

²⁰ Yamamoto, M. V. e Carvalho, R., *op. cit.*, 1986, p.221.

²¹ Yamamoto, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social* - ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992, p.169.

²² Noutros termos, conforme afirma Jeannine Leroux, “o projeto da assistência social nascente não é, pois, o de ‘ajudar’ operários em dificuldade - este é um vocabulário moderno -, mas o de *educar a classe operária*, isto é, fornecer-lhes regras de bom senso e razões práticas de moralidade, corrigir seus preconceitos, ensinar-lhe a racionalidade; ‘discipliná-la’ nos seus trajés, nos lares, nos orçamentos domésticos, na maneira de pensar. Trata-se, pois, de impor, como se fosse universal, um sistema único de representações e comportamentos - o da classe dominante -, desqualificando, ao mesmo tempo, o modo de vida da classe dominada.” Leroux, J. V. Poder e Assistência - gênese e funções objetivas do Serviço Social. In: *Trabalhador social* - prática, hábito, ethos, formas de intervenção. (Tradução René de Carvalho). São Paulo: Cortez, 1986, p.15.

próprias técnicas não possuem teorização que as possa sustentar. A formação técnica remete essencialmente à prática.²³

Essa complexa configuração da base teórica da profissão se intensifica e ganha novos contornos em meados da década de 40. É quando, com o processo de modernização das relações sociais na fase de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, o Serviço Social se institucionaliza como profissão interventiva, com um aparato técnico mais definido. Segundo a tese de José Paulo Netto,

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia nem à organização da caridade, vincula-se à dinâmica da ordem monopólica [...]. A emergência profissional é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio.”²⁴

É somente a partir das transformações na organização capitalista, na década de 40, que a profissão se inscreve na divisão sóciotécnica do trabalho, legitimando-se através do desempenho de funções específicas na esfera das políticas públicas. Nesse contexto, o Serviço Social se caracteriza como disciplina de intervenção na realidade, para responder às manifestações da questão social. Ao mesmo tempo, como assinala Iamamoto:

Como as classes sociais fundamentais só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz, também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem

²³ Iamamoto, Marilda e Carvalho, Raul, *op. cit.*, 1986, p.230.

em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo, e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e de reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.²⁵

Compreende-se, assim, o Serviço Social como instituição que está integrada à organização da sociedade capitalista e que participa historicamente da reprodução das relações sociais a partir da prestação de serviços assistenciais. Nesse sentido, desenvolve uma atividade profissional vinculada à esfera estatal, à esfera privada, aos movimentos sociais, e participa de forma indireta da produção da riqueza social, através da reprodução da força de trabalho pela garantia e materialização dos serviços sociais.

Nesse processo de institucionalização do Serviço Social, fez-se necessário um profissional mais qualificado e eficiente para enfrentar a problemática social nas instituições assistenciais. Para isso, foram apropriados pela profissão os referenciais teóricos funcionalistas da produção norte-americana.²⁶ Nesse momento, entretanto, o Serviço Social ainda não rompe

²⁴ Netto, José P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992, p.69-70.

²⁵ Yamamoto, M. V. e Carvalho, R., *op. cit.*, 1986, p.75.

²⁶ De acordo com Wilbert Moore, freqüentemente se atribui a Emile Durkheim a “criação do funcionalismo”, que se origina na obra clássica *De la division du travail social*. Nessa obra, segundo Moore, Durkheim demonstra o postulado de “um estado primitivo de coesão social, baseado na semelhança, e não nas diferenças interdependentes.” Acrescenta Moore que a perspectiva funcionalista está expressa na sociologia contemporânea, estando consolidada na produção teórica de Talcott Parsons - que desenvolve uma tipologia de sociedade a partir de uma concepção evolucionária; na produção de Kingley Davis, “Teoria funcional da estratificação”; em Robert Merton com a proposta de formalização do funcionalismo. Destaca ainda que a idéia central da perspectiva funcionalista é de que “os agregados sociais humanos[ou sistemas sociais] envolvem unidades diferenciadas que são interdependentes”. Contudo, expõe que, o postulado básico da teoria funcionalista, originário de Durkheim, é o princípio de integração social: “o de que partes analiticamente distinguíveis de qualquer sociedade ou cultura devem ser adequadas ao resto do sistema”. Cf. Moore, Wilbert. O funcionalismo. In Bottomore, Tom e Nisbert, Robert. *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p.421-439.

com os pressupostos ético-abstratos do doutrinário cristão; ao contrário, subordina às idéias funcionalistas norte-americanas. A apreensão metodológica da realidade, orientada por esse referencial, é diretamente compatível com a racionalidade capitalista. O Serviço Social, nesse contexto, entende a sociedade enquanto um todo orgânico, equilibrado, e os problemas sociais como disfunções passíveis de serem reajustadas através de um processo de mudanças. A ordem social, segundo essa perspectiva, tem que ser mantida através de um processo de regulação e controle das relações sociais para atender às necessidades de reprodução capitalista.

A concepção de metodologia tradicional, baseada na teoria funcionalista, analisa a realidade a partir da expressão objetiva dos fenômenos sociais, imbuída da idéia de adaptação do indivíduo ao meio, à sociedade capitalista. Essa metodologia tradicional visa à operacionalidade dos métodos de “caso” e “grupo” do Serviço Social, no controle de situações sociais-problema, resultantes de disfunções individuais e sociais.

A necessidade imperativa de responder às mazelas da questão social face ao processo de reprodução das classes impõe ao Serviço Social, quando da institucionalização profissional, a construção de um aparato técnico. Nessa perspectiva técnico-operativa, a questão da metodologia do Serviço Social assumiu a configuração de procedimentos operativos. O domínio da técnica, dos instrumentos passou a ser uma das premissas básicas da profissão para atender aos novos padrões de racionalização da assistência, sendo, então, a questão metodológica associada a uma concepção instrumental de profissão, que deveria primar pela qualidade e eficiência na operacionalidade de seus objetivos, funções e instrumentos técnicos. Nesse sentido,

O Serviço Social deixa assim de ser um mecanismo de distribuição da caridade privada das classes dominantes para se transformar em uma das engrenagens de execução das políticas sociais do Estado e setores empresariais que se tornam seus maiores empregadores.²⁷

É dessa angulação, técnico-operativa, portanto, que o Serviço Social avança em termos da apreensão do caráter confessional, caritativo da prática assistencial e faz sua entrada nas Ciências Sociais. Inaugura-se a influência das Ciências Sociais sobre o Serviço Social, a partir da incorporação do conhecimento de disciplinas específicas, como psicologia e sociologia norte-americanas.

Nas décadas de 40 e 50, predomina na profissão a influência de obras clássicas e tradicionais norte-americanas, que, decisivamente, interferiram na produção teórica e no debate metodológico.²⁸ A produção brasileira, ainda que restrita a determinados textos,²⁹ se constituiu pela associação sincrética do pensamento conservador de base neotomista às teorias da psicologia e sociologia norte-americana, expressas no Serviço Social de enfoque tradicional. Foram aprimorados e incorporados, nesses textos, os métodos de caso, grupo e comunidade, derivados da proposta metodológica norte-americana.

Nas modalidades interventivas de caso, grupo e comunidade, do Serviço Social no Brasil, influenciadas, basicamente, pelas teorias da psicologia e sociologia norte-americana, definiam-se procedimentos operacionais e, com isso, formalizava-se a ação profissional, sem

²⁷ Yamamoto, M. V., *op. cit.*, 1992, p.94.

²⁸ Dentre as produções teóricas do Serviço Social, são reconhecidas como “obra clássica” os trabalhos, norte-americanos, de Mary Richmond, como - *O diagnóstico social* e *O Serviço Social de casos*. Estados Unidos, 1917, o qual se constituiu na primeira produção de caráter científico na profissão. As primeiras “obras tradicionais” reconhecidas na profissão são os trabalhos, também norte-americanos, de Gordon Hamilton, - *Teoria e prática do Serviço Social de casos* e o de Gisela Konopka - *Serviço Social de grupo*.

²⁹ A saber, os textos de Kfoury, Nadir. *O ensino e a prática do Serviço Social de casos em face do espírito cristão*, 1956; Izquierdo, A, *Serviço Social de grupo*, 1956; Vieira, Balbina O., *Metodologia do Serviço Social*.

desconsiderar uma concepção de homem e sociedade orgânica advinda dos pressupostos do estrutural-funcionalismo e do humanismo cristão.

Os valores humanísticos e a busca da eficiência técnica estavam, desse modo, articulados nas modalidades de intervenção profissional acima citadas, ainda que marcadas pelo traço empírico-pragmático das Ciências Sociais. O universo teórico profissional se reduziu à delimitação de técnicas para racionalizar a prática assistencial.

Este arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha o seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado. Se isto permite que a proposta profissional se adapte às exigências da ordem burguesa, instaura-se na consciência dos agentes profissionais uma profunda ambigüidade: a ação - que é desencadeada, subjetivamente como recusa aos “excessos de diferenciação social”, como forma de atenuar ou até mesmo de eliminar as injustiças sociais ou como missão a serviço do “homem” – transubstancia-se objetivamente numa prática que reforça os fundamentos da ordem alienadora, que produz e reproduz as desigualdades sociais.³⁰

A questão metodológica, expressa nas origens e profissionalização do Serviço Social, conforme foi analisado nesse primeiro item, tem diferença e similaridade. A diferença é que a perspectiva tomista, baseada em princípios ético-abstratos, presente nas origens da profissão, faz uma análise da realidade a partir de um julgamento moral, subjetivo dos problemas sociais. Essa concepção metodológica valoriza a moral, os valores éticos, enquanto a perspectiva funcionalista, presente na institucionalização do Serviço Social, fundamentada no

³⁰ Yamamoto, M. V., *op. cit.*, 1992, p.28.

conhecimento de disciplinas das Ciências Sociais(sociologia, psicologia), apreende de forma racional, técnico-científica os fenômenos sociais a partir de sua expressão objetiva. No entanto, ambas as perspectivas têm em comum o pressuposto de manutenção e regulação da ordem social capitalista, ainda que por caminhos diferentes para chegar à resolução dos problemas sociais.³¹

No processo de institucionalização do Serviço Social, ficou evidente uma dimensão de metodologia que reduzia o método à delimitação de técnicas e procedimentos, para auxiliar no ordenamento e execução da prática profissional. Isto se constitui no momento da intervenção, face à compreensão do método entre os profissionais enquanto modelo formal-abstrato, em que a razão manipula racionalmente os fenômenos da realidade(seleciona, organiza e sistematiza os dados empíricos), segundo os princípios de adaptação e integração social da perspectiva funcionalista. A metodologia operada dá um ordenamento à realidade via controle das disfunções sociais, correspondendo às requisições da teoria funcional.³²

Em sendo assim, o Serviço Social assimilou os pressupostos filosóficos do tomismo presentes na Doutrina Social da Igreja e da teoria funcionalista componente de disciplinas das Ciências Sociais, os quais corroboraram para uma dada apreensão metodológica

³¹ Essas concepções metodológicas não se propõem a capturar as conexões essenciais que constituem o ser social burguês, mas apenas, os aspectos exteriores, factuais que podem ser formalmente manipuláveis a depender do objeto em análise. Isto porque tais perspectivas são orientadas por uma racionalidade formal-abstrata, de traço eminentemente gnosiológico, que tem suas origens na tradição kantiana (só é possível apreender as sensações que o objeto nos possibilita, e não o objeto em si), no empirismo clássico (só é possível capturar o objeto em sua forma singular a partir da experiência científica), e/ou na influência hegeliana (o objeto é produto de uma construção subjetiva, não corresponde ao ser em si, a subjetividade se confunde com a objetividade, na medida em que processa seu autoconhecimento). Em outros termos, o substrato teórico da perspectiva tradicional do Serviço Social – a racionalidade formal-abstrata –, no processo de conhecimento, atribui ao objeto real uma legalidade que é própria de uma operação lógico-formal, ou seja, a razão organiza e sistematiza os dados empíricos a partir do movimento do pensamento. O sujeito, nessa perspectiva metodológica, constrói modelos teóricos capazes de propiciar a compreensão do objeto em sua forma universal ou singular, porém não possibilita a captura do objeto real em sua forma particular.

³² Os substratos teóricos funcionalistas que constituem esse modelo formal-abstrato estão presentes numa das tendências da renovação do Serviço Social no Brasil - a perspectiva modernizadora, em particular nos documentos de Araxá (1968) e Teresopólis (1970).

da dinâmica social. Herdeira de uma racionalidade formal-abstrata, essa matriz metodológica, predominante nas origens e profissionalização do Serviço Social, conforme foi demonstrado, analisa o ser social a partir do recorte singular dos fenômenos sociais, procurando recuperá-lo em sua manifestação empírica, abstraindo-o da totalidade.³³

³³ Quando ressaltamos que a metodologia, predominante nas origens e profissionalização do Serviço Social, é herdeira de uma racionalidade formal-abstrata, apreendemos tal concepção em Marx e Lukács, que, na exposição sobre o método dialético, estabelecem a diferença da perspectiva ontológica em relação às perspectivas gnosiológicas. Em outros termos, a racionalidade formal-abstrata, no processo de conhecimento, atribui ao real uma legalidade que é própria do movimento do pensamento, constituindo uma formulação lógico-abstrata do ser, negando a legalidade imanente, objetiva do ser. Conforme expõe Marx: “[...]Hegel caiu na ilusão do pensamento que se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e si movimenta por si mesmo. [...] A totalidade concreta, enquanto totalidade de pensamento, é de fato um produto do pensamento, da atividade de conceber que não é pois de forma alguma o produto do conceito que engendra a si próprio, que pensa exterior e superiormente à observação imediata e da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação”. Marx, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política (item 3). In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1983, p.219. Cf., ainda, a crítica à perspectiva gnosiológica nas seguintes obras: Lukács, G. *Estética*.V.3, Barcelona - México: Grijalbo, 1967. Lukács, G. *Questões Metodológicas Preliminares*. In: *Ontologia do ser social* - princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979; Lukács, G. *Marxismo e questões do método na Ciência Social*. In Georg Lukács: *Sociologia*. Organizador José P. Netto(Tradução José P. Netto e Carlos N. Coutinho). Coleção Grandes Ciências Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

2. Abordagens metodológicas profissionais na renovação do Serviço Social no Brasil

É a partir do desencadeamento da renovação profissional³⁴, em meados da década de 60, no acirrado debate do Movimento de Reconceituação na América Latina, que o Serviço Social busca refletir sobre os referenciais teóricometodológicos e ideológicos que orientaram a prática profissional na sociedade. Essa reflexão tentou apontar vários caminhos que possibilitassem a ruptura com o tradicionalismo marcado pela influência do humanismo cristão, a partir da aproximação e crítica às teorias sociais, como o estrutural-funcionalismo, a fenomenologia e a tradição marxista.

O movimento de reconceituação³⁵, uma das expressões da renovação do Serviço Social, emergiu no contexto das transformações sociais e econômicas no continente latino-americano, desafiado pela efervescência das lutas sociais. Tal movimento marcou decisivamente a história da profissão, fincando as bases da revisão de seus pressupostos teórico-metodológicos e instaurando um pluralismo teórico e político, cujo objetivo era construir um projeto profissional coletivo. Também, o referido movimento procurou

³⁴ Ver nota n.1 desta dissertação.

³⁵ É vasta a literatura profissional sobre o movimento de reconceituação, na América Latina e no Brasil, a qual explora os aspectos teórico-metodológicos e políticos desse movimento. Não pretendemos fazer uma recuperação histórica deste movimento, apenas ressaltar alguns trabalhos importantes, como Alayon, Noberto et alii. *Desafio al Serviço Social*. Buenos Aires: Humanitas, 1976. Carvalho, Alba Maria P. de. *A questão da transformação e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1986. Faleiros, Vicente de P. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1981. Faleiros, Vicente de P. "Confrontos teóricos do movimento de reconceituação". In: *Serviço Social e sociedade n° 24*. São Paulo: Cortez, 1987. Junqueira, Maria H.I. "Quase duas décadas de reconceituação no Serviço Social: uma abordagem crítica". In: *Serviço Social e sociedade, n° 4*. São Paulo: Cortez, 1980. Lima, Maria H. de Almeida. *Serviço Social e sociedade brasileira*. São Paulo: Cortez, 1987. Netto, José P. "A crítica conservadora à reconceptualização." In: *Serviço Social e sociedade n° 5*. São Paulo: Cortez, 1981. Netto, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social - uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1981. Santos, Leila L. "Metodologismo" e "Marchas e contramarchas do Serviço Social: reexaminando a reconceituação". In: *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1985. Silva, Maria de G. de O. *Ideologias e Serviço Social: reconceituação latino-americana*. São Paulo: Cortez, 1983.

compreender a peculiaridade do desenvolvimento latino-americano, a relação de subordinação desse continente aos países capitalistas centrais, identificando nessa realidade a função social da profissão. Em outras palavras, a reconceituação

perfilou-se, desde o seu nascedouro como um movimento de denúncia, autocritica e de questionamentos societários, que tinha como contra-face um processo coletivo de busca de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade, a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos.³⁶

Embora a reconceituação tenha aglutinado parte da categoria profissional em torno da crítica ao tradicionalismo latino-americano, esse movimento desenvolveu-se de forma heterogênea, dada a convivência de diferentes perspectivas teóricas.³⁷ Dentre essas perspectivas, destacam-se duas: a matriz modernizadora, de base estrutural funcionalista, que postulava a manutenção e auto-regulação da ordem burguesa via mudanças na estrutura do sistema; e a matriz crítica, derivada da tradição marxista, que afirmava a tese da transformação da sociedade capitalista, acelerada pela organização e politização das classes trabalhadoras em torno de um novo projeto de sociedade. Ambas as perspectivas ampliaram o debate em torno de novas propostas profissionais, estimuladas pelas exigências da sociedade brasileira na fase da modernização conservadora.

³⁶ Iamamoto, M. V. *O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social - ampliação e aprofundamento do marxismo*. Rio de Janeiro, 1992, p.8. (mimeo.).

³⁷ Na processualidade desse movimento, foram formuladas diferentes denominações para o Serviço Social, quando da aproximação do marxismo, a saber, Serviço Social reconceituado, Serviço Social crítico, Serviço Social alternativo - este último refere-se à proposta de um grupo de profissionais latino-americanos (CELATS) afetos à idéia de um projeto alternativo de sociedade. A profissão só pode assumir o discurso da prática alternativa, na medida em que se colocar como uma "alternativa à ordem social". Além dessas denominações,

Esse movimento reflete as contradições e confrontos das lutas sociais onde embatem tendências de conciliação e reforma com outras de transformação da ordem social vigente no bojo do processo revolucionário e ainda com outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação.³⁸

Assim, o movimento de reconceituação não se desenvolveu apenas pela revisão de questões profissionais específicas, circunscritas à delimitação de procedimentos técnicos, à definição de novas posturas políticas, ao questionamento da direção social da prática profissional. Mas, também, insere-se na polêmica da sociedade contemporânea, que exige a interlocução dos profissionais com diferentes perspectivas das Ciências Sociais e da tradição marxista, encaminhando-se, então, numa direção plural e crítica, rumo à renovação profissional.

No processo de renovação, o Serviço Social apontou alternativas no sentido de superar a função de mero consumidor do conhecimento produzido pelas Ciências Sociais e pela tradição marxista, para inserir-se, de forma ativa, no contexto da produção teórica. Tal esforço pela afirmação teórico-metodológica, no entanto, não esgota a herança profissional marcada pela prática imediata, reiterativa e fragmentada que era mantida anteriormente pela profissão.

A renovação ensaia, no Serviço Social, uma convivência metodológica sincrética: ora centrava o debate profissional pautada na perspectiva estrutural-funcionalista, que dava ênfase ao domínio técnico, à aplicação de instrumentos enquanto mecanismo de regulação e

destaca-se ainda a concepção de Serviço Social Radical, proposta norte-americana de Galper, Jeffrey. *Política social e trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1986.

ordenação do exercício profissional, ora postulava a necessidade de apropriação do método crítico-dialético, como possibilidade de apreender a realidade em suas determinações objetivas, inovando, em termos, uma interpretação metodológica do Serviço Social.

Salienta Netto que no processo de renovação sinalizam-se elementos decisivos para a maturação teórica do Serviço Social:

a) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal; b) a crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social), derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas; c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas; d) a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa.³⁹

As perspectivas modernizadora, a de reatualização do conservadorismo e a de intenção de ruptura que compõem a renovação profissional impulsionaram em termos teórico-metodológicos a crítica à herança tradicional.⁴⁰ A perspectiva modernizadora, em particular, destaca-se pela apropriação dos pressupostos estrutural-funcionalistas. E, dentre suas

³⁸ Faleiros, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. In: *Serviço Social e sociedade* nº 24. São Paulo: Cortez, 1987, p.51.

³⁹ Netto, José P., *op. cit.*, 1991, p.135-136.

proposições básicas, contidas nos documentos de Araxá e Teresópolis⁴¹, estava a exigência do Serviço Social em adquirir um novo estatuto científico e em definir uma nova metodologia de ação através do aperfeiçoamento e incorporação de novos procedimentos técnicos, para tornar eficaz a intervenção e integrar-se ao projeto de desenvolvimento latino-americano.

Esse momento descortina um Serviço Social preocupado em responder à problemática social a partir da seleção, classificação e sistematização de situações sociais problema, sendo que as manifestações mais concretas da modernização no Serviço Social se fazem evidentes quando da inserção de profissionais nas esferas de planejamento e política social nas organizações do aparato burocrático.⁴²

Essa perspectiva modernizadora, apesar de promulgar a crítica ao conservadorismo, incorporou, de forma sincrética, no documento de Araxá,⁴³ os princípios éticos e metafísicos da pessoa humana, derivados do tomismo, associando-os às concepções de integração social, desenvolvimento e planejamento próprios dos pressupostos estrutural-funcionalistas. Além disso, fica evidente que a temática central do documento – “A teorização do Serviço Social” – é reduzida a “uma abordagem técnica operacional em função do modelo

⁴⁰ Estas perspectivas são definidas como as três direções da renovação do Serviço Social no Brasil. Ver a respeito Netto, José P., *ibidem*, p.151-308.

⁴¹ Os documentos de Araxá e Teresópolis materializam os resultados dos seminários de mesmo nome, que aconteceram, respectivamente, em Minas Gerais (1967) e Rio de Janeiro (1970), promovidos pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais), cuja finalidade era o estudo do Serviço Social nos seus aspectos teóricos e práticos (teorização) com vistas a alcançar a cientificidade.

⁴² Configura-se um novo perfil de profissional, um técnico apto a assumir novas funções institucionais (nível de macroatuação- documento de Araxá, CBCISS/1986), como as atividades de planejamento, política social e administração dos serviços sociais.

⁴³ Essa relação sincrética entre princípios ético-abstratos e pressupostos estrutural-funcionalistas encontra-se no Documento de Araxá, onde se definem os postulados da prática profissional e os princípios operacionais, que são “normas de ação de validade universal à prática de todos os processos do Serviço Social” (Araxá, CBCISS, 1986, p.29). Os postulados revelam a predominância de pressupostos éticos de caráter aistórico, abstratos, que idealizam valores essenciais, absolutos da pessoa humana para nortear a ação profissional. E os princípios operacionais, por sua vez, contemplam uma perspectiva de globalidade e integração, quanto à influência do método de ajuda psicossocial (Serviço Social de Caso). O tradicional e o novo se entrelaçam, constituindo o que Netto denomina de “transformismo”.(1991)

básico do desenvolvimento”.⁴⁴ Essa redução se deve à centralidade do debate em torno da definição de um método profissional, orientado pela definição de procedimentos operativos e adequado às exigências do processo de desenvolvimento brasileiro.⁴⁵

No documento de Teresópolis, predomina, basicamente, o referencial estrutural-funcionalista⁴⁶ no tratamento dos temas metodologia e concepção científica de prática profissional.⁴⁷ Com relação ao tema desenvolvido no seminário de Teresópolis – “Concepção Científica da Prática” –, o caráter científico da prática é associado à delimitação de operações técnicas singulares no fazer profissional, passíveis de serem reformuladas e controladas pelo aparato burocrático-institucional. A apreensão científica da prática não se constitui, a partir da necessidade de investigar as determinações objetivas da prática, num processo contínuo de aproximação da realidade. Ao contrário, a defesa da “concepção científica de prática” é “efetivamente reduzida ao estabelecimento de conexões superficiais entre dados empíricos da

⁴⁴ *Documento de Araxá*, CBCISS, 1986, p.21.

⁴⁵ O processo de desenvolvimento latino-americano e, em particular, do desenvolvimento brasileiro tem suas origens nas décadas de 30/40 com a emergência do modelo urbano-industrial, fase de mudança de uma economia centrada na agro-exportação para uma economia baseada na indústria, reflexo da objetivação tardia no capitalismo. Mas é, principalmente, nas décadas de 50/60, a partir do Governo de Juscelino Kubistchek, com seu “Plano de Metas”, que o Estado procura modernizar e diversificar a industrialização no país, no processo reconhecido como “Desenvolvimentismo”, movimento de escala latino-americana que pretendia superar o atraso dos países, marcados por uma economia agrícola, e expandir a indústria a ponto de concorrer no mercado internacional, no mesmo patamar de desenvolvimento dos países de economia central. Embora resulte na inserção da economia brasileira na “idade dos monopólios”, esse processo também se constitui de forma dependente do capital monopolista internacional, não se superando o caráter de exclusão e subordinação econômica. Acrescente-se a isso que o projeto de desenvolvimento mantém sua continuidade, na sociedade brasileira, durante a vigência da ditadura militar via implementação dos PND’s (Planos Nacionais de Desenvolvimento). É em função das exigências sociais desse projeto de desenvolvimento da América Latina que o Serviço Social se inscreve de forma ativa nesse projeto, incorporando o ideário de mudança, participação e integração social a partir da modernização de seu aparato técnico-operativo. Cf. Cardoso, F.H. e Faletto, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970; Cardoso, M.L. *Ideologia do desenvolvimento*. Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; Cardoso de Mello, J.M. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁴⁶ Esse referencial estrutural-funcionalista, herdado da sociologia norte-americana -Talcott Parsons, Robert Merton- é introduzido no Serviço Social, durante a perspectiva modernizadora, a partir das idéias de José Lucenas Dantas através do ensaio: “A teoria metodológica do Serviço Social. Uma abordagem sistemática”. *Debates sociais - Suplemento nº 4*, 5ª edição, CBCISS: Rio de Janeiro, 1978.

⁴⁷ Esses temas compõem a estrutura básica do debate profissional nos relatórios do Grupo A e B do documento de Teresópolis.

vida social e à intervenção metódica sobre eles, consideradas aquelas conexões”.⁴⁸ A cientificidade da prática, na perspectiva modernizadora, se constitui a partir das requisições operacionais da intervenção⁴⁹: manipulam-se os dados empíricos constatados na realidade face à necessidade de adequação das práticas profissionais às novas demandas do desenvolvimento.

As diferenças teóricas, no documento de Teresópolis, são articuladas em função de uma nova racionalidade profissional, baseada na eficiência e na eficácia da ação, para atender ao processo de desenvolvimento. Assim é que,

[...] a renovação do Serviço Social [...] mantém uma relação complexa com o quadro anterior da profissão: erguendo-se sobre o colapso de legitimação das forças profissionais “tradicionais”, resgata alguns de seus núcleos tanto quanto bloqueia alternativas de desenvolvimento que estavam embutidas naquele colapso - ao mesmo tempo em que dinamiza, sobre novo piso, outras tendências emergentes no processo de crise que converteu em dado explícito.⁵⁰

A questão metodológica, no documento de Teresópolis, assume o centro do debate. Nesse documento, a discussão teórica foi orientada pela necessidade de se definir um novo método profissional com uma sequência lógica de procedimentos técnicos aplicáveis ao nível do planejamento, no âmbito da administração e da prestação de serviços diretos. Tais procedimentos seriam operacionalizados na prática para garantir a eficácia da ação, centrada no binômio diagnóstico-intervenção. Segundo o documento,

⁴⁸ Netto, José P. *op. cit.*, 1991, p.188.

⁴⁹ Isto é observado no relatório do Grupo A (Documento de Teresópolis), por exemplo, quando se define uma concepção científica de prática a partir da delimitação de fenômenos e variáveis significativos para a prática do Serviço Social.

⁵⁰ Netto, J. P., *op. cit.*, 1991, p.141.

a adoção do “procedimento lógico” como critério para especificação da metodologia do Serviço Social conduz à discussão da estrutura lógica e operacional do método do Serviço Social. [...] Considerando-se que, no plano lógico, o diagnóstico e a intervenção são dois momentos autônomos que integram o método profissional: o conhecer e o agir.⁵¹

A perspectiva modernizadora na renovação profissional avança, nesse sentido, em termos da construção de um novo perfil sóciotécnico, pela defesa do profissional como agente dinamizador e integrador do processo de desenvolvimento e, principalmente, no que trata da definição de uma nova metodologia de ação e do aperfeiçoamento dos instrumentos técnicos.

No entanto, a questão metodológica, naquele debate profissional, foi reduzida à definição de procedimentos operativos, à determinação técnica. Mais uma vez o Serviço Social, embora pautado pelo referencial teórico estrutural- funcionalista⁵², tomou à prática imediata parâmetro para tratar a questão metodológica, restringindo-a à definição de conhecimentos técnicos específicos, ou seja, ao aperfeiçoamento dos modelos de diagnóstico e intervenção.

Nesse período, da modernização conservadora, evidencia-se o convívio contraditório entre as referências tomistas, presentes nos postulados da prática(doc. de Araxá) e o estrutural-funcionalismo (proposição de uma nova metodologia- documento de Teresópolis), porém funcional à modernização conservadora. Tais posturas metodológicas são favoráveis à regulação da ordem burguesa e às teorias tributárias de uma racionalidade

⁵¹ Ver a respeito relatório do Grupo B a discussão do tema concepção científica de prática do Serviço Social. In: *Documento de Teresópolis*, CBCISS, 1986, p.84 e 86.

manipulatória (positivismo, estrutural funcionalismo). Transpassaram no Serviço Social a concepção ético-abstrata do tomismo e a racionalidade formal do estrutural-funcionalismo, sendo que esta última predomina sobre a primeira, o que faz com que não se estabeleça uma ruptura metodológica com a racionalidade formal-abstrata. A funcionalidade e a eficiência dos procedimentos da modernização prevalecem sobre a caridade cristã, ficando a metodologia atada aos mecanismos técnicos que operacionalizam a prática. Novamente, a profissão é revestida, no âmbito metodológico, de um estatuto executivo, ou seja, sua função social é reduzida ao plano técnico-instrumental, à operacionalidade de um conjunto sistemático de procedimentos.

O saber profissional, nessa perspectiva, se resume à sistematização da atividade prático-imediata; tendo em vista a urgência de se resolverem problemas sociais, não se rompe com a metodologia tradicional, presente nas origens e institucionalização do Serviço Social. Ao contrário, os fundamentos dessa matriz metodológica são recuperados, sob novas bases, e contribuem para uma intervenção mais instrumental e eficaz nos interesses institucionais, na perspectiva modernizadora. O profissional conduz o processo de conhecimento da realidade, não para apreender a dinâmica social sobre a qual a prática está inserida, mas para intervir de forma sistemática através da execução de procedimentos.

Não queremos, com isso, negar a dimensão técnica da profissão; a questão é que a técnica, na perspectiva modernizadora, se sobrepõe sobre a possibilidade do profissional capturar a legalidade do mundo real e produzir conhecimento. Contudo, convém salientar que é, de fato, nesse momento, que o Serviço Social no Brasil enfrenta, pela primeira vez, o debate sobre a temática da metodologia, procurando associar uma referência teórica(estrutural-

⁵² Apesar dos avanços teóricos e políticos conquistados pelo Serviço Social na reconceituação, com a

funcionalismo) às requisições instrumentais da prática profissional através da proposição de um modelo de intervenção. A concepção de metodologia que prevalece é a de “metodologia da ação”⁵³, ou seja, da formulação de procedimentos operativos aplicáveis à realidade social. A metodologia profissional é, então, reflexo de uma formulação lógico-abstrata e tributária de uma racionalidade instrumental manipuladora, na qual a razão conduz a uma ordenação sistemática dos fenômenos sociais, sem remeter tal sistematização a um tratamento mais analítico.

Ainda, na renovação profissional, destaca-se a perspectiva de intenção de ruptura que, também, se propõe romper com as bases metodológicas tradicionais. Essa perspectiva resulta da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista⁵⁴. Tal aproximação se desenvolve de forma complexa, dadas as condições histórico-sociais da realidade brasileira - período de vigência do regime autoritário e as diferentes tendências do pensamento social contemporâneo a que o Serviço Social recorreu.⁵⁵

assimilação do marxismo, constata-se na profissão a influência dos referenciais funcionalistas na perspectiva modernizadora, os quais, também, constituíram as bases tradicionais do Serviço Social no Brasil.

⁵³ Tal concepção de metodologia, presente no documento de Teresópolis, é formulada em função do processo de desenvolvimento e circunscreve-se às questões prático-operativas da profissão. Assim, propõe-se a modernização dos métodos de Caso, Grupo e Comunidade; a superação de análises microssociais que interpretam os fenômenos sociais enquanto resultantes de disfunções individuais, substituindo por uma abordagem que entenda tais disfunções enquanto produto de “estruturas sociais inadequadas.” (doc. de Araxá); e a definição de um modelo de intervenção genérico, passível de ser aplicado em qualquer campo de atuação profissional. Avança-se, neste momento, numa nova abordagem do Serviço Social de comunidade, em que prevalecem as idéias da modernização conservadora. Ver a respeito Amann, Safira B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1987.

⁵⁴ Com relação à definição de tradição marxista, Netto esclarece: “distingo sempre a obra marxiana (o que é da lavra de Marx) da tradição marxista (o elenco diferenciado de propostas, elaborações e contribuições concretizadas pela reflexão das diversas correntes marxistas).” Cf. Netto, José P. O Serviço Social e a tradição marxista. In: *Serviço Social e sociedade* n° 30. São Paulo: Cortez, 1989, p.89.

⁵⁵ Dentre as diferentes tendências da tradição marxista que influenciaram o Serviço Social destacam-se, primeiramente, os manuais políticos do “marxismo oficial” expresso nas idéias de Mao Tse Tung, Lênin, Trotsky. Segundo Iamamoto (1992), os estudos desses autores, voltados para orientar a prática política revolucionária, foram apropriados, de forma utilitarista, em função das exigências prático-imediatas da militância política junto aos movimentos sociais da época.

No conjunto das questões fundamentais abordadas pela perspectiva de intenção de ruptura salienta-se, em nível mais geral, a busca de compreender as determinações histórico-sociais da realidade brasileira, para assim contextualizar a história da intervenção profissional na sociedade. Em termos mais específicos, destaca-se o empreendimento de profissionais no sentido da construção de um novo projeto profissional, que se opusesse às bases tradicionais em termos teóricos e prático-interventivos. Também se observou uma politização da atuação profissional, expressa no discurso do “compromisso político com os interesses das classes trabalhadoras”, ou seja, o compromisso com a transformação da sociedade capitalista.⁵⁶ E, por fim, a busca de atribuir um estatuto científico à profissão, que se materializou nos embates metodológicos nas décadas de 70/ 80⁵⁷.

É notório, nessa perspectiva, o alargamento da dimensão política⁵⁸ da profissão, que incide no redirecionamento da atuação, como também da produção teórica. No plano da intervenção, estreitam-se os vínculos políticos dos profissionais com diferentes segmentos das classes trabalhadoras através da reorganização dos movimentos sociais, os quais se tornaram uma demanda de prática do Serviço Social.

Naquele momento, as bases de legitimidade da profissão se fundam a partir da construção do compromisso político com as classes trabalhadoras, no processo de

⁵⁶ O compromisso político do Serviço Social com as classes trabalhadoras se constituiu a partir da aproximação da tradição marxista, consolidando-se no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979, conhecido como o “Congresso da Virada”. Ver, a título ilustrativo, Abramides, M.B.C e Cabral, M.S.R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

⁵⁷ Decisivo papel teve o CELATS- Centro latino-americano de Trabalho Social, através da promoção de seminários e publicação de trabalhos, na busca de aprofundar o debate sobre os substratos teórico-metodológicos que orientavam a profissão naquele momento histórico, a exemplo o trabalho - *Serviço Social Crítico: Problemas e perspectivas*, CELATS - Cortez, São Paulo, 1985. Mas é sobretudo no processo de revisão da Formação Profissional do Assistente Social no Brasil, em 1982, que se evidencia, no Brasil, uma análise mais direcionada sobre a temática da metodologia.

⁵⁸ Segundo afirma Netto (1989), ao fazer referência à tese de doutoramento de Lídia M. R. da Silva, a maioria dos profissionais que se aproximaram do marxismo o fizeram pela via da prática política, experimentada, inicialmente, no âmbito do movimento estudantil.

aproximação com a tradição marxista. Segundo Netto, essa aproximação foi singularizada por três traços, que estão estreitamente relacionados,

Em primeiro lugar, tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas – as requisições que a comandavam foram de natureza sobretudo ideo-política [...]. Em segundo lugar, e decorrentemente, a referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha determinada menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítica do que pela sua vinculação a determinadas práticas políticas e organizacional-partidárias. Enfim, a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos clássicos da tradição marxista, mas [...] pela via de manuais de qualidades discutíveis.⁵⁹

A assimilação do marxismo pelo Serviço Social se desenvolve, de forma complexa, reduzida à prática política e à leitura de textos questionáveis. Nessas condições, a produção acadêmica do Serviço Social se resume, no início, a leituras rudimentares do “estruturalismo marxista” de Althusser, expressas nas concepções de “prática teórica” e “aparelhos ideológicos do Estado”⁶⁰.

Assim, os caminhos teóricos que levaram o Serviço Social ao marxismo foram marcados pelo ecletismo, pela associação sincrética dos anseios da militância política ao epistemologismo althusseriano⁶¹, com a ausência da teoria social de Marx. Em função desse

⁵⁹ Netto, José P., *op. cit.*, 1989, 97.

⁶⁰ A concepção de “prática teórica” se faz presente em Balibar, E. & Althusser, L. “De el capital a la filosofia de Marx”. Prefácio *Para leer el capital*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1969, e a concepção de aparelhos ideológicos do Estado, em Althusser, L. *Ideologias e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1970.

⁶¹ O epistemologismo althusseriano se traduz na influência que exerceu a socióloga Miriam Limoeiro Cardoso na produção teórica do Serviço Social nos cursos de Pós-graduação em Serviço Social, que se consolidavam no Rio de Janeiro. Isto se objetiva na produção de Silva, M. de G. *Ideologia e reconceituação do Serviço*

ecletismo, estabelece-se uma tensão entre as propostas revolucionárias de transformação da ordem burguesa e os recursos teóricos disponíveis, para se realizar uma análise mais profícua da realidade e da profissão nela inserida. Com isso,

o discurso que se pretendia marxista passou a conviver com uma bagagem teórica eclética, que não era capaz de operar a efetivação das ações declaradas, fazendo com que a ruptura anunciada não fosse integralmente realizada. Verifica-se, por exemplo, no trato do materialismo histórico e dialético, uma clara separação - que chega ao nível da excludência - entre as dimensões lógicas e históricas do método,[observando-se] uma suspensão da história.⁶²

Em outras palavras, o método marxiano e a obra de Marx se faz ausente no debate profissional. As análises teóricas, conforme ressalta Iamamoto, são caudatárias da influência tradicional, na medida em que se opera a separação entre a teoria(dimensões lógicas do método) e o movimento da sociedade(dimensão histórica do método). A produção de conhecimento se afasta da possibilidade de captura da realidade social. Isto se identifica nas seguintes afirmações,

Com o objetivo de elaborar-se um método científico, o método profissional fundamentou-se nas relações, princípios e leis inerentes ao conhecimento e à própria realidade. Tais elementos constituem o conteúdo objetivo do método e permitem concluir que o método profissional está diretamente ligado à teoria científica e à realidade histórica, sendo inconcebível sem elas. Desta forma, a teoria adquire sua significação metodológica e se converte em método, na medida em que

Social(1983), Lima, M.H. *Serviço Social e sociedade brasileira* (1984), Lopes, J.B. *Objeto e especificidade do Serviço Social: o pensamento latino-americano*(1979).

seus princípios, leis e teses são utilizados consciente e adequadamente como instrumentos de conhecimento e transformação prática da realidade. O método, por sua vez, não pode ser entendido, organizado e explicitado independentemente da teoria e da teoria histórica que o fundamenta. Esta interligação entre método, teoria e realidade permite verificar que *o método profissional é um meio de conhecimento e interpretação desta realidade e, ao mesmo tempo, um instrumento de sua transformação.*⁶³

Vale lembrar uma das primeiras experiências do Serviço Social que postulava essa concepção de método, baseada numa perspectiva marxista. Tratava-se do trabalho acadêmico desenvolvido por profissionais e professores da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte/Minas Gerais, o qual conhecido como método BH,⁶⁴ se destacou como a primeira produção metodológica pautada num referencial marxista na profissão. A intenção era produzir conhecimento, de forma sistemática, para atender às demandas sociais orientadas pelo método dialético. Nessa proposta estava expresso um método profissional que se opunha teoricamente ao Serviço Social tradicional. Segundo os autores, a objetivação do método BH requeria a análise da realidade brasileira, a partir da “teoria da dependência”⁶⁵, com vistas à definição do objeto de intervenção, a saber, “a classe oprimida”. Os objetivos profissionais, por sua vez, se distinguiam em objetivo-meta - “a transformação da sociedade e

⁶² Yamamoto, M. V., *op. cit.*, 1992, p.15.

⁶³ Cf. a proposição metodológica de Santos, Leila L. A “relação teoria-prática” no trabalho social: método B.H. In *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1985, p.47.

⁶⁴ A proposta metodológica profissional de Belo Horizonte e a autocrítica postulada por seus formuladores encontra-se em Santos, Leila Lima. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1985.

⁶⁵ Sobre a “teoria da dependência”, o Serviço Social recorreu a Cardoso, F.H. e Falleto, E., *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

do homem” – e em objetivos-meio – “a conscientização, a capacitação e a organização” da classe oprimida. Nesses últimos, estava registrada a influência das idéias de Paulo Freire.⁶⁶

Para os autores, o método BH era “um conjunto de procedimentos interligados e interdependentes, fundamentados em uma teoria científica de análise da realidade”.⁶⁷ Era, assim, considerado um mecanismo de conhecimento e interpretação, como também instrumento de transformação da realidade objetiva. Derivado da tradição marxista, tal concepção de método contemplava elementos que permitiam “o acesso do conhecimento do concreto ao abstrato e, inversamente, do abstrato ao concreto, em movimentos contínuos de análises e sínteses, decomposição e fusão, indução e dedução”.⁶⁸ Segundo os autores, esse processo constante de análise e síntese, de abstração do real sob a forma de conhecimento e vice-versa, constituía a relação entre teoria e prática, o movimento de aproximação sucessiva da realidade.

Naquele momento, o método BH atendeu às expectativas profissionais, na medida em que objetivou uma proposta “teórico-prática”, que relacionava a teoria marxista, expressa “nos princípios e leis da relação recíproca e conexão universal, leis da transformação universal e do desenvolvimento incessante”,⁶⁹ à realidade, através da operacionalização de um modelo de intervenção profissional.

A nosso ver, essa proposta metodológica permitia ordenar e enquadrar a realidade, segundo um modelo formal. A teoria, ou melhor, os procedimentos sistematizadores, determinavam o processo de conhecimento do real. E o método dialético, assimilado do “marxismo vulgar”, foi enquadrado num modelo teórico profissional que, de

⁶⁶ Santos, L., *ibidem*, 1985, p.40-41.

⁶⁷ *Idem*, *ibidem*, p.46.

⁶⁸ *Idem*, *ibidem*, p.47.

⁶⁹ *Idem*, *ibidem*, p.30-31.

forma sistemática, objetivado em várias etapas metodológicas, associava a práxis social à prática profissional, numa tentativa de chegar à realidade.⁷⁰

Nessa proposta metodológica, apesar dos parâmetros teóricos marxistas, distintos das concepções tomistas das origens da profissão, dos pressupostos funcionalistas da institucionalização e da influência estrutural-funcionalista na perspectiva modernizadora, há uma posição metodológica em comum entre as abordagens profissionais - o modo de apreender o ser -, que deriva de uma racionalidade formal-abstrata. Em outros termos, o processo de apreensão da realidade é conduzido por uma racionalidade manipuladora, a qual permite uma interpretação, uma visão da realidade sob a forma lógico-abstrata, não proporcionando o conhecimento das determinações objetivas da realidade. Opera-se, desse modo, a tão conhecida dicotomia entre teoria e prática.

A partir dessa proposição que articula método a método profissional apreende-se que o Serviço Social, nessa análise, não concebe o método marxiano em sua dimensão ontológica – uma relação entre objetividade e subjetividade que se constitui no próprio ser –, mas faz a distinção entre a teoria(conhecimento produzido) e realidade(história). Também não se consegue desprender dos epistemologismos, quando se refere à delimitação de instrumentos para viabilizar a interpretação e transformação da realidade. O método é posto, segundo uma aceção instrumental, em que os mecanismos operativos viabilizariam a interpretação da realidade e não a sua captura. Em outros termos, os dados obtidos na prática seriam sistematizados sob a forma de teoria, associando-se, então, método a método profissional.

⁷⁰ Não pretendemos fazer a crítica ao método BH, inclusive porque seus formuladores já o fizeram. Gostaríamos, apenas, de ressaltar que, mais uma vez, apesar da incorporação dos pressupostos marxistas, o método foi interpretado pelo Serviço Social de forma instrumental, segundo a concepção de aplicação de procedimentos técnicos à prática. A partir dessa perspectiva, pressupõe-se que não é o ser que define o método, mas o conhecimento(subjetividade) que o define. Ergue-se, então, uma concepção gnosiológica de método, centrada no conhecimento e não no objeto.

3. Tendências e polêmicas metodológicas instauradas com a revisão da Formação Profissional de 1982.

Na processualidade da perspectiva de intenção de ruptura, conforme fizemos alusão no item anterior, configura-se um embate teórico em torno da temática da metodologia. Essa polêmica se faz presente durante a revisão da formação profissional, na década de 80, face às novas exigências teórico-metodológicas postas pela sociedade, em função dos vieses metodológicos marxistas cometidos e dos pressupostos metodológicos tradicionais que constituíram o Serviço Social ao longo de sua história no Brasil.

O debate sobre a temática da metodologia no Serviço Social se inscreve no conjunto das complexas transformações da sociedade contemporânea. Essas transformações societárias no capitalismo tardio brasileiro constituem a base sobre a qual se concretizam alterações profissionais, tanto no que se refere ao processo de formação profissional quanto ao exercício da prática. Assim é que

as transformações societárias, reconfigurando as necessidades sociais dadas e criando novas, ao metamorfosear a produção e a reprodução da sociedade, atingem diretamente a divisão sócio-técnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis (parâmetros de conhecimento, modalidades de formação e de prática, sistemas-institucional-organizacionais, etc.)⁷¹

⁷¹ Netto, José Paulo. “Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. In: *Serviço Social e sociedade* nº50. São Paulo: Cortez, 1996, p.89.

Há uma intrínseca relação entre as transformações sociais no processo de reordenamento do capital e o movimento histórico das profissões na sociedade. Em outras palavras, as profissões participam diretamente do processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, apresentando, inclusive, sugestões que alteram sua trajetória histórica enquanto profissão.

As transformações societárias vão tornar-se mais visíveis no mundo contemporâneo, no início dos anos 80, numa das crises recessivas da economia monopolista. Essa recessão colocou em evidência o padrão de acumulação do capital na sociedade burguesa, desde a segunda Guerra Mundial. E, segundo Netto(1996), a partir da referência a David Harvey(1993)

[...]a crise do anos setenta assinalou a exaustão do padrão capitalista monopolista fundado num regime de acumulação “rígido”, que ele designa como “fordista-Keynesiano”; para preservar-se e reproduzir-se, o capitalismo monopolista contemporâneo [...] quer enfrentar a nova agudização das suas contradições iminentes recorrendo a um regime de acumulação “flexível”, que implica, necessariamente, um correspondente modo de regulação.⁷²

A mudança do regime de acumulação “rígido” para o “flexível,” no desenvolvimento do capitalismo monopolista, implicou intensa mobilidade do capital no âmbito mundial. Esse processo se expressa na estruturação de vários mecanismos de concentração do capital, de autonomização do capital, os quais resultaram na saída do controle dos aparatos estatais sobre os mercados, e na formação dos megabloco econômicos (União Européia,

⁷² Idem, *ibidem*, 1996, p.90-91.

Nafta, APEC). Além desses fenômenos, também destacaram-se a intensificação da “revolução informacional”, a “terceirização” dos serviços, a “precarização” do trabalho, os quais irão manifestar-se de forma acentuada na sociedade, com a entrada dos anos 90, contextualizando o cenário da nova ordem mundial.

Por extensão, diferentes níveis da vida social são alterados com a crise do capitalismo, que se manifesta nas “metamorfoses no mundo do trabalho”.⁷³ Tais alterações implicam exploração e precarização da força de trabalho, ampliação do trabalho autônomo, aumento do desemprego. Além disso, incidem na complexificação da estrutura das classes sociais, fragmentando e formando novas clivagens de classes; também interferem na exclusão e restrição de grandes segmentos da sociedade de participar dos padrões de proteção social do Estado (previdência social, saúde, educação, assistência social), bem como no agravamento dos níveis da pobreza, principalmente nas sociedades de objetivação capitalista tardia.

Essas transformações societárias que se desenvolvem em nível mundial repercutem na sociedade brasileira, no momento em que se confirma o desgaste do Estado autocrático. Identifica-se, na efervescente década de 80, a tônica contestatória dos movimentos sociais⁷⁴ que denunciavam as relações de subordinação do Estado brasileiro aos grupos monopolistas internacionais, a expansão das desigualdades sociais, as medidas repressivas do aparato militar. Ao mesmo tempo, evidencia-se a participação do Serviço Social no processo de reorganização dos sindicatos, das associações profissionais, das associações de bairros, entre outros. Nesse

⁷³ Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

⁷⁴ Os movimentos sociais no Brasil, na década de 80, refletiram o processo de reorganização das classes trabalhadoras, das camadas médias urbanas, das minorias sociais que se manifestaram contra as mais diversas formas de desigualdades sociais. A literatura sobre esse processo é ampla nas Ciências Sociais, apontando nas análises, os limites e possibilidades da organização das classes sociais. Dentre as questões mais polêmicas salientam-se a concepção de classe social, a relação com o Estado (políticas públicas), a dinâmica da participação, a negação e/ou afirmação da transformação social, as concepções de cidadania, democracia etc.

contexto, estreitam-se as relações políticas do Serviço Social com as classes trabalhadoras, cuja materialização se verifica na construção do compromisso profissional.

Desencadeia-se, nesse momento, uma aproximação mais fecunda do Serviço Social com a obra marxiana, possibilitando a continuidade do projeto de intenção de ruptura via crítica teórica à própria profissão. A perspectiva de intenção de ruptura⁷⁵ foi sendo gestada na profissão,

[a partir] do esforço de combinar simultaneamente a análise histórica do Serviço Social na sociedade brasileira- de modo que ao explicá-la explicava a si mesmo - e a análise dos fundamentos teórico-metodológicos de sua trajetória intelectual, condição fundante para compreender o modo de pensar a própria profissão.⁷⁶

O aprofundamento do diálogo do Serviço Social com a obra marxiana⁷⁷ se constituiu pelo esforço de profissionais para superar a herança tradicional. Tal esforço foi empreendido na construção de uma postura intelectual capaz de realizar um tratamento mais rigoroso às teorias sociais contemporâneas e ampliar a investigação de temas centrais para a profissão. Observa-se que

No alargamento do universo temático na produção profissional passam a constar análises relativas à natureza do Estado brasileiro na idade do monopólio, às

No Serviço Social, uma das bibliografias mais recentes sobre esse tema é de Cardoso, Franci G. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez/Edufama. 1995.

⁷⁵ A perspectiva de Intenção de Ruptura, “ao contrário [das perspectivas modernizadora e de reatualização do conservadorismo], possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao ‘desempenho tradicional’ e aos seus suportes teórico-metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os paradigmas de intervenção social - o reformismo conservador.” Netto, José Paulo, *op. cit.*, 1991, p.159.

⁷⁶ Yamamoto, M. V. *op. cit.*, 1992, p.47.(mimeo.)

políticas sociais, em especial a seguridade e assistência; incursões no terreno das análises de conjuntura e do poder institucional e a incorporação do debate presente na órbita das ciências sociais sobre os movimentos sociais.⁷⁸

Nesse contexto, fez-se necessária a revisão dos pressupostos teórico-metodológicos que fundamentavam a formação profissional, o que se materializou na reformulação do currículo mínimo do Curso de Serviço Social no Brasil, em 1982. Esse processo de revisão da formação profissional, marcada pela renovação, propunha a crítica à herança tradicional e requisitava a definição de um novo padrão técnico científico.

Para desencadear a revisão curricular, a ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social desenvolve uma pesquisa nas escolas de Serviço Social sobre a formação profissional, com os objetivos de definir uma direção social à formação profissional, relacionar as determinações sócio-históricas da realidade brasileira à profissão e consolidar no currículo uma dimensão política de profissão “comprometida com os interesses das classes trabalhadoras”.

De fato, como aponta a pesquisa [da ABESS sobre a formação profissional na universidade brasileira] a conjuntura histórica do final dos anos 70 e início da década de 80-pontuada por uma [crise econômico-social] - colocou a revisão do currículo e da formação profissional como uma necessidade histórica, contextualizada pela crise da ditadura, pela reorganização da sociedade, pelas

⁷⁷ O Serviço Social realiza a assimilação da teoria social de Marx, no sentido de apreender a gênese da profissão na sociedade capitalista, a exemplo o trabalho de Iamamoto, M. V. e Carvalho, R., *op. cit.*, 1985.

⁷⁸ Ver a respeito Iamamoto, M., *op. cit.*, 1992, p.50.

especificidades da universidade brasileira, deixando patente o esforço de tratar o exercício profissional no interior da dinâmica da sociedade brasileira no anos 80.⁷⁹

Os resultados da pesquisa de ABESS confirmaram a perspectiva de que o movimento histórico da sociedade brasileira incidia sobre a revisão da formação profissional. A realidade social passou, então, a constituir a base fundamental do processo de revisão. A isso, também se associava “a realidade do mercado de trabalho, as condições objetivas do exercício profissional e o jogo das forças [políticas] numa dada sociedade”⁸⁰, os quais propiciariam uma visão mais clara das demandas e exigências sociais.

A nova proposta de formação profissional permitiria responder às demandas requeridas à profissão pela sociedade, propor alternativas à prática, bem como apresentar uma nova direção social à profissão “[...] capaz de articular-se teórica e praticamente com um projeto social das classes subalternas em suas relações com as forças dominantes”.⁸¹

O reordenamento da formação profissional se colocava no projeto em virtude da recomposição das forças sociais no cenário político do país, apontando, assim, para a articulação do Serviço Social com os interesses das “classes sociais subalternas”.⁸² A organização das classes subalternas sob a forma de movimentos sociais impulsionou a determinação de uma direção social da formação profissional comprometida com os interesses dessas classes.

⁷⁹ ABESS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: *Serviço Social e sociedade* n° 50, São Paulo: Cortez, 1996, p.145.

⁸⁰ Vv. Aa., *op. cit.*, 1984, p.119.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p.119.

⁸² O conceito de classes sociais, definido pelos autores do projeto de formação profissional do assistente social no Brasil de 1982, aparece difuso na concepção de classes trabalhadoras, classes subalternas. Não se tem um conceito preciso de classes, pois o envolvimento político dos profissionais com o projeto dessas classes a partir da renovação contribuiu para não se ater ao rigor conceitual que o termo exigia.

A possibilidade de se efetivar, na prática do Serviço Social, o compromisso político com as “classes sociais subalternas” apontou para um novo horizonte profissional que incorria numa postura crítica em relação à sociedade capitalista e à própria profissão.

Apesar da ampla repercussão da nova direção social, alguns problemas se apresentaram “tais como a ausência de mediações, responsável pelas dificuldades de singularizar as relações entre projeto profissional e projeto sociopolítico.”⁸³ Seria necessário aprofundar a idéia de que, a direção social se constituía na relação dinâmica entre profissões e “classes sociais subalternas”, o que implicava considerar a interlocução entre os diferentes projetos sociopolíticos presentes na sociedade.

Ao tratar sobre as dificuldades encontradas pelo Serviço Social na definição da direção social assinalada para a profissão, a ABESS argumenta

que essas proposições careceram de mediações entre a direção social da prática profissional e o projeto social vinculados às classes trabalhadoras. É possível assinalar que houve uma incorporação mecânica do método crítico-dialético na apreensão da realidade social, ocultando o significado da profissão.⁸⁴

O reconhecimento da “insuficiente apreensão do método crítico-dialético”⁸⁵, expresso no projeto de formação profissional, seria um dos fatores que explicariam os impasses da prática profissional. E, para responder a essa deficiência, ou compreender suas razões, a questão da metodologia passa a ser o centro do debate teórico da profissão.

⁸³ ABESS, *op.cit.*, 1996, p.146.

⁸⁴ *Idem, ibidem*, p.146.

⁸⁵ *Idem, ibidem*, p.148.

Para aprofundar essa temática, a ABESS realizou de 1987-1989 uma pesquisa, na universidade brasileira, sobre o ensino da metodologia de Serviço Social durante a implantação do novo currículo. Essa pesquisa sobre o ensino da metodologia foi desenvolvida com o objetivo de realizar um mapeamento das tendências e alternativas postas no ensino da metodologia, no interior do novo currículo, face à diversidade do processo de implantação nas unidades de ensino. A importância da realização da pesquisa também se justificava em função da necessidade de se superarem os antigos dualismos profissionais: teoria *versus* metodologia, Serviço Social reconceituado *versus* Serviço Social tradicional.

A disciplina Metodologia do Serviço Social é proposta, no currículo, em substituição às disciplinas Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, as quais eram responsáveis pelo tratamento do método profissional(procedimentos e instrumentos técnico-operativos)⁸⁶. A partir da nova direção social do currículo, urgia superar, na formação profissional, essa abordagem metodológica tradicional e apresentar uma nova concepção de metodologia que correspondesse à articulação da relação teoria/história/método. Nesse processo de revisão da concepção de metodologia, também era imprescindível contemplar, no novo currículo, o modo como foi incorporado pelo Serviço Social o conhecimento de disciplinas das Ciências Sociais(psicologia, sociologia) e da tradição marxista ao longo da trajetória profissional.

Todavia, a análise do relatório da pesquisa sobre o ensino da disciplina metodologia revelou que “a inserção acadêmico-institucional das unidades de ensino do Serviço Social, no Brasil, expressa uma ampla diversidade entre as escolas, com diferenças no

⁸⁶ Essas disciplinas estavam referenciadas, no currículo, pela perspectiva estrutural-funcionalista, as quais constituíam as abordagens de caso(individual), grupo e comunidade.

ritmo de implantação do novo currículo, configurando uma heterogeneidade no trato da questão metodológica.”⁸⁷

Esse caráter heterogêneo, observado na forma com que a questão metodológica é abordada no Ensino do Serviço Social, é expresso em quatro tendências. A primeira tendência revela a justaposição de conteúdos diversos, que remetem à relação entre teoria/história/metodologia do Serviço Social, bem como a apreensão do marxismo enquanto uma particularidade das Ciências Sociais ou como teoria social. A segunda tendência indica que a transferência dos conteúdos do antigo para o novo currículo foi conduzida segundo uma perspectiva crítica; porém isso de fato não representa, na articulação do novo conteúdo, uma ruptura com a concepção de metodologia tradicional. A terceira tendência aponta a questão da metodologia como um conteúdo específico a uma disciplina, em contraposição ao entendimento da metodologia como fundamento básico que articula os diferentes conteúdos do currículo, o que remete à antiga polêmica profissional – à relação teoria/prática. A quarta tendência destaca, por sua vez, a necessidade de o Serviço Social romper com a concepção tecnicista de metodologia, estabelecendo prioridade à concepção que procura articular a metodologia do Serviço Social aos métodos das Ciências Sociais, sem considerar a importância da dimensão técnico-operativa da profissão.

Segundo o relatório da ABESS, a primeira tendência aponta uma exposição “tripartida” das Ciências Sociais, expressa nas perspectivas positivista, fenomenológica e marxista no conteúdo da disciplina metodologia. Essas perspectivas teóricas eram repassadas como especificidades das Ciências Sociais, sendo expostas suas diferenças num mesmo nível.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p.229.

A perspectiva marxiana, por exemplo, não era analisada enquanto teoria social, ao contrário, estava expressa como particularidade das Ciências Sociais.

Essa primeira tendência, segundo o relatório de ABESS, tem suas origens no pensamento positivista, que fundamentou uma concepção de Ciências Sociais: “A origem das Ciências Sociais enquanto Ciências Sociais particulares, como um campo autônomo do conhecimento, com método próprio e que tem suas raízes no embate intelectual no século XIX”.⁸⁸ As Ciências Sociais estiveram, então, à procura de uma teoria científica que propiciasse a análise do social a partir da ótica de disciplinas específicas, como a sociologia, economia, antropologia, psicologia. Em contraposição a essa perspectiva, a teoria crítico-dialética analisava a sociedade do ponto de vista da totalidade, da historicidade, considerada uma teoria social. A teoria social, segundo os autores do texto da ABESS, diz respeito à investigação e explicação de um dado ser em movimento na sociedade.

Essa concepção de teoria social comporta a existência das teorias setoriais ou as disciplinas particulares, mas sempre subordinadas a uma matriz teórica maior. Assim, a teoria social não é uma ciência, mas concerne à compreensão da totalidade social em movimento, a apreensão do que constitui a substância da história.⁸⁹

A exposição desses conceitos sobre Ciências Sociais e teoria social se deve à necessidade de explicitar o modo como o Serviço Social, no ensino da disciplina metodologia, tratou cada vertente teórica como se fossem disciplinas específicas das Ciências Sociais, sem

⁸⁸ Vv. Aa. Ensino de Metodologia nos Cursos de Serviço Social (Parte Primeira). *Metodologia no Serviço Social*. Caderno ABESS nº3. São Paulo: Cortez, 1989, p 70.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p.71.

relacioná-las à matriz metodológica da tradição positivista ou à matriz crítico-dialética. Isso se observa no texto, ao se afirmar que

muitas vezes o ensino da disciplina começa por uma inserção na metodologia científica para depois dispersar-se pelas três vertentes positivista, fenomenológica e dialética. Inclusive trata estas vertentes como versões unitárias, o que sem dúvida, não são [...]. Há ainda em alguns currículos a tendência à especialização em uma dessas vertentes teóricas.⁹⁰

Além disso, segundo o relatório, os conteúdos da disciplina nas diferentes unidades demonstravam uma “tendência à vulgarização do pensamento dialético e uma contratendência em sua análise crítica a partir dos matizes e vertentes dessa corrente”.⁹¹ Esse tratamento dado ao referencial marxiano revelava o nível problemático da aproximação com a teoria social de Marx e de sua interpretação pelo Serviço Social.

Ainda foi identificado nos conteúdos da disciplina um tratamento eclético da questão metodológica, “ecletismo [que] aparece não na presença de diferentes perspectivas, mas na busca de conciliação de tendências opostas.”⁹² Aponta o relatório a necessidade de superar essa associação eclética de tendências opostas.

A segunda tendência da pesquisa sobre o ensino da metodologia se refere à “transição dos conteúdos do antigo currículo para o novo currículo, como um remanejo ou construção de um patamar crítico”.⁹³ A transposição dos conteúdos de caso/grupo e comunidade se desenvolveu sem uma análise crítica, incorrendo numa diferenciação superficial

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 73-74.

⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 74.

⁹² Idem, *ibidem*, p. 74.

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 76.

entre o tradicional (metodologia de caso/ grupo/ comunidade)⁹⁴, visto como mau, e o novo (método único, centrado nos processos de conscientização, organização e mobilização), como bom. A metodologia tradicional não aparece, no currículo, tripartida em caso, grupo e comunidade. Contudo, o novo não passou do nível das intenções, porque, apesar de emergir uma nova concepção de metodologia⁹⁵ associada aos pressupostos marxistas, os profissionais não conseguiram apropriar-se do método dialético e expô-lo sob forma de conhecimento, prevalecendo uma indefinição sobre a questão metodológica.

Segundo os pesquisadores, a ausência de profundidade das teorias que expressavam o “tradicional” e o “novo” nos conteúdos dificultou a delimitação de parâmetros de análise que pudessem apontar criticamente as características de ambas as concepções. Conforme destacam, “a relação dos conteúdos tradicionais com os novos conteúdos é trabalhada de forma mecanicista, justaposta e fragmentada. Não se percebe a perspectiva de confronto que permeia a dinâmica do processo histórico do Serviço Social”.⁹⁶ O tradicional e o novo aparecem mesclados no ensino da metodologia, porque

[A expressão das modalidades interventivas de caso, grupo e comunidade] são as mais variadas, indo de um extremo onde o caso, grupo e comunidade aparecem agregados a determinadas concepções teóricas(funcionalismo, fenomenologia e materialismo histórico-dialético) até a visão de metodologia enquanto

⁹⁴ Segundo está exposto no relatório, a metodologia tradicional, de caráter descritivo, fundamentada no empirismo da Escola Norte-Americana de Serviço Social, propiciava a seleção, classificação e sistematização da realidade, a partir da observação de situações sociais problema, pautada num enfoque de neutralidade da perspectiva funcionalista. Idem, *ibidem*, p.72.

⁹⁵ Nessa nova concepção, “o método aparece como uma relação necessária entre o sujeito que investiga e o objeto investigado. O estudo do fenômeno busca a verdade constituinte, como este se constrói na história”. Idem, *ibidem*, p.71.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 77.

conhecimento e interpretação da realidade, e consequentemente, sua expressão nas estratégias de ação profissional.⁹⁷

Para os pesquisadores, não se observa nos novos conteúdos da disciplina uma análise crítica sobre a metodologia tradicional, que estava centralizada na operacionalização dos processos de caso, grupo e comunidade. “Passa-se pela busca do método único, [identificando-o] como representante do novo.”⁹⁸ Noutros termos, eram negadas as modalidades interventivas tradicionais; contudo, não havia clareza sobre o processo metodológico segundo uma perspectiva de ruptura.

Em síntese, o remanejamento dos conteúdos metodológicos do antigo currículo para o novo currículo ocorreu sem a crítica às metodologias tradicionais. A ruptura com o tradicional se deu, apenas, no nível das intenções, porque não se objetivou uma leitura mais rigorosa do método dialético enquanto referência de análise sobre a realidade social. Ideologicamente se assumiu uma nova perspectiva, sem, no entanto, ser incorporada objetivamente no plano teórico.

A terceira tendência aponta a questão da metodologia como conteúdo restrito a uma disciplina ou sua articulação com o currículo como um todo. Segundo os pesquisadores, colocou-se em evidência a questão da relação teoria/prática que fundamentava a proposta de ensino.

Esta questão manifesta-se de várias maneiras como a tendência ao privilégio do discurso teórico em detrimento da vinculação teoria/prática, [como também] na

⁹⁷ Idem, *ibidem*, p.77.

⁹⁸ Silva & Silva, Maria O. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 230.

tendência em separar metodologia da ação e metodologia do conhecimento e na tendência de compreendê-las como uma só expressão.⁹⁹

Essa terceira tendência também destaca nos conteúdos programáticos analisados duas vertentes teóricas no currículo do curso de Serviço Social. Tais vertentes, denominadas de sulina e maranhense, expressaram, na profissão, a forma como se desenvolveu o processo de assimilação da teoria social de Marx.

A vertente sulina repôs a afirmação de que o Serviço Social como atividade profissional

não possui uma legalidade teórica ou científica e a sua especificidade estaria dada não por uma teoria própria, ou um método próprio, mas pela institucionalização [profissional] como atividade determinada na divisão social e técnica do trabalho.¹⁰⁰

A vertente maranhense, por outro lado, contestava

[a concepção] de teoria como campo exclusivo da ciência, o que exclui a possibilidade de elaboração teórica em outras instâncias da vida social. [...] O conhecimento que se produz [a partir da prática] pode antecipar a própria formulação do conhecimento científico. [...] a questão da teoria do Serviço Social é uma exigência de sua prática.¹⁰¹

⁹⁹ ABESS, *op.cit.*, 1989, p.80.

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 84.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 86.

Essa segunda vertente não afirmava a existência de uma teoria ou método próprios ao Serviço Social. Contudo, postulava a noção de que as elaborações teóricas profissionais, resultantes da prática, não podiam ser denominadas de sistematização da prática; ao contrário, estas podiam alcançar um nível de abstração, representadas em elaborações teóricas parciais.

Nessa tendência estava expressa, ainda que de forma superficial, a polemização em torno da existência ou não de uma teoria e/ou metodologia própria ao Serviço Social, questão central do debate teórico, travado posteriormente. Dada a exposição dessas diferenças teóricas, afirmamos que predominavam interpretações diferentes sobre metodologia, orientada na mesma perspectiva teórica - a tradição marxista.

A questão metodológica, segundo a vertente sulina, permeava todo o currículo, dizia respeito a uma teoria social, não podendo estar reduzida à sistematização dos dados empíricos. A vertente maranhense, ao contrário, afirmava que a prática profissional anteciparia formulações teóricas que, apesar de não estarem no mesmo nível de abstração das teorias sociais, não representavam mera sistematização da prática. Com isso, essa segunda vertente profissional, postulava uma metodologia específica da profissão, que se constituía em metodologia do conhecimento e metodologia da ação.

A quarta tendência do ensino da metodologia expõe a importância do aparato técnico-operacional no interior da discussão metodológica. Segundo os pesquisadores, “há aqui, uma certa convergência em entender que a prática profissional supõe um arranjo político-programático dos procedimentos, na forma de estratégias e táticas frente a uma situação concreta”.¹⁰²

¹⁰² Idem, *ibidem*, p. 87.

Essa quarta tendência expõe o significado do instrumental técnico no debate metodológico, haja vista o caráter interventivo da profissão na realidade. Tal conteúdo remeteu à discussão do ensino dos procedimentos técnico-operativos, ou seja, de como capacitar o aluno para realizar pesquisa, entrevistas, elaborar diagnósticos a partir de uma referência teórica. Entretanto, esse conteúdo foi tratado de forma pouco relevante, aparecendo apenas como apêndice nos conteúdos programáticos, como se estes só pudessem ser identificados com a metodologia tradicional nos processos de caso, grupo e comunidade.

No entanto, “nas escolas em que a hegemonia cabe aos defensores do Serviço Social como campo específico do saber, a proposta da disciplina é direcionada no rumo de estimular e parametrar a construção de uma teoria própria [do Serviço Social]”.¹⁰³ Decorre dessa perspectiva associar as estratégias de ação e os instrumentos técnico-operativos à metodologia, como se a especificidade e a operacionalidade da prática profissional resultassem da concepção de Serviço Social fundada num objeto próprio, peculiar à profissão.

Porém, nas unidades de ensino, em que se reconheceu que a especificidade é posta a partir da inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e que, sendo assim, o Serviço Social não possui uma teoria própria, seu estatuto teórico é dependente do conhecimento das Ciências Sociais e da teoria social de Marx. Não é possível extrair, de forma direta, do referencial teórico marxiano uma metodologia específica do Serviço Social. Conforme afirmavam os pesquisadores, “a utilização [do instrumental] parece adquirir conteúdo na relação com a teoria que lhe dá significado”.¹⁰⁴

Os resultados da pesquisa nacional de ABESS sobre o ensino da metodologia no currículo de Serviço Social de 1982, expressos nessas quatro tendências, apontaram

¹⁰³ *Idem, ibidem*, p. 88.

interpretações diferenciadas da concepção de metodologia no currículo. A emergência de concepções distintas de metodologia revelou a diversidade de vertentes teóricas assimilada no interior da matriz teórica marxiana pelos profissionais.

As análises que decorrem da pesquisa de ABESS sobre o ensino da metodologia, expressas nas tendências, demonstraram que a revisão curricular “não supera os dualismos que têm marcado a trajetória histórica do Serviço Social: Serviço Social tradicional *versus* Serviço Social reconceituado; teoria *versus* metodologia”.¹⁰⁵ Todas essas considerações evidenciam a maneira como se processou a assimilação da teoria social de Marx pela profissão, marcada pela diversidade de tendências teóricas no contexto das transformações sociais.

Em decorrência das tendências apontadas na pesquisa foi desencadeado um debate teórico sobre a temática da metodologia¹⁰⁶, o qual tratou de duas questões teóricas fundamentais: a existência ou não de uma teoria e metodologia próprias ao Serviço Social e a distinção entre metodologia do conhecimento *versus* metodologia da ação. É a partir desse debate que emergem as diferentes posições metodológicas no processo de formação profissional.

Nesse debate sobre a temática da metodologia destacam-se textos fundamentais de intelectuais da profissão, que subsidiaram o aprofundamento teórico da temática; dentre estes destacam-se o texto de Nobuco Kameyama - Metodologia: uma questão em questão; o de José Paulo Netto - *Notas para sistematização da prática e teoria em Serviço Social*; o texto de Marina Maciel e Franci Cardoso Gomes - *Metodologia do Serviço Social- a práxis como base conceitual*; o texto de Vicente de Paula Faleiros - *A questão da metodologia em Serviço*

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, p.87.

¹⁰⁵ Silva & Silva, *op. cit.*, 1995, p. 229.

Social: reproduzir-se e representar-se; e o texto de Marilda Vilela Iamamoto - *A questão da metodologia no Serviço Social: indicações para o debate*. Os textos de Nobuco Kameyama, José P. Netto, Marilda Iamamoto serão analisados na segunda parte desta dissertação, com a pretensão de responder: quais e em que medida diferentes perspectivas de interpretação da teoria marxiana, expressas no debate, reforçaram a metodologia tradicional do Serviço Social ou avançaram na crítica a essa metodologia.

¹⁰⁶ O debate teórico sobre a questão da metodologia, conforme já fizemos referência, foi promovido pela ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social e encontra-se publicado sob a forma de textos de autores da profissão. *A metodologia no Serviço Social. Cadernos ABESS n.3*. São Paulo: Cortez, 1989, p.99-191.

II REFLEXÃO SOBRE AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS DO DEBATE DA METODOLOGIA NO SERVIÇO SOCIAL NA DÉCADA DE 80

Esta segunda parte da dissertação trata do debate teórico da metodologia no Serviço Social na década de 80. Em particular, recupera a interlocução de autores da profissão que, de forma diversa, sob a ótica do referencial marxista, aprofundam e confirmam a discussão teórica em torno da existência ou não de uma teoria e metodologia própria ao Serviço Social e sobre a distinção entre metodologia do conhecimento e metodologia da ação.

Conforme nos referimos no primeiro capítulo, a metodologia é uma questão fundamental para o Serviço Social, diz respeito ao modo de apreender o ser que se constitui na sociedade. Sendo premida pelas condições histórico-sociais e pela apropriação de conhecimento das Ciências Sociais e da tradição marxista, a profissão se posicionou metodologicamente de forma diferenciada na realidade, desenvolvendo análises sobre a sociedade e propostas de intervenção pautadas por referenciais teóricos diversos.

Os textos que a seguir analisaremos demonstram a tentativa de estudiosos do Serviço Social, herdeiros da tradição marxista, de aprofundar a temática da metodologia e superar a concepção tradicional de metodologia¹⁰⁷ nessa profissão, substituindo-a por uma nova concepção de metodologia “enquanto [possibilidade] de conhecimento da

¹⁰⁷ Segundo esses estudiosos, a concepção de metodologia tradicional estava reduzida à delimitação de procedimentos técnico-operativos para orientar a intervenção na realidade; assim urgia superar essa concepção tecnicista e apontar uma nova perspectiva de metodologia que possibilitasse uma análise da realidade social. Conforme analisamos na primeira parte desta dissertação, a metodologia tradicional é orientada por uma racionalidade formal-abstrata, ou seja, o modo de apreender a realidade é direcionado a partir do recorte singular dos fenômenos sociais, abstraindo empiricamente tais fenômenos da dinâmica da totalidade.

realidade[social]”. Em função de tal pretensão, os autores analisam e expõem uma dada concepção de método/metodologia.

As diferentes interpretações sobre método, nesses textos, alimentam o debate teórico profissional, sem remeter à construção de um arcabouço metodológico consensual na profissão. A partir da exposição vamos procurar responder quais e em que medida as diferentes interpretações da teoria marxiana, expressas no debate, reforçaram a metodologia tradicional do Serviço Social ou avançaram na crítica a essa metodologia.

1.A interlocução do Serviço Social com as matrizes do conhecimento: implicações metodológicas

Essa reflexão sobre o debate da metodologia no Serviço Social foi iniciada pelo texto de Nobuco Kameyama – Concepção de teoria e metodologia, em “Metodologia: uma questão em questão” (Parte Segunda).¹⁰⁸ Esse texto foi elaborado para responder às questões que se desdobraram da pesquisa de ABESS sobre o ensino de metodologia na formação profissional, como “a mediação, a concepção de teoria e metodologia; a existência de teoria ou teorias no Serviço Social, a diferença entre especificidade, identidade e particularidade do Serviço Social”.¹⁰⁹

Para contribuir com a discussão, a autora parte do pressuposto de que “o Serviço Social é uma especificidade das Ciências Sociais e, portanto, não tem uma metodologia própria e carece de uma teoria específica”.¹¹⁰ Esse pressuposto advém da concepção de que os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social têm suas origens nas duas matrizes centrais do conhecimento: a das Ciências Sociais e a da teoria marxiana.¹¹¹ De acordo com essa posição metodológica, o Serviço Social, enquanto profissão fundada na divisão socio-

¹⁰⁸ O texto de Nobuco Kameyama foi apresentado no Seminário Nacional sobre Ensino de Metodologia no Serviço Social realizado na PUC-SP no período de 11 a 15 de abril de 1988, depois publicado no Caderno ABESS nº3 em 1989.

¹⁰⁹ Kameyama, Nobuco. Concepção de teoria e metodologia/Metodologia: uma questão em questão (Parte Segunda). In: *Caderno ABESS nº3 - Metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 99.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹¹ Se a profissão não tem um arcabouço teórico-metodológico próprio, na medida em que se apropriou do conhecimento produzido pelas Ciências Sociais e pela teoria marxiana, por que se constitui numa especificidade das Ciências Sociais? O que define o Serviço Social? Qual sua função social? Nessa passagem, Kameyama não explica a gênese da profissão a partir de sua inserção na divisão social do trabalho na fase do capitalismo monopolista, cuja função básica é a assistência social no processo de reprodução e controle da ideologia dominante. Sobre a gênese do Serviço Social ver Leroux, J. V., *op.cit.*, 1986; Iamamoto, M.V. e

técnica do trabalho, de caráter interventivo, não tem um saber específico, construído individualmente; ao contrário, o conhecimento produzido pela profissão está ancorado no conjunto das teorias que extrai das disciplinas das Ciências Sociais ou da tradição marxista.¹¹²

Kameyama esclarece que a teoria marxiana não se inclui enquanto uma das teorias das disciplinas das Ciências Sociais, pois essa teoria “tem uma especificidade na medida em que é a única teoria que resgata a totalidade e a questão da transformação”.¹¹³ Contudo, a autora não explica que o fundamento que rege à teoria marxiana (a prioridade ontológica do ser) se distingue dos pressupostos positivistas que fundam as disciplinas das Ciências Sociais.¹¹⁴ Desse modo, a teoria marxiana não poderia ser considerada uma particularidade das Ciências Sociais.

A partir dessas considerações, a autora expõe duas questões centrais do debate sobre a metodologia, a saber, “Relação teoria/prática e concepção de metodologia do conhecimento e metodologia da ação”.

Carvalho, R. *op. cit.*, 1986; Iamamoto, M. V. “Divisão do trabalho e Serviço Social”. In: *Renovação e conservadorismo no Serviço Social : Ensaio Crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.

¹¹² Isso quer dizer que o que especifica a profissão na divisão social do trabalho é a operacionalidade de serviços sociais assistenciais no trato da “questão social” no exercício do controle social das “classes que vivem do trabalho” e dos grupos sociais excluídos do processo social.

¹¹³ *Idem, ibidem*, p.100.

¹¹⁴ As disciplinas das Ciências Sociais — economia, sociologia, psicologia, direito — são regidas por princípios positivistas que fraturam o conhecimento da realidade social, na medida em que cada disciplina dá ênfase a seu objeto particular, isolando-o do conjunto dos fenômenos que compõe a realidade social, como se esse objeto tivesse uma legalidade própria, uma autonomia frente à dinâmica social. Segundo Lukács: “Daí o surgimento de fatos isolados, de conjuntos isolados de fatos, de setores particulares com legalidade própria (teoria econômica, direito, etc.) que se afiguram, na sua aparência imediata, como largamente elaborados pelo estudo científico. [...]”. Lukács, G. “Marxismo e questões de método na Ciência Social.” In: *Sociologia/ organizador José P. Netto*; [Tradução José P. Netto e Carlos N. Coutinho], São Paulo: Ática, 1981, p.66.

1.1. Sobre a relação teoria/ prática

Com relação ao primeiro tema, “Relação teoria/prática”, Kameyama destaca que, no contexto da profissão de Serviço Social, se apresenta uma polêmica entre atividade teórica e atividade prática que seria decorrente dos pressupostos positivistas que, através das Ciências Sociais, orientou a profissão ao longo da sua história. Nessa ótica, “a atividade teórica é diferente da prática e, enquanto teoria, ela não tem condições de orientar a ‘prática’ profissional”¹¹⁵. Segundo a autora, para determinados profissionais, a teoria estaria circunscrita à atividade do pensamento, ao conhecimento produzido e acumulado pela sociedade; a prática, por outro lado, diria respeito à ação, à intervenção direta dos profissionais na realidade.

Dada a evidência da fragmentação entre teoria e prática, polemizada de diversas formas ao longo da história profissional, Kameyama argumenta que “essa dicotomia apresentada resulta na compreensão do que é teoria e prática na teoria marxiana”¹¹⁶. A dicotomia teoria e prática que historicamente se consolidou na profissão teria impedido o entendimento da relação teoria/prática na teoria marxiana. Isso significa que a teoria(conhecimento) determinaria o modo de apreender a relação teoria/prática que se constitui objetivamente na profissão.

A afirmação da autora nos leva a argumentar que o cerne da dicotomia teoria e prática está no modo como o sujeito apreende a dicotomia, está na esfera da teoria(conhecimento), não está na esfera do ser, nas condições histórico-objetivas de

¹¹⁵ Idem, *ibidem*, p.99.

reprodução do Serviço Social na sociedade capitalista. Segundo essa perspectiva, no processo metodológico, o sujeito(o conhecimento) define o modo de capturar a dicotomia teoria e prática que se constitui na profissão. Predomina, nesse processo, uma concepção gnosiológica de análise da relação teoria/prática na profissão.

Isto reflete um tratamento gnosiológico da dicotomia teoria e prática na profissão, próprio de uma racionalidade formal-abstrata. Essa interpretação impede o desvelamento da complexa relação teoria/prática, na medida em que atribui ao ser (profissão) uma legalidade que é própria do modo como o conhecimento opera, ou seja, como o sujeito entende a dicotomia teoria/prática, não revelando o modo como a relação teoria/prática se constitui objetivamente na profissão. O conhecimento, nessa perspectiva, não reflete o que o ser é (ontologia), mas o que é possível conhecer sobre o ser (gnosilogia).

No tocante a esse primeiro argumento da autora sobre a dicotomia teoria e prática, entendemos que a segmentação entre teoria e prática se constitui historicamente no Serviço Social dada a natureza da profissão na sociedade — a atividade profissional que se inscreve na divisão social do trabalho que se materializa através da intervenção direta na realidade — e ao caráter instrumental dessa atividade — operacionalização de procedimentos técnico-operativos, os quais se objetivam face à necessidade de a profissão dar respostas imediatas à realidade.

Convém ressaltar que é também em função da especificidade da prática na sociedade capitalista que o Serviço Social extrai das Ciências Sociais e da tradição marxista os aportes teóricos necessários para responder, de forma imediata, às demandas sociais. O modo instrumental como esse processo se realiza contribui para reforçar a dicotomia teoria e prática

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p.99.

na profissão e caracterizar o Serviço Social como atividade eminentemente prática. Isto nos remete à seguinte assertiva:

Sendo o Serviço Social uma disciplina de intervenção na realidade, as atividades de elaboração teórica não têm sido o eixo do labor profissional. Ao contrário, emergindo no seio da sociedade capitalista que tende a segmentar teoria e prática, tem-se definido como uma atividade predominantemente prática, de aplicação de conhecimentos produzidos em outras instâncias, visando à introdução de mudanças imediatas no contexto social.¹¹⁷

Na continuidade do primeiro tema, Kameyama expõe um segundo argumento para explicar a dicotomia teoria e prática na profissão. Recorre a Vázquez, na esteira da tradição marxista, o qual afirma que “uma contraposição entre teoria e prática tem sua raiz no fato de que a primeira, em si, não é prática, isto é não se realiza, não se plasma, não produz nenhuma mudança real”¹¹⁸. Em Vázquez, a teoria se diferencia da prática porque a teoria não é atividade concreta, não se realiza, não é capaz de produzir uma transformação do real, ao contrário da prática, que implica uma efetiva transformação da realidade.

Em sua obra *Filosofia da práxis* (1977), Vázquez expõe que a atividade da consciência é eminentemente teórica, está circunscrita ao campo da consciência. Não implica a transformação da realidade natural e social, tanto no que se refere à produção de finalidades, quanto à produção de conhecimentos. Para ele, a atividade teórica não é práxis¹¹⁹, não incide sobre o real de forma a alterar sua lógica. Em suas palavras, “a atividade teórica em si não

¹¹⁷ Yamamoto, M. V. *op. cit.*, 1992, p.53.

¹¹⁸ Vázquez, A S. *apud* Kameyama, N., *op. cit.*, p.99.

modifica realmente o mundo - mesmo que mudem nossas idéias a respeito dele - não nos parece legítimo falar de práxis teórica”¹²⁰. Porém, afirma o autor que é na práxis, na atividade concreta que a atividade teórica encontra suas finalidades, seus fundamentos.

A atividade prática, por outro lado, é considerada por esse autor como atividade humana que se manifesta no trabalho enquanto prática produtiva, na atividade artística, na práxis revolucionária, e que implica a adequação de determinadas finalidades. A atividade prática é objetiva, caracteriza-se pela transformação da realidade natural e social, a partir de necessidades postas, colocando em exercício uma série de atos humanos, que resultam na concreção de um dado objeto. Em sendo assim,

[...]o que caracteriza a atividade prática é o caráter real, objetivo da matéria-prima sobre o qual se atua, dos meios ou instrumentos com que se exerce a ação e de seu resultado ou produto. Na atividade prática o sujeito age sobre uma matéria que existe independente de sua consciência e das diversas operações ou manipulações exigidas para sua transformação.¹²¹

Para Vázquez, a atividade prática é adequada a objetivos, pressupõe o posicionamento de finalidades postas pelo sujeito que se concretizam no mundo real. Nessa atividade, o homem desenvolve a ação sobre uma matéria que lhe é exterior, que existe independente de sua consciência e que pode ser por ele manipulada e transformada.

¹¹⁹ Nas palavras de Vázquez, “por mais estreita a relação entre uma e outra, a atividade teórica, não mostra os traços privativos da práxis [...]. A atividade teórica não é uma forma de práxis.” Vázquez, A. S. O que é práxis. In: *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.202.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p.204. Nessa passagem, Vázquez critica a concepção de prática teórica em Althusser, afirmando que a teoria só se plasma na realidade a partir da concretização de finalidades postas no trabalho. Mas isso não implica a constituição de uma prática teórica porque para ele teoria em si não é uma forma de práxis, ela se constitui idealmente em função de uma necessidade concreta, que não implica a modificação de sua essência enquanto atividade cognoscitiva.

Marx, na I Tese Ad Feurbach, em sua análise sobre a relação teoria/ prática, faz a crítica ao materialismo mecanicista, vulgar, visto que este não considerava a atividade concreta enquanto atividade humana sensível. Conforme afirma, “Feurbach quer objetos sensíveis – realmente distintos dos objetos do pensamento –, mas não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva”¹²². Marx defende o pressuposto de que a atividade humana relaciona complexamente as dimensões objetivas da natureza à atividade do pensamento. A atividade humana é atividade sensível porque, através da teleologia, das finalidades, o homem imprime à atividade um caráter social, objetivado pelo trabalho. Isto não significa postular a identidade entre as duas dimensões – subjetividade e objetividade –, nem tampouco a evidência de uma determinação objetivista. Mas, ao contrário, a produção de uma atividade concreta.

Vázquez, na trilha do pensamento marxiano, ao estabelecer a distinção entre ambas atividades(teórica e prática) e, ao mesmo tempo, postular a sua unidade indissolúvel, quer destacar o caráter material da atividade humana. Analisa, desse modo, a relação entre teoria e prática em dois planos diferentes: o primeiro, da atividade humana em geral, que articula o conhecimento e os fins no processo de transformação natural e social; e o segundo, da atividade científica que corresponde à produção de conhecimentos, no caso as leis, teorias. Sobre o caráter da atividade científica, explica que

Falamos aqui do teórico num sentido amplo que abarca tanto a esfera dos fins, como dos conhecimentos. Nesse sentido, o teórico se contrapõe - não de modo absoluto, mas relativo - ao prático. Num sentido mais restrito, o teórico - o domínio da teoria - se aplica a um conjunto de conhecimentos aglutinados em torno de um

¹²¹ Idem, *ibidem*, p.193.

¹²² Marx, K. e Engels, F. “Teses Ad Feurbach”. In: *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987, p.11.

princípio unificador que os articula e sistematiza, constituindo assim um determinado campo científico.¹²³

Isto não quer dizer que existe um campo autônomo da ciência que circula em torno dela mesma, porque o conhecimento se constitui a partir das exigências sociais, ou seja, a partir de uma subjetividade que produz conceitos, leis, teorias premida pelas demandas do mundo real.

Kameyama, baseada nas referências de Vázquez, expõe que a teoria é

a forma de organização do conhecimento científico que nos proporciona um quadro integral de leis, de conexões e de relações substanciais num determinado domínio da realidade. É um sistema de representações, idéias, referentes à essência do objeto, às suas conexões internas, às leis do seu funcionamento e aos processos e operações no domínio teórico e prático da realidade. A teoria consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento e na atividade transformadora.¹²⁴

A teoria, de acordo com a autora, corresponderia a um conjunto de representações, de conceitos sobre um dado objeto que, ao mesmo tempo, permitiria o conhecimento e transformação do real; no entanto, a autora não demonstra como esse processo se desdobraria. Essa concepção de teoria está apoiada na idéia de Vázquez, segundo a qual o conhecimento produzido resulta de operações mentais como abstração, síntese,

¹²³ Vázquez, A. S., *op. cit.*, 1977, p.193.

¹²⁴ *Idem, ibidem*, p.100.

dedução. E tais elaborações teóricas, produto da atividade subjetiva, propiciam um conhecimento que implica uma intervenção sobre o mundo.¹²⁵

Sobre a atividade teórica, Marx expõe na II tese Ad Feurbach:

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não - realidade do pensamento isolado da práxis - é uma questão puramente escolástica.¹²⁶

Nessa tese, Marx não se posiciona favorável à separação entre atividade teórica e atividade prática; ao contrário, afirma que o saber humano é um saber ativo, não é isolado da prática. A teoria, segundo Marx, reproduz o questionamento do próprio ser, ou seja, do sujeito sobre suas condições concretas de vida. O pensamento, desse modo, só existe, enquanto predicado do próprio ser. A atividade teórica só existe em relação ao ser, ao mundo real.¹²⁷

Para Kameyama, “a teoria em si não transforma o mundo. Ela pode contribuir para a transformação desde que seja assimilada por aqueles que, através de atos reais e

¹²⁵ Essa exposição sobre a atividade teórica remete à seguinte assertiva: “A finalidade imediata da atividade teórica é elaborar ou transformar idealmente para obter como produto teorias que expliquem uma realidade futura. A atividade teórica proporciona um conhecimento indispensável para transformar a realidade, ou traça finalidades que antecipam idealmente sua transformação[...]”. Cf. Vázquez, A. S., *op. cit.*, 1977, p.203.

¹²⁶ Marx, K., *op. cit.*, 1987, p.12.

¹²⁷ Lukács, na esteira desse pensamento, afirma a atividade da consciência implica um “pôr teleológico”, ou seja, põe finalidades que alteram a relação do homem com o mundo, imprimindo a esse mundo uma dinâmica nova através do trabalho. Em suas palavras, a teleologia “enquanto categoria ontológica objetiva[...], por sua própria natureza, é uma categoria posta todo processo teleológico implica uma finalidade e, portanto, uma consciência que estabelece um fim”. Lukács, G. “II Trabalho”. In: *Per una ontologia dell'essere sociale*. V. II*. Roma: Riuniti, 1976-81, p.5. Para a tradução da edição italiana utilizamos como referência a versão preliminar em português, elaborada e gentilmente colocada à nossa disposição pelo Prof. Ivo Tonet, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, 1995.

efetivos, visem tal transformação”¹²⁸. Nessa passagem, Kameyama reforça o segundo argumento que expõe para explicar a dicotomia teoria e prática, na medida em que destaca o pressuposto metodológico marxiano(ontológico) de unidade entre teoria e prática enquanto elemento decisivo no processo de conhecimento e transformação social. Ao afirmar essa premissa, a autora se contradiz com a posição inicial do texto (traço gnosiológico), quando afirma que a dicotomia teoria e prática na profissão reflete a não-apreensão da teoria marxiana. Então, a autora desenvolve dois argumentos para explicar como o impasse entre teoria e prática poderia ser superado. No primeiro argumento, a compreensão da teoria marxiana seria necessária para desvendar a dicotomia teoria e prática; no segundo argumento, a ênfase recai sobre a ação efetiva de transformação que o sujeito realiza orientado pela teoria.

Procurando mais elementos para seus argumentos, Kameyama apanha em Vázquez a concepção de prática que adota. A autora concebe a prática social do ponto de vista da totalidade como ação transformadora; prática social é, então, uma dimensão da práxis. Em Vázquez, práxis é “atividade humana que produz objetos.[...].[É] atividade real, material, [desenvolvida pelo] homem, que só é homem – socialmente – em e pela práxis(como ser social prático)”¹²⁹.

A práxis assume em Vázquez três formas diferentes – prática produtiva, prática do conhecimento ou investigativa e prática política ou revolucionária. A prática produtiva é a prática produzida pelos homens no processo de transformação material da natureza; esta “é a práxis fundamental, porque nela o homem não só produz o mundo humano e humanizado, mas transforma a si mesmo”¹³⁰.

¹²⁸ Kameyama, N., *op.cit.*, 1989, p.100.

¹²⁹ Vázquez, A S., *op. cit.*, 1977, p.5-7.

¹³⁰ Vázquez apud Kameyama, N., *op. cit.*, 1989, p.100.

Em Marx, encontramos uma concepção de prática quando define o trabalho enquanto protoforma (gênese) do ser social, atividade humana que se constitui a partir da transformação da natureza e do próprio homem. O trabalho implica a produção de um mundo humanizado à medida que o homem, através de finalidades postas, transforma o mundo real, construindo novos objetos. Nas palavras de Marx, o trabalho é, antes de tudo,

um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. [...] Ao atuar por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto com a construção dos favos de sua colmeia. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera.¹³¹

Kameyama reporta-se a Marx, através de Vázquez¹³², para afirmar que é pelo trabalho que se realiza a transformação real da natureza, orientado por uma finalidade. A finalidade referida por Kameyama remete ao “pôr teleológico”¹³³ do processo de reprodução

¹³¹ Marx, K. *O capital* - Crítica da economia política, Livro Primeiro - O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Vol. I, p.149.

¹³² A leitura da categoria trabalho, em Marx, para explicar a base da prática social é feita por Kameyama no texto de Marx, K. In: Vázquez, A. S. *Ciência e revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, segundo consta na própria bibliografia do texto analisado.

¹³³ A interpretação de finalidade no sentido de “pôr teleológico” é feita por Lukács, quando faz sua exposição sobre a categoria trabalho. Para ele, o “pôr tem, neste caso, um ineliminável caráter ontológico. Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica, não somente que estas têm um fim,

do ser social, mediado pelo trabalho. Isto posto, é na atividade concreta - trabalho - que a finalidade, os objetivos idealmente definidos transformam a realidade e o próprio homem.

No fim do processo do trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetiva uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. [...].¹³⁴

Para Marx, o resultado do trabalho concretizado no objeto não transforma apenas o mundo material, transforma o próprio homem. O sujeito imprime ao trabalho o projeto que idealizou na consciência. Não há uma separação entre atividade prática e atividade teórica, elas se entrelaçam de forma complexa numa relação que se constitui objetivamente.

Lukács também expõe que, “através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho, ele atua sobre a natureza; desenvolve as potências nela ocultas e subordina as forças da natureza ao seu próprio poder”¹³⁵. Tanto Lukács, quanto Marx, ao destacarem o papel ativo da subjetividade no processo de transformação social, através do trabalho, asseveram que, complexamente, objetividade e subjetividade se consubstanciam num único e mesmo processo - o trabalho.¹³⁶

estão voltadas para um objetivo, mas também que a sua existência e o seu movimento no conjunto e nos seus detalhes devem ter um autor consciente.” Lukács, G., *op. cit.*, 1976-1981, p.5. 1976-81

¹³⁴ Marx, K., *op. cit.*, 1983, p.149-150.

¹³⁵ Lukács, G., *op. cit.*, 1976 - 1981, p.16. Para Lukács, o trabalho é a categoria fundante do ser social, o fundamento ontológico que distingue o homem da esfera da natureza.

¹³⁶ Lessa, na trilha do pensamento lukásiano, destaca o caráter social do trabalho. Segundo expõe, “É pelo trabalho, que o homem se destaca da natureza, numa processualidade cuja essência é a construção de um ambiente onde as categorias sociais predominam com intensidade crescente.” Lessa, S. Sociabilidade e individuação. Macéio: EDUFAL, 1995, p.7.

A prática investigativa ou teórica, segundo Kameyama, é “[a prática] que proporciona um conhecimento indispensável para a transformação da realidade ou traça finalidades que antecipam idealmente sua transformação. Significa que já se tem, no pensamento, o ideal. E esse ideal é concretizado”¹³⁷. A autora define, nesse sentido, a atividade da consciência como prática investigativa. Essa prática refere-se ao momento teórico, momento que antecede a transformação da realidade. A atividade do pensamento distinguir-se da atividade material à medida que a primeira se constitui na consciência, é peculiar ao mundo subjetivo; e a segunda, ao contrário, se consubstancia na realidade, refere-se ao mundo objetivo.

Ao definir a atividade da consciência como prática investigativa, a autora reduz a consciência à prática investigativa, negando as diferentes possibilidades da consciência no processo de construção do ser, como, por exemplo, a arte, a religião, a política. Complexos estes que compõem a esfera da consciência, mas que não podem ser resumidos à prática investigativa.¹³⁸

A terceira forma de práxis, assim adotada por Kameyama, a prática política ou revolucionária, do ponto de vista da autora, é a prática transformadora na sua forma mais elevada, sendo exercida pelos homens sob a orientação de um partido político. Segundo Vázquez, “a atividade revolucionária permite mudar radicalmente as bases econômicas e

¹³⁷ Kameyama, N., *op. cit.*, 1989, p.100.

¹³⁸ Essas diferentes possibilidades da atividade da consciência constituem a posição teleológica secundária, assim definida por Lukács em seu capítulo sobre o Trabalho na obra “Ontologia do ser social”. Estas atividades da consciência são realizadas pelos homens em seu processo de reprodução social e se movimentam na esfera da consciência. Desse modo, não são atividades que interferem diretamente na transformação do mundo material através da prática produtiva. A partir disso, podemos afirmar que as atividades da consciência são, de uma forma em geral, atividades complexas, as quais não podem ser resumidas à atividade investigativa que é necessária para a transformação objetiva da realidade.

sociais em que se baseia o poder material e espiritual da classe dominante, e instaurar assim uma nova sociedade”¹³⁹.

Kameyama reproduz essas formas de práxis, originalmente definidas por Vázquez, em três planos diferentes, a saber, no plano material, investigativo e político. Mas considera que, apesar das diferenças, “a prática se encontra em unidade indissolúvel com a teoria”¹⁴⁰.

Sobre essa unitariedade entre teoria e prática, Marx ressalta num de seus estudos da juventude que,

da mesma forma que a sociedade produz o homem como homem, também ela é produzida por ele. A atividade e o espírito são sociais em seu conteúdo, assim como em sua origem; eles são atividade social e espírito social. A significação humana da natureza só existe para o homem social, porque só neste caso a natureza é um laço com outros homens, a base de sua existência para outros e da existência destes para ele¹⁴¹.

Para Marx, é na atividade humana sensível – trabalho – que se integra, complexamente, dois elementos distintos: espírito(teoria) e atividade(prática). Teoria e prática se colocam numa relação concreta no processo de objetivação do ser, na práxis social. Estabelece-se uma relação ontológica determinante, na qual se instaura uma nova ordem de

¹³⁹ Vázquez, A. S., *op. cit.*, 1977, p.201.

¹⁴⁰ Kameyama, N., *op. cit.*, 1989, p.101. Apesar de entendermos a diferença entre a atividade que transforma materialmente o mundo real (orientada por uma posição teleológica primária), no caso a prática produtiva, e as atividades que operam no plano cognoscitivo (posição teleológica secundária), no caso a “prática investigativa”, não compreendemos o modo como Kameyama expõe as diferenças entre as três formas de prática, pois nos parece que os processos sociais seriam fragmentados e adequados a determinadas formas de prática. Novamente, o Serviço Social se dispõe a explicar sua problemática – dicotomia teoria/prática – a partir de uma interpretação de Marx, a qual, embora não distorça os fundamentos básicos de sua teoria, os articula segundo uma lógica formal.

¹⁴¹ Marx, K. “Terceiro manuscrito - propriedade privada e trabalho”. In: *Manuscritos Econômicos e Filosófico* Apud Fromm, Erich. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, s/d, p.118.

objetividade. A teoria não representa um simples reflexo da subjetividade, nem tampouco a prática se refere apenas à transformação do mundo material, exterior ao sujeito. A atividade capta ambos os pólos da relação, os quais constituem o mundo objetivo.

É a partir dessa relação indissociável entre teoria e prática que Kameyama consolida o argumento de que a prática é o fundamento da teoria. Em suas palavras,

o próprio conhecimento se desenvolve com base na prática, pois o conhecimento e as ciências surgem e se desenvolvem devido às necessidades da prática, às necessidades da vida.[...] Na prática colocam-se à prova os conceitos e as teorias, estabelecem-se a sua veracidade ou falsidade, precisam e sistematizam-se os conhecimentos.¹⁴²

A autora se apóia na VIII tese Ad Feurbach, de Marx, para confirmar esse argumento de determinação da prática sobre o conhecimento do ser: “toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na praxis humana e na compreensão dessa praxis”¹⁴³. Marx, nessa tese, postula que a vida social é efetivante, porque torna objetiva a subjetividade. Subjetividade que se constitui na atividade humana e pela qual se associa à objetividade. Em sendo assim, a prática é atividade objetiva, real, porque reflete uma subjetividade tornada mundo.

Em Marx, “pensamento e ser são deveras distintos, mas também formam uma unidade”¹⁴⁴. A atividade prática não pode prescindir da atividade do pensamento. Embora

¹⁴² Kameyama, N., *op. cit.*, 1989, p.101.

¹⁴³ Marx, K. e Engels, F. *op. cit.*, 1987, p.14.

¹⁴⁴ Marx, K., *op. cit.*, s/d., 119.

sejam distintas, a atividade prática não seria concretizada se não houvesse a mediação do trabalho, uma subjetividade objetivada que constrói o mundo.

Kameyama, referenciada por Vázquez, postula a unidade indissolúvel e a diferença entre atividade teórica e atividade prática, enquanto duas dimensões diferentes do ser. Além do que concebe que toda forma de prática é portadora de uma atividade teleológica, de objetivos que alteram as relações do homem com a natureza e as próprias relações sociais. Em outros termos, a atividade prática exige a articulação entre ambos porque é objetivada pelo homem, por uma consciência tornada mundo.

Mesmo reconhecendo a unidade entre atividade teórica e atividade prática, os argumentos apresentados pela autora são de natureza diferente, os quais, antes de se complementarem, são conflituosos e se distanciam um do outro. O primeiro argumento, de natureza gnosiológica, consiste em que a fragmentação entre ambos seria resultante da compreensão do que significa teoria e prática na teoria marxiana, a teoria determinaria o modo de captar tal relação. E o segundo argumento, de natureza ontológica, diz que há uma distinção entre ser e consciência(teoria/prática), mas que ambos formam um unidade indissolúvel no processo de conhecimento e transformação do real.

Mesmo tendo um argumento ontológico para explicar a dicotomia teoria e prática, a autora não demonstra que essa dicotomia é gerada na natureza da própria profissão, tem uma explicação no ser, nas condições histórico-objetivas de reprodução da profissão na sociedade capitalista. Isso quer dizer que tal dicotomia se constitui em função da natureza e inscrição do Serviço Social na divisão social do trabalho na prática dos serviços sociais, e não na esfera do conhecimento dos pressupostos que são apropriados pelo Serviço Social.

1.2. Sobre a Metodologia

A segunda temática em análise — concepção de metodologia — aparece, no texto de Kameyama, sob a forma de *metodologia do conhecimento e metodologia da ação*. Argumenta a autora que havia, nas propostas de ensino da disciplina metodologia, uma preocupação em se definirem o momento da reflexão teórica (produção de conhecimento) e o momento da intervenção profissional. O argumento era de que a separação entre metodologia do conhecimento e metodologia da ação estava relacionada ao fato de que a primeira se refere à explicação do ser social, ou seja, “fornece o conhecimento das leis gerais da sociedade capitalista, mas é incapaz de explicar e interpretar o particular, onde se dá a prática profissional”¹⁴⁵. A segunda, ao contrário, diz respeito aos procedimentos metodológicos a serem utilizados na intervenção profissional, a qual não se confunde com a prática social desenvolvida pelos homens.

Para Kameyama, o método de conhecimento está relacionado à teoria, ou seja, remete aos conceitos, às leis gerais que explicam a processualidade do ser social. A teoria tem, desse modo, uma função explicativa, a qual permite conhecer e transformar a realidade. Segundo expõe:

Cada método científico é elaborado à base de uma teoria.[...]. O método de conhecimento consiste, portanto, em reproduzir na consciência o objeto em todas as suas conexões e relações principais. Esta reprodução mental e integral efetiva-se com a ajuda de conceitos abstratos. É o método que permite elevar-se do ser abstrato ao concreto, que nada mais é do que o modo como o pensamento se

¹⁴⁵ Kameyama, N., *op. cit.*, 1989, p.102.

apropria do concreto sob a forma de concreto pensado; que não é de modo nenhum o próprio concreto¹⁴⁶.

Essa concepção de método advém de Marx, que assevera, no texto *Introdução à Crítica da Economia Política*, de 1857, uma perspectiva de conhecimento de base ontológica, que busca apreender o existente a partir de suas determinações reais. Para ele, “o melhor método será começar pelo real e pelo concreto”¹⁴⁷. Nesse ensaio, Marx considera que a totalidade concreta é condição prévia para se capturar o real e que a recuperação do concreto pelo pensamento é produto de uma atividade teórica, atividade da consciência, que se distingue do movimento da realidade. Conforme já foi exposto,

o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual. Mas este não é de modo nenhum o processo de gênese do próprio concreto.¹⁴⁸

Sobre a reprodução do concreto pelo pensamento, Kameyama expõe que esse “processo que se opera no pensamento e que consiste na reprodução espiritual do objeto real, sob a forma de concreto pensado, não transforma a realidade porque, entre a teoria e a atividade prática transformadora, se insere um trabalho de mediação”¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, p.102.

¹⁴⁷ Marx, K. *Introdução à Crítica da Economia Política*. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.218.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.219.

¹⁴⁹ Kameyama, N., *op. cit.*, 1989, p.102.

Conforme fizemos referência, o pensamento tem uma forma de operar diferente do ser em si.¹⁵⁰ O conhecimento é sempre *reprodução intelectual* da relação dinâmica e complexa entre sujeito e objeto, processo em que a consciência opera no sentido de conhecer e transformar a realidade através das mediações adequadas.

Para Lukács, a particularidade¹⁵¹ expressa de forma mais adequada o complexo de mediações que constituem o real, pois esta é a categoria “portadora de determinação”¹⁵², uma mediação necessária entre a singularidade e a generalidade posta pela realidade concreta e requerida por ela ao pensamento. Em suas palavras,

a particularidade não é meramente uma generalidade relativa, nem tampouco um caminho, que leva da singularidade à generalidade (e vice-versa), senão a mediação necessária produzida pela essência da realidade objetiva e imposta por ela ao pensamento - entre a singularidade e a generalidade.¹⁵³

A mediação, segundo Lukács, não representa apenas um enlace entre a singularidade e a generalidade, ainda que a função essencial da particularidade seja o ponto

¹⁵⁰ Há uma evidente distinção ontológica entre ambos. Contudo, prevalece a prioridade ontológica do ser sobre a consciência no processo de conhecimento. Isso quer dizer que a objetividade primária do ser não se altera com o processo de conhecimento. Entretanto, “se a descoberta de algo antes desconhecido não altera a sua objetividade primária (ser), certamente modifica – por vezes radicalmente – a relação dos homens com esse setor da realidade [...]”. Em outras palavras, os homens ao fazerem descobertas sobre o desconhecido no contato com o real, criam alternativas e possibilidades que transformam decisivamente sua relação com o mundo e com os outros homens. Isso confirma o caráter de historicidade e objetividade no processo de conhecimento. Cf. Lessa, S. *Ontologia e método: em busca de um (a) pesquisador interessado (a)*. 1997, p.3. (mimeo.).

¹⁵¹ Lukács desenvolve, em seu ensaio sobre a estética, a análise da lógica da particularidade, recuperando os pressupostos ontológicos marxianos. Ver Lukács, G. *Estética*. V.3. Barcelona - México: Grijalbo, 1967.

¹⁵² Segundo Chasin, “ontologia — enquanto tematização geral do objeto real existente — e lógica da particularidade — pedra angular do processo de concreção no mundo objetivo e na reflexão — estão como não é difícil de perceber estreitamente vinculados. Não chega a ser temerário dizer que é a longa e produtiva intimidade com a lógica da particularidade que conduz e faculta a Lukács a percepção da necessidade de que a ontologia marxiana seja explicitada e desenvolvida”. Cf. Chasin, J. “Vivência e reflexão da particularidade.” In: *Escrita/Ensaio*, 2ª ed., n. 9, São Paulo: Escrita, 1982, p.58.

médio, “veículo do determinado”; tal função se objetiva na mutação entre ambas categorias no processo real. Isso significa que essas três categorias

não são ‘pontos de vista’ sobre os quais o sujeito contempla a realidade, [...], são pelo contrário, destacados traços essenciais dos objetos da realidade objetiva, de suas relações e vinculações, sem cujo conhecimento o homem nem pode orientar-se em seu mundo circundante, nem dominá-lo e submetê-lo a seus fins.¹⁵⁴

As mediações, segundo Kameyama, entram não só como elemento de ligação entre teoria e prática, mas “estão entre o resultado do conhecimento e a efetividade desse resultado”¹⁵⁵. A partir dessa concepção de mediação, a autora sustenta que se pode desdobrar em procedimentos metodológicos específicos a prática do Serviço Social: “a educação das consciências, a organização dos materiais, a análise de conjuntura, o plano concreto da ação”¹⁵⁶. Nessa perspectiva, as mediações operam no momento de concreção de uma prática específica – a prática profissional –, a qual relaciona teoria marxista à prática, o mediato ao imediato.

Embora não esteja explícita uma concepção de metodologia da ação, no texto analisado, podemos afirmar que tal conceito de metodologia da ação se desdobra na definição de mediação apresentada.¹⁵⁷ É operada uma passagem da teoria à prática, orientada por uma leitura que resgata os elementos constitutivos da atividade prática, que serão organizados pelos

¹⁵³ Lukács, G. *op. cit.*, 1967, p.202.

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p.200.

¹⁵⁵ Kameyama, N., *op. cit.*, 1989, p.103.

¹⁵⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁵⁷ A autora se abstém de uma concepção ontológica de mediação, se é que podemos afirmar que existe outra concepção de mediação que não seja ontológica, à medida que de forma técnico-operativa delimita o objeto de intervenção profissional, negando o movimento da particularidade que se constitui objetivamente no real. O traço gnosiológico é, novamente, reposto em sua exposição precária sobre a metodologia da ação.

profissionais sob a forma de um objeto específico. Identificamos, nesse sentido, que a autora atribui à mediação um caráter instrumental, na medida em que tal categoria orienta e define metodologicamente a intervenção do Serviço Social na realidade.¹⁵⁸

De acordo com Lukács, a aproximação da objetividade não deve refletir uma atitude contemplativa ou instrumental da subjetividade sobre a realidade. Essa reflexão deve, ao contrário, expressar os aspectos essenciais, os traços marcantes do objeto real em seu processo constante de transformação. Isso significa considerar a lógica da particularidade, pois o particular estabelece as mediações, os nexos lógicos entre as categorias da universalidade e singularidade; por isso, é “veículo do determinado”, é expansão da singularidade e determinação da universalidade. A particularidade não constitui um ponto de chegada, um condensamento de universalidade e singularidade, mas um entrelaçamento que diferencia, especifica os objetos em sua natureza concreta.

A lógica da particularidade, ao realizar sua função básica de precisar as determinações, “[desperta] as qualidades fugazmente presentes na instantânea imediatez[...], sem destruir a estrutura do singular e individual como tal”. Essa estrutura do singular é preservada. Contudo, a partir dela se desvela uma série de determinações que oscilam entre o fugaz e o persistente, entre o essencial e o aparente, entre o anárquico e o ordenado, demonstrando, assim, as inúmeras possibilidades que a consciência pode articular e reproduzir sob a forma de conhecimento. Acrescenta Lukács que

A superação da imediatez da mudez e da indizibilidade do singular se segue precisamente de que suas determinações que aparecem borradas na imediatez

¹⁵⁸ A categoria mediação já foi devidamente analisada na pesquisa realizada por Pontes, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço*

sensível se manifestam como determinações, e precisamente como determinações de sua singularidade. Este processo de determinação não vem ao indivíduo de fora, senão que é um desprendimento das determinações presentes - objetivamente em si - já no indivíduo, porém que não podiam manifestar-se na representação imediata entre objeto de conhecimento e conhecimento mesmo da subjetividade. A mediação que torna captável todo esse material oculto é precisamente a particularidade.¹⁵⁹

Ainda no que se refere ao método de conhecimento, Kameyama explora duas formas de obter conhecimento - a indução e a dedução. Segundo afirma, o movimento dessas duas categorias metodológicas permitiria operar no real, com vistas à captura da particularidade. Assim exprime:

A indução é o movimento do pensamento dos fatos separados para os postulados gerais, parte do conhecimento particular para a generalização. Enquanto a dedução é o método contrário: o pensamento vai dos fatos gerais para o particular. É nesse processo indução/dedução que se pode abordar o particular, na medida em que se vai do geral com a teoria ou as leis gerais, analisar uma especificidade.¹⁶⁰

A forma de abordar a relação entre universal, singular e particular no movimento indução, dedução acima citado se diferencia do tratamento dado à categoria da particularidade por Marx e Lukács. O movimento metodológico, na perspectiva ontológica, que busca apresar o particular, toma como base o concreto em sua complexidade, que no processo de ida e volta será reproduzido intelectivamente sob a forma de concreto pensado. Nesse sentido, o processo metodológico não assume um caráter instrumental, mas eminentemente analítico.

Social. São Paulo: Cortez; Belém, Pa.: Universidade da Amazônia, 1995.

Em Marx, o processo de conhecimento é operação que se processualiza na consciência, na relação complexa entre subjetividade e objetividade sob a forma particular. É a partir do concreto, enquanto totalidade complexa, que se conduz a reprodução do concreto na forma de “*totalidade de pensamento*”.

Para Marx, este é o modo de proceder do próprio pensamento: partir das determinações abstratas à reprodução do concreto como totalidade de pensamento. Conforme assevera, “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual. Mas este não é de modo nenhum o processo de gênese do próprio concreto”¹⁶¹.

O concreto aparece no espírito, de acordo com nosso autor, sob a forma de “concreto pensado”, enquanto totalidade de pensamento. Porém, essa reprodução intelectual do objeto pela consciência não é o próprio objeto, porque esta é uma atividade do pensamento. Independente da atividade teórica, de ser conhecido ou não, o objeto preserva sua autonomia no mundo real. Nas palavras de Marx:

O todo, na forma em que aparece no espírito como todo de pensamento, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível [...]. Antes como depois, o objeto real conserva a sua independência fora do espírito; e isso durante o tempo em que o espírito tiver uma atividade meramente especulativa, meramente teórica. Por consequência, também no emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade, esteja constantemente presente no espírito como dado primeiro.¹⁶²

¹⁵⁹ Lukács, G., *op. cit.*, 1967, p.209.

¹⁶⁰ Kameyama, N., *op. cit.*, 1989, p.103.

¹⁶¹ Marx, K., *op. cit.*, 1983, p.219.

¹⁶² *Idem, ibidem.*

Em outras palavras, a consciência reproduz a totalidade concreta sob a forma de totalidade de pensamento, que não implica a possibilidade de identidade entre uma e outra, já que ambas são distintas. A totalidade concreta preserva suas características essenciais, independentemente da atividade cognoscitiva. Há diferenças qualitativas entre ambas: a totalidade concreta constitui o mundo real, corresponde às determinações mais complexas e objetivas do ser em movimento¹⁶³; já a totalidade de pensamento corresponde à representação da realidade na consciência. Entre a atividade gnosiológica, que reflete sobre a totalidade do ser, e a atividade real que corresponde à dinâmica do ser, há uma relação insuperável – uma distinção ontológica entre ambas as atividades –, que, no entanto, estão articuladas no processo de objetividade social.

Lukács, por sua vez, afirma que o conhecimento se operacionaliza a partir da captura no entrelaçamento de três categorias fundamentais, a saber, singular, universal e particular, sendo a particularidade o “veículo da determinação”, a mediação necessária entre o universal (abstrato) e o singular (empírico). Noutros termos, a apreensão da realidade enquanto particularidade exige o resgate do movimento dinâmico e complexo dessa realidade, que vai da representação caótica do todo, do empiricamente dado, até o ponto de chegada às abstrações determinadas, o concreto.

Segundo a perspectiva ontológica, o processo metodológico se desenvolve no sentido de reproduzir intelectivamente o real a partir da objetividade, em sua expressão

¹⁶³ Segundo Lukács, Marx tem a totalidade concreta como a categoria central no processo de apreensão do ser social. Em suas palavras: “Quando se afirma que a objetividade é uma propriedade primário-ontológica de todo ente, afirma-se em consequência que o ente originário é sempre uma totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade. [...] O jovem Marx já havia visto e proclamado que toda sociedade constitui uma totalidade. Com isso, todavia é simplesmente indicado o princípio geral, mas não a essência e a constituição dessa totalidade e, menos ainda, a maneira pela qual é possível conhecê-la adequadamente. Marx

particular. O pensamento reproduz a realidade objetiva, porque esta é a forma de operar da própria consciência.

O particular é aí precisamente uma negação determinada do universal, a superação da indeterminação na generalidade, o que significa, ao mesmo tempo, o meio de generalizar determinadamente a singularidade, de modo que esta possa romper o véu inefável que carrega na imediatez, revelando, assim, as determinações singulares de sua concreta singularidade.¹⁶⁴

Por fim, Kameyama salienta que é decisiva para o Serviço Social a apropriação do método de conhecimento para dar uma nova feição à prática profissional. Na medida em que a teoria for incorporada, os sujeitos profissionais têm possibilidade de “naturalmente” desempenhar uma nova prática, “o que resolve o problema da instrumentalização, da operacionalização da prática, da intervenção”¹⁶⁵.

Nessa passagem, a autora trata de forma instrumental a questão do método, na medida em que relaciona a teoria (conhecimento do ser) aos instrumentos técnico-operacionais da prática, como se a incorporação de teorias possibilitasse capturar as determinações concretas da realidade e, assim, resolver os problemas da prática profissional.

Ora, o concreto não se manifesta, em sua totalidade, de forma imediata na prática; para apresá-lo é necessário um esforço metodológico rigoroso. Da mesma forma, o processo intelectual não se reduz a mera aplicação de conhecimentos à prática.

responde a essas questões,[quando se refere dizendo] que o ‘real e o concreto’ é sempre a população, que é a ‘base e o sujeito do ato social de produção como um todo’.” Cf. Lukács, G., *op. cit.*, 1979, p.36-37.

¹⁶⁴ Chasin, José. “Lukács: vivência e reflexão da particularidade”. In: *Escrita/Ensaio*, nº 9, São Paulo: Escrita, 1982, p.65.

¹⁶⁵ Kameyama, Nobuco. *op. cit.*, p.103.

Marx, no processo de conhecimento do ser, parte inicialmente do concreto enquanto uma representação caótica do todo, da realidade imediatamente dada. Entretanto, refuta o empirismo ao afirmar que este reduz o conhecimento ao dado em si, à manifestação parcial, fragmentária do fenômeno singular no real.¹⁶⁶ Em outros termos, critica o modo como a subjetividade, pautada por uma perspectiva empirista, opera a atividade teórica reduzida à observação imediata, à classificação e sistematização da ordem interna da empiria, que permite, apenas, a revelação da aparência dos fenômenos, em detrimento do alcance das conexões essenciais do ser.

Quando trata do objeto do Serviço Social, nossa autora destaca que

Na perspectiva marxista, quando se fala no objeto do Serviço Social, estamos nos referindo também ao sujeito que se constrói historicamente. A abordagem metodológica, nesse caso, diz respeito à relação sujeito/objeto. O que interessa são as relações que o Serviço Social estabelece com o objeto de sua ação no processo de conhecimento e da sua intervenção, dos quais a teoria é o ponto de partida e a realidade sua referência fundamental.¹⁶⁷

Salientamos, nessa passagem, a seguinte oração “a abordagem metodológica, nesse caso, diz respeito à relação sujeito/objeto”. Toda metodologia, em nosso entender, se refere à relação sujeito/objeto. Não existe concepção de metodologia que não tome por base essa relação complexa, independente do fundamento que a sustente teoricamente. A exemplo, a perspectiva fenomenológica tem como referência uma relação de identidade entre sujeito e objeto no plano da subjetividade, ou seja, a subjetividade se sobrepõe à prática, na medida em

¹⁶⁶ Sobre a crítica ao empirismo ver Marx, K. *op. cit.*, 1983.

¹⁶⁷ Kameyama, Nobuco, *op. cit.*, 1989, p 104.

que o conhecimento se constitui e se concentra na consciência. Ao contrário da vertente marxiana, que analisa a objetividade, o mundo concreto a partir de uma unidade complexa entre subjetividade e objetividade, fazendo o conhecimento constituir-se a partir de uma determinação objetiva, a concretude e historicidade do próprio ser. Destaca-se, nessa segunda perspectiva, uma subjetividade ativa que não se posiciona de forma contemplativa sobre o mundo, mas que reproduz esse mundo em suas determinações objetivas.

A autora destaca aspectos importantes do debate metodológico, principalmente no que se refere ao tratamento dos fundamentos teóricos, a saber, relação teoria/prática, a concepção de metodologia, mediação. No entanto, incorre em equívoco ao apontar uma concepção de metodologia -metodologia do conhecimento-, que apreende a relação sujeito/objeto enquanto uma operação lógico-formal e em que o sujeito procura capturar a realidade em sua manifestação empírica e sistematizá-la sob a forma de teoria. O modo como expõe a questão do conhecimento não engendra uma relação de unidade entre subjetividade e objetividade, é direcionado basicamente pela subjetividade, por uma perspectiva gnosiológica.

As afirmações de Kameyama nos levam a acreditar na postulação da teoria social de Marx, na medida em que define que a prática existe em unidade indissolúvel com a teoria, o que remete à defesa do pressuposto ontológico do ser sobre a consciência. No entanto, ao fragmentar a prática humana sensível em três formas de prática, interrogamos-nos se é possível capturar a indissolubilidade entre teoria e prática, pois a prática humana sensível corresponde à prática social dos homens no processo de conhecimento e transformação do real.

Por outro lado, a autora também não demonstra que as raízes da dicotomia teoria/prática na profissão resulta das condições históricas de reprodução desta na sociedade, ou seja, da inscrição do Serviço Social na divisão social do trabalho para responder às

demandas imediatas do processo de reprodução social das “classes que vivem do trabalho” no capitalismo avançado.

Apesar da necessidade de se estabelecer a crítica à metodologia tradicional naquele debate, apresenta-se, em Kameyama, uma concepção de metodologia lógico-formal, na medida em que se associa o conhecimento abstrato (relação sujeito/ objeto) ao objeto particular de uma prática profissional, como se o domínio sobre os instrumentos técnicos, orientados por um referencial marxista, pudesse formular uma nova concepção de metodologia distinta da que historicamente se constituiu. Nesse sentido, a concepção de metodologia apresentada remonta a uma concepção lógico-formal, na medida em que se define uma “metodologia de conhecimento” para orientar a intervenção profissional. A razão lógico-formal se antecipa diante do objeto real, sendo o conhecimento produzido reflexo do movimento da razão, que se abstém das requisições da dinâmica do mundo objetivo, ao contrário da perspectiva ontológica, para a qual metodologia se constitui no processo de conhecimento enquanto possibilidade de apreensão do objeto real.

2. A busca da unidade teoria-prática no processo metodológico: avanços e recuos

Dando continuidade à investigação do debate da metodologia no Serviço Social, analisamos o texto de Marilda Villela Iamamoto — “A questão da metodologia no Serviço Social: indicações para o debate”—, produzido para responder às questões polêmicas aventadas por autores da profissão que postulavam a existência ou não de uma teoria e metodologia própria ao Serviço Social.¹⁶⁸ Nessa exposição, procuramos demonstrar os argumentos da autora sobre a concepção de metodologia e analisar sua contribuição para avançar na crítica à metodologia tradicional do Serviço Social.

Iamamoto estrutura a sua exposição, a partir da problematização de quatro questões. A primeira questão, que considera fundamental no debate, diz respeito à existência ou não de uma metodologia no Serviço Social.¹⁶⁹ A segunda questão trata da diferença que comumente se tem estabelecido entre metodologia do conhecimento e metodologia de ação.¹⁷⁰ A terceira questão apontada no debate é a distinção entre concepções teórico-metodológicas e estratégias, técnicas e procedimentos de intervenção profissional.¹⁷¹ E, por último, a quarta questão refere-se ao risco da formalização das teorias sociais.¹⁷²

¹⁶⁸ Esse texto de Marilda Iamamoto foi apresentado na XXV Convenção Nacional de ABESS realizada em Fortaleza em set. de 1987 e publicado em *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.

¹⁶⁹ A apreensão de que existem ou não uma teoria e uma metodologia no Serviço Social reflete, segundo a autora, a “interpretação” que os profissionais têm sobre significado social da profissão (o estatuto do Serviço Social na sociedade capitalista).

¹⁷⁰ Com relação a essa segunda questão, Iamamoto afirma que a crítica que subjaz ao processo desencadeado pela ABESS é a de que, no debate sobre a metodologia, a questão teórico - metodológica responderia à dimensão “epistemológica”, contemplando as diferenças entre as vertentes teóricas do pensamento social. No entanto, seria necessário contemplar a dimensão da prática interventiva, o que demandaria constituir uma “metodologia específica” para a profissão. A consequência mais grave, para a autora, é que a definição de uma “metodologia do conhecimento” e de uma “metodologia da ação” repõe o antigo dilema entre teoria e prática na profissão.

¹⁷¹ Segundo a autora, embora considerando a importância que os procedimentos operativos têm para uma profissão de natureza interventiva, isto não implica atribuir o “estatuto de metodologia” às questões que se

2.1. O estatuto profissional e a problemática do conhecimento

Para desvendar a questão da metodologia no Serviço Social, a autora supõe a necessidade de apreender, historicamente, o significado social da profissão na sociedade. Assim, propõe explicar a questão da metodologia segundo uma perspectiva histórica e não através de uma perspectiva epistemológica.

No que diz respeito à primeira questão, a existência ou não de uma metodologia no Serviço Social, a autora parte de dois pressupostos. O primeiro pressuposto refere-se à necessidade de recuperar o estatuto da profissão na sociedade capitalista, que exige, por sua vez, a explicação “das determinações sociais que a qualificam na divisão social do trabalho e atribuem a esse tipo de trabalho na sociedade algumas peculiaridades”¹⁷³.

Conforme analisa Iamamoto, o Serviço Social se institucionaliza enquanto profissão, na sociedade brasileira, em meados da década de 30, no processo de consolidação do capital monopolista. Emerge, nesse sentido, como parte de uma estratégia da classe dominante, representada pelo Estado, com o incentivo da Igreja para responder às mazelas da “questão social”, expressas nas condições de reprodução social do proletariado urbano. Em sendo assim, a ação profissional se desenvolve com o objetivo de

criar um tipo de socialização do operário adequada às condições da nova vida industrial, ao ritmo e disciplinarização do trabalho que fortalecesse as bases de

referem aos procedimentos técnicos e às estratégias de ação imprescindíveis ao desenvolvimento da prática profissional.

¹⁷² O risco da formalização de teorias sociais se traduz na redução destas a abordagens mecanicistas, subsumindo seu caráter explicativo.

¹⁷³ Iamamoto, M. V., *op. cit.*, 1992, p.173.

legitimidade para o exercício do poder de classe: a dominação político-ideológica e a apropriação econômica.¹⁷⁴

Essa ação, de caráter eminentemente político, aparece na sociedade travestida como atividade burocrática, descontínua, marcada pela filantropia. Tal aparência mistifica o significado real da prática que só se desvenda com o movimento das classes sociais na sociedade.

O segundo pressuposto diz respeito à herança intelectual da profissão, ou seja, aos pressupostos teórico-metodológicos que o Serviço Social incorporou em sua trajetória histórica, que permite elucidar o modo como se fez a leitura da realidade e da própria profissão. O Serviço Social, em suas origens, é, culturalmente, influenciado pelo ideário humanista-cristão; mais tarde, vai modernizar-se e recorrer ao pensamento conservador europeu, que passa a compreender a sociedade como uma grande comunidade em harmonia, sobre a qual não reside nenhum conflito entre classes. Mais adiante, essa profissão incorpora o conhecimento produzido pelas Ciências Sociais, principalmente em sua corrente empiricista norte-americana.¹⁷⁵ E, no período mais recente, meados da década de 70, o Serviço Social recorre ao estruturalismo althusseriano, que redundava numa divulgação problemática da teoria social de Marx.¹⁷⁶

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*, p.174.

¹⁷⁵ Nas origens da profissão, os fundamentos ético-abstratos do tomismo constituintes da Doutrina Social da Igreja, conforme fizemos referência na primeira parte desta dissertação, influencia teórico-culturalmente o Serviço Social. Já os pressupostos positivistas e mais adiante os pressupostos funcionalistas (Durkheim, Parsons) conformam uma concepção de integração social e adequação à ordem vigente.

¹⁷⁶ A crítica ao estruturalismo althusseriano e, em particular, à sua posição epistemológica, encontramos em Thompson, quando afirma que “Ele se movimenta dentro do círculo não só de sua própria problemática, mas também de procedimentos autoperpetuadores e auto-elaboradores. Esta é (aos olhos de Althusser e seus seguidores) exatamente a virtude dessa prática teórica. É um sistema fechado dentro do qual os conceitos circulam interminavelmente, reconhecem-se e interrogam-se mutuamente, e a intensidade de sua repetitiva vida introversiva é erroneamente tomada por uma ‘ciência’ ”. Cf. Thompson, E. P. *A miséria da teoria ou um*

Nesse sentido, o modo como foi incorporado o conhecimento produzido pelas Ciências Sociais e pela tradição marxista implicou equívocos de interpretação, os quais diretamente interferiram na problematização da temática da metodologia na profissão:

– a formalização no trato da teoria e do método –; uma tendência empiricista e, portanto, descritiva e classificatória da vida social, que tende a não estimular a abstração como recurso heurístico fundamental para desvendar a sociedade; e, finalmente, uma forte marca do a-historicismo - a recusa da história, traduzida na busca de entender o Serviço Social em si e para si mesmo.¹⁷⁷

Nessa passagem, a autora ressalta a presença da tendência formalista e empirista na história intelectual da profissão enquanto formas específicas de produção do conhecimento social. A tendência formalista, por sua vez, tem a razão como centro do processo de conhecimento.¹⁷⁸ A problemática do conhecimento, nessa perspectiva, é analisada como componente interno ao conhecimento. A razão atribui ao objeto real uma legalidade que é própria da esfera do conhecimento.¹⁷⁹ Isto demonstra que a reflexão teórica conduziria à construção do objeto.

planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Tradução de Waltesin Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.21.

¹⁷⁷ Iamamoto, M. V., *op. cit.*, 1992, p.175.

¹⁷⁸ Sobre essa posição subjetivista, que tem a razão como centro do processo de conhecimento, Marx, numa de suas obras da juventude - *A sagrada família* - faz a crítica aos filósofos “especulativos”, por conceberem o mundo real como resultante da atividade do pensamento, afirmando a identificação entre subjetividade e objetividade, negando, desse modo, a separação entre sujeito e objeto que se constitui no movimento da atividade do conhecimento - do abstrato ao concreto. Acrescente-se a isso que Marx, ao fazer a crítica aos filósofos hegelianos, insistia na importância das transformações sociais na práxis humana. Cf. Marx, K. *A sagrada família*. São Paulo: Moraes, 1987.

¹⁷⁹ Essa tendência tem um fundamento “gnosiológico”, que é típico da escola althusseriana. Tonet nos diz acerca dessa perspectiva que “a ciência é vista como uma produção de um sujeito autônomo, ou seja, de um sujeito que sofre as mais diversas influências — econômicas, políticas, sociais, culturais —, mas não é direta, mecânica e causalmente determinado por elas. Com isto, está-se dizendo que os problemas do conhecimento

Sobre a construção do objeto pela razão, na perspectiva formalista, Tonet nos diz que

O objeto do conhecimento não é o objeto real, mas um *objeto construído* pela razão.[...] Ora, se as categorias do conhecimento não têm um estatuto ontológico, mas apenas lógico, se o objeto em sua efetividade real não é ao que se refere o conhecimento.[...] Neste caso, o método é uma construção da subjetividade, uma espécie de autodisciplina do espírito cujas leis não derivam do objeto, mas de si mesmo, e cuja garantia contra o subjetivismo só pode estar na sua (do espírito) transcendental.¹⁸⁰

Já a tendência empirista consiste em descrever, classificar e sistematizar os dados empíricos que constituem a realidade objetiva, e extrair da imediatez desses dados suas regularidades que irão configurar as leis científicas. Nessa tendência, a razão capta as manifestações imediatas dos fenômenos sociais a partir da organização e sistematização dos dados, recuperando apenas seus aspectos exteriores.¹⁸¹

devem ser tratados enquanto problemas internos ao conhecimento regidos por uma legalidade própria". Tonet, Ivo. "A crise das Ciências Sociais". In: *Serviço Social e sociedade* nº 41. São Paulo: Cortez, 1993, p.107.

¹⁸⁰ Tonet, I. "O pluralismo metodológico: um falso caminho." In: *Serviço Social e sociedade* nº 48. São Paulo: Cortez, 1995.

¹⁸¹ Sobre essa tendência Lukács assevera que "[o empirismo] crê poder encontrar em todo dado, em toda cifra estatística, em todo fato bruto da vida econômica um fato importante para si. Um tal empirismo não vê que a mais simples enumeração de fatos, a justaposição mais isenta de comentários é já uma 'interpretação' que já a este nível os fatos são tomados a partir de uma teoria, de um método, que eles são abstraídos do contexto da vida onde originalmente se encontravam introduzidos no contexto de uma teoria. Os oportunistas mais refinados e apesar de sua instintiva repugnância por toda teoria não repetem simplesmente este argumento, mas invocam o método das ciências da natureza, a modalidade como estas são capazes de mediatizar os fatos 'puros' pela observação, pela abstração e pela experimentação e fundar as suas relações [...]. Este processo é possível porque os fenômenos são reduzidos à sua pura essência quantitativa, à sua expressão e relações numéricas". Lukács, G. "Marxismo e questões do método na ciência social". In Lukács: *Sociologia*. Organizador José P. Netto; (Tradução Carlos N. Coutinho). Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981, p.72.

Essas duas tendências, apesar de diferentes, se entrelaçam no processo de conhecimento, conformando uma perspectiva de base lógico-formal no racionalismo contemporâneo. Isto porque a razão que investiga o mundo real não resgata as conexões essenciais que constituem o ser; ao contrário, recupera seus aspectos parciais e singulares e os articula segundo as requisições do processo de conhecimento.

Podemos identificar em Thompson uma explicação sobre o empirismo e o formalismo, quando faz a crítica a Popper (empirismo fraco) e a Althusser (estruturalismo idealista), e encontrar, então, a compatibilidade entre esses dois processos de conhecimento - a contemplação das aparências.¹⁸² De acordo com Thompson,

Popper desautoriza o que não pode ser percebido pelos sentidos, testado pela experimentação, verificado; mas as interconexões dos fenômenos sociais, a causação dentro do processo histórico parecem-lhe estar além de qualquer prova experimental: por isso o empirismo fraco nos deixa contemplando, sem compreendê-las, as manifestações mais imediatas do mundo, aceitando-as tal como são porque isso é o que parecem ser. Althusser, pelo contrário, está vigilante contra as aparências do “senso comum”. Desconfia de *toda* manifestação de *todo* sinal “exterior” – a prática teórica está equipada de seus próprios critérios e de seu próprio discurso da demonstração. Mas o que se segue disso? Como a teoria possui apenas meios internos para sua autoverificação, ela poderia se desenvolver, pela sua própria extrapolação, da maneira que melhor lhe parecer. (E isto é o que se faz, em algumas expressões altamente teóricas). [...] Ambos parecem dignificar a teoria ou a lógica, e colocá-las acima das aparências ilusórias da “realidade objetiva”. Mas a consequência é que os dois se encontram, não na fonte do pensamento, mas a

contemplar com espanto o lago dos peixinhos dourados das aparências. Ambos os caminhos da lógica levam à mesma sujeição das coisas.¹⁸³

Segundo essa exposição de Thompson, esses autores trilharam caminhos diferentes; no entanto, suas idéias convergem para valorizar – tanto no que se refere à prova experimental quanto à prática teórica – a teoria, a lógica, não superando os aspectos superficiais da “realidade objetiva”.

Assim, tanto o empirismo quanto o formalismo, considerando-se suas diferenças e peculiaridades, constituem uma mesma posição no racionalismo contemporâneo, na medida em que concebem a natureza do conhecimento segundo uma operação lógico-formal, momento em que a razão atribui aos fenômenos uma legalidade que é própria de seu modo de operar. Como ambas as tendências não superam a aparência dos fenômenos, acabam por recusar o movimento dinâmico da realidade - a história.

A partir do exposto, a apreensão dos pressupostos teóricos incorporados pela profissão e a processualidade do conhecimento na racionalidade contemporânea são elementos decisivos para entender a leitura que os profissionais fazem sobre o Serviço Social. Tomando como base essa apreensão da herança intelectual, a autora afirma que se apresentam duas concepções de profissão. A primeira concepção entende o Serviço Social como disciplina científica, que tem como função específica a produção do saber e a intervenção na realidade. A segunda concepção afirma que o Serviço Social se inscreve na divisão sociotécnica do trabalho como “[disciplina de intervenção], um tipo de explicação do trabalho na sociedade que carrega

¹⁸² Confere destacar que a comparação entre esses dois autores (Popper e Althusser) constituem o debate na contemporaneidade. Não significa que estejamos resumindo o empirismo e estruturalismo a esse debate, queremos ressaltar nessa comparação a idéia central que os une - a perspectiva gnosiológica.

¹⁸³ Thompson, E. P., *op. cit.*, 1981, p.45.

em si um suposto de explicação da vida social como base para a intervenção no processo social”¹⁸⁴.

Iamamoto expõe, desse modo, duas concepções contrapostas de profissão, que das quais derivam duas acepções de metodologia. A primeira concepção afirma ser o Serviço Social uma disciplina particular das Ciências Sociais com uma produção científica autônoma. Isto implicaria, segundo Iamamoto, considerar que a profissão teria potencial para produzir uma teoria própria, com objeto teórico definido no âmbito da ciência. Isto quer dizer que o Serviço Social se constituiria a partir de padrões científicos estruturados num corpo teórico específico. Além disso, em decorrência da necessidade de responder às demandas prático-imediatas, os profissionais estruturariam uma “metodologia da ação” – um conjunto de procedimentos operativos e de estratégias de ação –, que operaria a passagem da teoria à prática. Os procedimentos técnicos adquiririam, nessa perspectiva, uma estatura de “metodologia”.

A segunda concepção que sustenta o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo que intervém diretamente no processo social

Entende a metodologia como um modo de conhecer o ser social historicamente dado – a sociedade burguesa –, o qual orienta uma modalidade de se intervir na vida social, segundo projetos sociopolíticos (que não são imunes à luta de classes, às correlações de forças políticas), respondendo a demandas profissionais postas pela sociedade.[...], ressalta-se a importância de sustentar uma perspectiva teórico-metodológica que, não sendo propriedade privada do Serviço Social ou de qualquer outra disciplina particular, afigura-se como uma matriz de explicação da vida

¹⁸⁴ Iamamoto, M. V., *op. cit.*, 1992, p.175.

social, dispondo de um acervo heurístico para ler a sociedade e para iluminar a ação nesta sociedade.¹⁸⁵

Com essa afirmação, Iamamoto explica metodologia como modo de conhecer o ser social próprio da sociedade burguesa, segundo uma matriz teórica de explicação da vida social, ou seja, enquanto possibilidade de capturar intelectivamente o ser na processualidade histórica. Contudo, não está clara, teoricamente, a diferença básica entre a perspectiva profissional, que postula uma teoria e metodologia própria, e a segunda perspectiva, que nega a possibilidade de o Serviço Social ser uma disciplina científica, que produz conhecimento particular e autônomo. Não está explícita a operação lógico-abstrata da segunda perspectiva metodológica, ou seja, de que modo se constitui o processo metodológico que procura captar a realidade.¹⁸⁶ Os argumentos teóricos da autora de que a concepção de metodologia se constitui a partir de uma dada matriz teórica, no caso a teoria social de Marx, não conduzem ao esclarecimento da concepção de objetividade social que subjaz a tal apreensão de metodologia.

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*, p.176.

¹⁸⁶ O processo metodológico, numa perspectiva de base ontológica, trata do modo como a subjetividade pode capturar o ser existente em suas determinações essenciais sob a forma de “totalidade de pensamento”. Segundo Lukács, “[o método] como uma ‘viagem de [ida] e retorno’ pressupõe uma cooperação permanente entre o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo-sistematizante (que evidencia as leis e tendências). A inter-relação orgânica, e por isso fecunda, dessas duas vias do conhecimento, todavia, só é possível sobre a base de uma crítica ontológica permanente de todo passo à frente; e, com efeito, ambos os métodos têm como finalidade compreender, de ângulos diversos, os mesmos complexos da realidade.” Lukács, G. “Questões metodológicas preliminares”. In: *Ontologia do ser social - princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p.39.

2.2. Avanços e limites da crítica à concepção de metodologia do Serviço Social

No que trata a segunda questão, a separação entre metodologia do conhecimento e metodologia da intervenção, a autora ressalta que são diversos os “desvios” na profissão em termos do conceito de metodologia. Em particular, afirma a necessidade de afastar as tendências que priorizam “as grandes matrizes teóricas de corte histórico, positivista ou irracionalista”¹⁸⁷, argumentando que essas matrizes estabelecem um distanciamento entre as concepções teóricas abstratas e a realidade imediata. Face a esse distanciamento, um grupo de profissionais propõe uma concepção de “metodologia de ação”, que operaria a mediação entre proposições teóricas e a realidade objetiva, a passagem de um campo lógico-formal à prática imediata através de procedimentos técnicos. A “metodologia da ação”, segundo essa perspectiva, seria o ponto médio, a mediação entre teoria e prática (mediato e imediato).¹⁸⁸ Nesses termos, os procedimentos operativos assumem o estatuto de metodologia.¹⁸⁹ Segundo a autora, quando não se operam nas análises as mediações exigidas pelo processo de conhecimento, o tratamento desse aspecto chega, por vezes, ao nível caricatural, “passa-se mecanicamente de um alto nível de abstração à situações extremamente singulares”¹⁹⁰.

¹⁸⁷ Iamamoto, M.V., *op. cit.*, 1992, p.176.

¹⁸⁸ Essa idéia de mediação enquanto elo entre o conhecimento (teoria) e a intervenção profissional (prática) através dos procedimentos operativos distingue-se da concepção de mediação como particularidade, determinação do ser. Numa perspectiva ontológica, a consciência opera no sentido de captar o mundo real “enquanto uma cadeia viva entre a singularidade e a universalidade”, ou melhor, um conjunto complexo de inúmeras mediações. A consciência caminha, assim, em busca de constituir as generalizações abstratas (universal) até chegar ao concreto. Ver a respeito Chasin, J. “Vivência e reflexão da particularidade.” In: *Escrita/Ensaio* nº 9, 2 ed., São Paulo: Escrita 1981, p.60.

¹⁸⁹ Nessa afirmação, Iamamoto faz a crítica a essa concepção de “metodologia da ação”, dada a passagem de um campo lógico-abstrato para a realidade sem a devida mediação. O instrumental técnico-operativo da profissão faz a intermediação entre dois momentos do processo de conhecimento, que são necessários, mas que se diferenciam no processo metodológico.

¹⁹⁰ Iamamoto, M. V., *op. cit.*, 1992, p.176.

Para a autora, a origem da distinção entre “metodologia do conhecimento” e “metodologia da ação” se encontra no antigo dilema da profissão - a relação entre razão (teoria) e realidade (prática). No entanto, essa dicotomia, teoria e prática, não é exclusiva do Serviço Social; a busca de superar essa dicotomia

encontra-se intimamente vinculada à crise da metafísica clássica instaurada por Hegel na virada do século e consolidada por Marx na defesa da unicidade entre razão filosófica e realidade social. Traduz-se na luta pela superação da filosofia especulativa (metafísica), reorientando-a nos rumos da realização da filosofia: a razão se imiscuindo na realidade e transformando-se em história.¹⁹¹

Assim, a intenção de superar a dicotomia teoria e prática é posta, então, na sociedade, pela filosofia moderna (Hegel) com a crise dos pressupostos especulativos da metafísica. A instauração desse debate metodológico, no início do século, não implicou a superação da dicotomia, haja vista a atualidade de tal temática para a profissão.

Essa polêmica remete, então, à explicitação dos conceitos de teoria e prática, e do estatuto da profissão na sociedade capitalista. A prática, a que se refere a autora, não diz respeito à prática utilitarista, imediata; diz respeito, de outro modo, a um conceito mais determinado, no caso, à prática criativa dos homens, objetivada no processo de construção da sociedade, num dado momento histórico. A prática, nesse sentido,

engloba o mundo dos homens na sua relação com a natureza, pois é através do trabalho que o homem se produz como ser social, em uma relação de unidade e luta

¹⁹¹ *idem, ibidem*, p. 177.

com a natureza. Produz instrumentos de trabalho, produz relações sociais, produz necessidades sociais. Objetiva-se nas obras e nos produtos.¹⁹²

O princípio básico que rege a prática social é o trabalho, o trabalho coletivo enquanto atividade criadora e transformadora, através da qual o homem se objetiva e mantém relações com outros homens. A prática, nesse sentido, é essencialmente social, histórica. Contudo, na sociedade capitalista, o trabalho não só constrói o homem, também o aliena, dada a forma mercantil que adquire, transformando as relações sociais em relações entre coisas.

O trabalho constitui-se na categoria fundante do ser social, porque “[...] a essência do trabalho humano está no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estádios são produtos da autoatividade humana”¹⁹³. Conforme expõe Lukács, o trabalho assume o papel determinante na constituição do complexo ser social. Entender o ser social, seu desenvolvimento, suas diferenças e articulações com outras formas de ser(orgânico/inorgânico) perpassa pelo desvelamento de suas categorias particulares que estão imbricadas essencialmente num ser concreto, numa dada sociabilidade.

Somente o trabalho, independentemente de qualquer forma de sociedade, constitui-se no elemento decisivo para a condição da existência humana pela mediação que exerce no intercâmbio entre o homem e natureza. O trabalho propicia o salto qualitativo na transformação da natureza, pela intermediação da ação humana.

¹⁹² Idem, *ibidem*.

¹⁹³ Lukács, Gyorg, Lukács, G. “II lavoro”. In: *Per una ontologia dell’ essere sociale*. V.II, Roma: Riuniti, 1976-81, p.2. Para a tradução da edição italiana utilizamos como referência a versão preliminar em português, elaborada e gentilmente colocada à nossa disposição pelo prof. Ivo Tonet, do Departamento de Filosofia, da Universidade Federal de Alagoas.

Face a essas considerações, apreende-se que a prática social não se revela de forma imediata, sendo necessárias as mediações para que seja desvelada em suas conexões essenciais. Assim,

a prática social não se dá a conhecer na sua forma imediata: o ser social se expressa através de mediações. Deriva daí a necessidade e a exigência metodológica de se apreender a sociedade capitalista nas suas múltiplas determinações e relações, como uma totalidade. [...], a totalidade histórica das classes sociais, em seu processo, em seu movimento.¹⁹⁴

Essa concepção de prática social remete à totalidade concreta como categoria central no processo de apreensão do ser. Sobre essa categoria, diz Lukács que,

Quando se afirma que a objetividade é uma propriedade primário-ontológica de todo ente, afirma-se em consequência que o ente originário é sempre uma totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade. [...] O jovem Marx já havia visto e proclamado que toda sociedade constitui uma totalidade. Com isso, todavia é simplesmente indicado o princípio geral, mas não a essência e a constituição dessa totalidade e, menos ainda, a maneira pela qual é possível conhecê-la adequadamente.¹⁹⁵

A teoria, por outro lado, significa a reconstrução do movimento do real em sua complexidade. Numa perspectiva ontológica, a teoria é a possibilidade de apreensão do

¹⁹⁴ Nessa passagem, a autora revela uma concepção de totalidade - movimento dinâmico e objetivo das classes na sociedade capitalista - segundo uma perspectiva ontológica. Ver Iamamoto, Marilda V., *op. cit.*, 1992, p.178.

¹⁹⁵ Cf. Lukács, G., *op. cit.*, 1979, p.36-37.

concreto em suas múltiplas determinações¹⁹⁶, é a possibilidade de estabelecer conexões essenciais na consciência sob a forma de concreto pensado. A teoria, assim, tem uma dimensão diferente da prática, ambas são distintas, mas estão inter-relacionadas no processo de objetivação do ser social. O conhecimento, nessa perspectiva, não se sobrepõe ao real enquanto construção ideal, como também não reflete apenas o imediato. O pensamento procura apreender o ser historicamente situado, reproduzindo-o em sua integralidade. Sobre a importância da atividade do pensamento, Lukács ressalta que,

Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer se dizer que a consciência tem um papel real no plano do ser e não como se supõe as visões realistas - que ela é carente de determinações.¹⁹⁷

Isto quer dizer que a atividade teórica não se constitui enquanto uma necessidade interna da subjetividade, não reflete uma construção autônoma dessa subjetividade; ao contrário, reproduz o ser de forma objetiva na consciência, dada a imposição do ser à consciência.

A relação teoria/prática acontece no real. Para a autora, é nessa relação que se produz conhecimento sobre a realidade. Entretanto, alerta que, apesar de a prática ser o fundamento do conhecimento como critério de verdade e como finalidade do próprio ato de

¹⁹⁶ Este é o movimento do abstrato ao concreto, que conduz a apreensão do real pela subjetividade, ao que Marx denomina de “síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso”, a captura da realidade enquanto um todo complexo. Ver a respeito Marx, K. “Introdução à crítica da economia política” (item 3). In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.219.

¹⁹⁷ Lukács, G. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.” In: *Temas de ciências humanas* nº4. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p.3.

conhecer¹⁹⁸, deve-se evitar uma leitura empiricista, que enfatiza a capacidade auto-reveladora da prática. Nas palavras de Iamamoto, “se o critério de verdade está na prática, essa verdade só é descoberta numa relação teórica com a prática”¹⁹⁹. A teoria, nesse sentido, não está desatrelada da prática, “afirma-se como crítica teórica das elaborações que explicam a dinâmica da sociedade.[...]Entretanto, a teoria afirma-se, também, como teoria das possibilidades da ação”²⁰⁰.

A teoria, segundo uma perspectiva marxiana, não se põe a partir do imediato na prática. A teoria, enquanto atividade subjetiva, implica uma finalidade, um “pôr teleológico”, ou seja, é sempre uma categoria que se plasma no real. Apesar de a teoria ter seu ponto de partida na consciência, não se reduz, nem se concentra na própria consciência, implica necessariamente a objetivação do ser.

Nesse sentido, não existe uma teoria que ainda não está posta, a atividade teórica carrega em si o “pôr teleológico”, ou seja, como tal só existe enquanto atividade que vai objetivar-se na prática. Segundo Lukács, “ao contrário da causalidade, [...] a teleologia é um modo de pôr – posição sempre realizada por uma consciência – que, embora, guiando-as em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais”²⁰¹. Apesar de a teoria se originar na consciência, de antecipar idealmente o objeto, implica necessariamente a concretização

¹⁹⁸ Essa concepção de prática enquanto base para o conhecimento sobre o ser, Iamamoto extrai de Vázquez. Nas palavras desse autor, “O fato de que a prática determina a teoria não apenas como sua fonte de prática que amplia com suas exigências o horizonte de problemas e soluções da teoria como também como finalidade – como antecipação ideal de uma prática que ainda não existe – não demonstra, por sua vez, que as relações entre teoria e prática não podem ser encaradas de maneira simplista ou mecânica, isto é, como se toda teoria se baseasse de modo direto e imediato na prática.[...]. A atividade prática que hoje é fonte da teoria exige, a seu turno, uma prática, que ainda não existe e, desse modo, a teoria (projeto de uma prática inexistente) determina a prática real e efetiva. Por outro lado, a teoria que ainda não está posta em relação com a prática, porque de certa maneira se adianta a ela pode ter essa vinculação posteriormente.” Vázquez, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.253.

¹⁹⁹ Iamamoto, M. V., *op. cit.*, 1992, p.178.

²⁰⁰ Idem, *ibidem*.

²⁰¹ Lukács, G., *op. cit.*, 1978, p.7.

desse objeto. É nessa atividade concreta, de acordo com esse autor, que de forma unitária se objetiva a relação teoria-prática. Não por uma determinação da subjetividade, mas da objetividade, que articula ser e conhecer.

Nesse sentido, a perspectiva marxiana recupera a objetividade do ser no processo metodológico de investigação do real, tendo como suposto que a teoria é determinada pelo ser. O critério de verdade do conhecimento não é uma questão do próprio pensamento, é uma questão da efetividade; o pensamento(a atividade teórica) torna-se posto na conexão com o mundo efetivo, na atividade humana. Desse modo, a verdade não é determinada por um julgamento subjetivo; ao contrário, é determinado por um critério objetivo que se põe na prática social. O pensamento é verdadeiro quando consegue capturar a objetividade do ser e reproduzi-la sob a forma de concreto pensado.

Chasin, confirma essas afirmações quando diz que

A verdade é, pois, poder de efetivação. Algo é verdadeiro teoricamente na medida em que este algo teórico seja efetivado. O poder de efetivação revela ou implica verdade. A verdade, portanto, não é uma criação ou um produto da cabeça, mas é uma idealidade homóloga ao concreto. Consequentemente, teoria em Marx é reprodução do ser e não organização do objeto a partir da subjetividade, ou seja, a subjetividade individual não organiza o mundo, mas reproduz, sob a forma de compósito abstrato, o mundo e, com isso, obtém-se o abstrato concreto do pensamento.²⁰²

Nessa análise que faz sobre as Teses Ad Feurbach de Marx, Chasin expõe que a problemática do conhecimento não é de origem gnosiológica, mas, eminentemente, de base

ontológica. Isto porque a subjetividade se coloca diante do concreto para reproduzir suas conexões essenciais, e não para exercer uma atividade de contemplação e organização do mundo. O posicionamento da subjetividade sobre o mundo é ativo, uma vez que as possibilidades do saber, da produção do conhecimento têm uma dimensão concreta; a verdade está no próprio ser, está na efetividade.

Lukács, em sua análise sobre a relação teleologia/causalidade, no interior da categoria trabalho, também enfoca a dimensão objetiva do pensamento que se põe na prática, na efetividade. Assim, diz:

Deste modo é enunciada a categoria ontológica central da categoria trabalho: através dele realiza-se no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual de todo modo – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas – sempre são transformadas em realidades posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais.²⁰³

Para fundamentar a concepção de prática como critério de verdade, Iamamoto também se apóia em Marx, destacando a VIII tese Ad Feurbach: “Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa práxis”²⁰⁴. Conforme já analisamos anteriormente, Marx assevera nessa tese a defesa da subjetividade, da razão, no processo de

²⁰² Chasin, José. *Superação do liberalismo*, 1988, p.118 (mimeo.).

²⁰³ Lukács, G. “II trabalho”. In: *Per una ontologia dell' essere sociale*. V.II, Roma: Riuniti, 1976-81, p.4. Para a tradução da edição italiana utilizamos como referência a versão preliminar em português, elaborada e gentilmente colocada à nossa disposição pelo prof. Ivo Tonet, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas.

²⁰⁴ Marx, K. & Engels, F. *A Ideologia alemã*, São Paulo: Hucitec, 1987, p. 14.

conhecimento e transformação da realidade natural e social. A subjetividade se torna mundo, se objetiva na efetividade, o que pressupõe a passagem da primeira(teoria) à segunda(prática). A solução, desse modo, não está circunscrita à subjetividade, é imanente ao mundo objetivo; a verdade está, então, na objetividade.²⁰⁵

Se a teoria é fundamental para explicar e intervir na realidade social, cai por terra a proposição de uma dupla metodologia, no caso, uma no âmbito do conhecimento e outra, no da ação. A teoria, nessa perspectiva, “não se aplica ao real, mas fornece parâmetros para uma análise criativa que recupere as especificidades do processo de formação da sociedade nacional, dos movimentos e inflexões conjunturais, dos atores e forças políticas aí presentes”²⁰⁶. Não se pode estabelecer uma separação entre teoria social, análises conjunturais e profissionais, pois a teoria social de Marx não pode ser expressa enquanto simples método de conhecimento, enquanto proposição epistemológica. Ao contrário, essa perspectiva teórico-metodológica postula uma explicação histórica do ser social, no caso da sociedade burguesa em sua particularidade, tentando desvendar-lhe os antagonismos e o projeto societário da classe criadora do trabalho, que se revela no movimento real da sociedade.

Segundo uma perspectiva ontológica, não existe uma concepção formal de metodologia do conhecimento e metodologia da ação. A metodologia refere-se objetivamente à relação sujeito/objeto, ao movimento consciente que busca apreender a legalidade do real. Lukács destaca que o ponto de vista metodológico decisivo dessa perspectiva “continua a ser a exata separação entre a realidade existente em-si como processo e os modos de seu

²⁰⁵ Em sua leitura sobre a VIII tese Ad Feurbach, de Marx, Chasin postula que a verdade está na efetividade. A razão é uma razão no mundo. Esta é a defesa da razão histórica e do critério de objetividade como critério de verdade. Chasin, José, *op. cit.*, 1988, p.125.

²⁰⁶ Iamamoto, Marilda V., *op. cit.*, 1992, p. 172.

conhecimento²⁰⁷. Tal separação existe não por uma determinação abstrata, mas ontológica. O processo ontológico do ser é diferente da operação cognoscitiva, que procura apresar objetivamente este ser. Porém, nessa operação cognoscitiva, o ser tem prioridade ontológica sobre o conhecer; sem ele não é possível o conhecimento da objetividade social.²⁰⁸

Para Lukács, a partir do método dialético se constitui uma nova concepção de metodologia que procura captar no âmbito do pensamento, no plano cognoscitivo, a gênese da realidade concreta, o objeto em si.

A afirmação filosófica de Marx, portanto, tem aqui a função crítica ontológica a algumas falsas representações, ou seja, tem por meta despertar a consciência científica no sentido de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em-si.[...]. É uma estrutura de caráter completamente novo: uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e utiliza essa como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma consideração ontológica – filosófica da realidade em si, que não se põe acima dos fenômenos considerados, coagulando-os em abstrações, mas se coloca, ao contrário - crítica e autocriticamente –, no máximo de consciência, como o único objetivo de

²⁰⁷ Lukács, G. Questões metodológicas preliminares. In: *Ontologia do ser social - princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p.18.

²⁰⁸ Sobre o primado do ser sobre a consciência no processo de conhecimento, Lukács assevera que “é preciso distinguir claramente o princípio de prioridade ontológica dos juízos de valor gnosiológicos, morais, inerentes a toda hierarquia sistemática idealista ou materialista vulgar. Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É algo semelhante à tese de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento algo que é”. Idem, *ibidem*, p.40.

captar todo ente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele.²⁰⁹

Nessa perspectiva, depreende-se que a teoria enquanto representação do mundo objetivo se constitui no processo metodológico o qual busca tornar consciente as determinações ontológicas do mundo concreto da vida social. Nesse processo, o sujeito procura depurar e analisar criticamente as complexas determinações do ser, tentando ultrapassar a ingênua apreensão imediata, singular da realidade, bem como as impressões subjetivistas que idealizam o ser, negando suas conexões substantivas.

Retomando as considerações metodológicas acerca da separação entre ser e conhecimento. Marx expõe na primeira e segunda tese “Ad Feurbach”, respectivamente, a diferença entre ontologia e gnosiologia. Na primeira tese, Marx faz a crítica ao caráter objetivista do materialismo antigo, incluído o de Feurbach, que postulava a distinção entre mundo objetivo e mundo subjetivo, de modo que o mundo objetivo seria externo ao mundo subjetivo e vice-versa, negando, desse modo, a atividade em si. Para Marx, realidade e subjetividade não são idênticas, são distintas. Contudo, a realidade do mundo é resultado da práxis, da atividade humana que objetiva a subjetividade em objetividade, e que também realiza o movimento inverso. Na segunda tese, esse autor destaca que a questão do conhecimento não é uma questão da subjetividade, é uma questão da objetividade. A questão do conhecimento não depende do critério gnosiológico; ao contrário, a verdade do conhecimento está na efetividade. O conhecimento produzido sob a forma de concreto pensado depende ontologicamente da atividade humana sensível, do concreto.

²⁰⁹ Idem, *ibidem*, p.27.

Dando prosseguimento à análise da polêmica estabelecida na segunda questão – a diferença entre “metodologia do conhecimento” e “metodologia da ação” –, a terceira questão apontada no texto de Yamamoto trata da distinção entre o conceito de metodologia e os procedimentos de intervenção (etapas, classificações, definição de instrumentos, estratégias de ação). A autora procura explicar que a metodologia deve ser concernente ao conceito de uma dada teoria social, e que não pode ser resumida à delimitação de procedimentos técnico-operativos. Isto implica reduzir o estatuto de metodologia enquanto possibilidade de conhecer o real à operacionalidade da ação profissional. Assim, nos diz que

a questão teórico-metodológica diz respeito ao modo de ler, interpretar, de se relacionar com o ser social; uma relação entre o sujeito cognoscente - que busca compreender e desvendar essa sociedade - e o objeto investigado. Encontra-se estreitamente imbricada à maneira de explicar essa sociedade e os fenômenos particulares que a constituem. Para isso, implica uma apropriação da teoria - uma capacitação teórico-metodológica - e um ângulo de visibilidade na leitura da sociedade - um ponto de vista político, que, tomado em si, não é suficiente para explicar o social.²¹⁰

Nessa passagem, a autora ressalta que a metodologia não se reduz aos mecanismos operacionais; ao contrário, trata-se de um mecanismo que possibilita ler, interpretar e estabelecer uma relação com o ser social. Em suas palavras, o processo metodológico “implica uma apropriação da teoria – uma capacitação teórico-metodológica – e um ângulo de visibilidade na leitura da sociedade [...]”. Embora, avance na discussão sobre a metodologia quando reconhece a necessidade de não reduzir metodologia aos mecanismos operativos da

profissão, deixa transparecer um limite da sua contribuição ao expor metodologia como possibilidade de o sujeito interpretar o real, compreendê-lo à luz de uma teoria.

Essa exposição sobre a metodologia como campo de visibilidade do sujeito nos remete ao pensamento de Althusser, quando explora a relação específica entre o discurso e o objeto do conhecimento a partir do estudo da obra de Marx, em particular, *O capital*. Para Althusser, Marx inaugura uma nova forma de leitura, produz uma nova teoria e método, à medida que se torna “um leitor que lê em voz alta”²¹¹ suas obras da maturidade. A partir dessa constatação, considera Althusser que a forma de ver é o princípio básico que define a lógica de uma dada concepção de conhecimento. Noutros termos, a produção de conhecimento vai definir-se a partir da capacidade do ver. Conforme assevera o referido autor,

O que a economia política não vê não é um objeto preexistente, que haveria podido ver e não viu, senão um objeto que ela produz por si mesma em sua operação do conhecimento e que não existia antes dela precisamente essa produção mesma, idêntica a esse objeto.²¹²

Para Althusser, o que parece visível e invisível para o sujeito é todo objeto que está situado no campo da problemática teórica. Não existe, nesse sentido, objeto fora desse campo.²¹³ Só é possível conhecer e produzir conhecimento nesse campo teórico. O objeto do

²¹⁰ Iamamoto, Marida V., *op. cit.*, 1992, p.179.

²¹¹ Balibar, E. e Althusser, L. “De el capital a la filosofia de Marx.” Prefácio a para leer el capital. Argentina: Siglo Vientiuno, 1969, p.21.

²¹² Idem, *ibidem*, p.29.

²¹³ Thompson afirma que para Althusser “o pensamento emerge *totalmente* no âmbito do pensamento, por meio de sua própria extrapolação teórica [...]”. Cf. Thompson, E. P., *op. cit.*, 1981, p.24.

conhecimento só é cognoscível quando situado no campo de uma estrutura teórica definida de uma dada disciplina teórica.²¹⁴

Em seu texto, Althusser deixa clara sua proposta metodológica à medida que postula que a possibilidade de produção de conhecimento pelo sujeito só é possível a partir da “prática teórica”. O sujeito só conhece e produz conhecimento a partir de seu próprio objeto, que se distingue do objeto real.²¹⁵ Seu método, nesse sentido, está centrado na esfera teórica. O conhecimento válido é aquele que reflete sobre seu objeto específico – o objeto de conhecimento.

Iamamoto, ao se referir à metodologia como ângulo de visibilidade do sujeito sobre a sociedade, ou seja, enquanto um “modo de ler e interpretar o real”, se aproxima de Althusser e abdica da possibilidade de explicação do ser a partir dele mesmo; ao contrário, caminha na trilha da perspectiva gnosiológica, que procura explicar o objeto a partir do ponto de vista do sujeito, no campo da “prática teórica”. Nessa perspectiva, Iamamoto se contradiz com relação à concepção de metodologia que expôs inicialmente, enquanto modo de apreender o ser social historicamente situado, à medida que opta, também, por uma explicação lógico-formal de metodologia.²¹⁶ Ela nega, no processo de conhecimento, por conseguinte, da

²¹⁴ Ao contrário desse princípio gnosiológico, Tonet nos explica que “Numa perspectiva ontológica, o saber tem como fundamento o ser, ela não é uma construção autônoma da subjetividade, do mesmo modo como os critérios de verdade e, portanto, de cientificidade, não são um produto subjetivo, mas uma imposição do objeto. Deste ponto de vista, é absurdo que possam existir várias verdades a respeito do mesmo objeto. ‘A verdade é o todo’, já dizia Hegel, com todo acerto. A verdade do objeto é a sua reprodução integral, processo sempre aproximativo, dada a infinitude do objeto”. Cf. Tonet, Ivo., *op. cit.*, 1995, p.50.

²¹⁵ Sobre essa distinção, Thompson nos diz criticamente que “Althusser não confunde tanto o pensamento com o real como ao afirmar a incognoscibilidade do real, confisca à realidade suas propriedades determinantes reduzindo assim o real à Teoria”. Thompson, E. P., *op. cit.*, 1981, p.32.

²¹⁶ As duas concepções de metodologia apresentadas pela autora são contrapostas: a primeira, “modo de conhecer o ser social”, tem um fundamento ontológico, ou seja, o objeto (ser) rege o processo de conhecimento; a segunda concepção de metodologia, por outro lado, “modo de ler e interpretar o real” tem um fundamento gnosiológico, a razão atribui ao objeto uma legalidade que lhe é própria. É quando trata da terceira questão, em seu texto, que a autora define de fato metodologia como operação lógico-formal.

objetividade do ser no movimento da história como referência básica para aprendê-lo em suas relações essenciais.²¹⁷

A captura da realidade, segundo Iamamoto, exige uma capacitação teórica que supere a explicação do ser apenas do ponto de vista político, prática essa tão comumente desenvolvida pelo Serviço Social, cujo discurso predominante era o “compromisso político” do profissional com as classes subalternas, sem o conhecimento efetivo da realidade social.

Assim, para Iamamoto, o desafio da questão metodológica supõe, também, a ruptura com as marcas predominantes do ecletismo²¹⁸ na tradição intelectual da profissão desde suas origens. Para isso, afirma que é imperativo à profissão assumir uma postura pluralista no plano das idéias, que redunde no debate de perspectivas teóricas diferentes, o qual exige, por sua vez, uma interlocução com o conhecimento historicamente produzido pela sociedade. Nesse sentido, compete ao profissional “romper com o estigma e a condição de mero técnico, ou seja, de alguém preocupado unilateralmente em dominar um único aspecto específico da realidade, que constitui seu âmbito de ação imediata, e em racionalizar a prática aí desenvolvida”²¹⁹.

A apreensão da realidade enquanto totalidade requer, então, do profissional a ruptura com a visão de técnico que está preocupado apenas com o manuseio dos instrumentos operativos, com a eficácia e o êxito da prática; isso pressupõe uma maturidade crítico-teórica que possibilite construir um estatuto científico culto.

A autora também destaca que a construção desse estatuto profissional culto que entende o Serviço Social a partir de sua inserção na realidade representa um recurso necessário

²¹⁷ Nega-se com essa perspectiva a história: “O processo histórico é incognoscível como objeto real; o conhecimento histórico é produto da teoria; a teoria *inventa* a história, seja como ideologia ou como ciência”.
Tompson, E. P., *op. cit.*, 1981, p.31.

²¹⁸ Segundo Iamamoto, ecletismo implica a conciliação de posições teórico-metodológicas distintas.

para a não cooptação; em outros termos, pela não-absorção de posições culturais neutras e socialmente assépticas, as quais impõem ao profissional limites que inviabilizam a crítica a seus fundamentos.

Por fim, no que se refere à quarta questão aventada, no início do texto, Yamamoto não faz referência sobre tal no decorrer da exposição. Deve-se considerar que a autora trata de forma sintética as categorias teóricas, que segundo ela derivam de uma posição teórica marxiana.

Contudo, quando concebe metodologia “como modo de ler, de interpretar, de se relacionar com o ser social; uma relação entre sujeito cognoscente e objeto investigado”²²⁰, afasta-se, dessa maneira, da concepção de metodologia que tem um fundamento ontológico e corrobora com uma explicação lógico-abstrata do ser centrada numa perspectiva gnosiológica.

²¹⁹ Yamamoto, M. V., *op. cit.*, 1992, p.180.

²²⁰ *Idem, ibidem*, p.179.

3. Sistematização da prática e reflexão teórica: dois momentos distintos e necessários ao processo metodológico.

Prosseguindo o estudo sobre o debate da metodologia no Serviço Social, analisamos o texto de José Paulo Netto – “Notas para a discussão da prática e teoria em Serviço Social”. Neste texto, o autor trata do processo de sistematização da teoria a partir de uma perspectiva ontológica, aborda a “excursão” realizada pela profissão no movimento de renovação e reflete sobre a sistematização (da prática) e teoria no Serviço Social. A peculiaridade do texto em análise é a maneira rigorosa e inovadora como o autor trata as duas matrizes centrais do pensamento social contemporâneo – Ciências Sociais e tradição marxista – e, conseqüentemente, o processo metodológico que daí decorre. A operação lógico-abstrata, em ambas as matrizes metodológicas, é explorada a partir da distinção entre sistematização (prática) e reflexão teórica, que, entretanto, representam dois momentos indissociáveis e necessários do processo de conhecimento do ser. Tal distinção constitui o objeto central do texto analisado.

3.1. Bases para a distinção entre sistematização e elaboração teórica

Para Netto, o processo de conhecimento do social, considerando a diferença entre conhecimento da natureza e da sociedade, se constitui a partir de um procedimento metodológico prévio – a sistematização de dados –, seleção de aspectos referentes a um fenômeno ou grupo de fenômenos particulares na realidade. Esse procedimento é necessário e antecede a reflexão teórica do(s) fenômeno(s) investigado(s).²²¹ Conforme expõe, “os procedimentos sistematizadores, especialmente fundados na atividade analítica da inteligência, configuram um passo preliminar e compulsório da elaboração teórica – sem, entretanto, confundir-se com ela”²²².

Os procedimentos sistematizadores são mecanismos prévios e necessários ao processo de investigação da realidade e encerram uma atividade intelectual num grau analítico diferente que precede a elaboração teórica. Esses procedimentos sistematizadores se manifestam no processo de conhecimento em diferentes posturas metodológicas, a saber: na postura que legitima um processo científico comandado e circunscrito à razão (formalismo); na que só valida o processo de conhecimento que se concentra na descrição, classificação e sistematização do dado empírico (empirismo); ou na que apreende o dado empírico enquanto instrumento necessário e provisório para a captura do real, mas que não se confunde com a complexidade do real (crítico- dialética).

²²¹ O autor torna explícito que os procedimentos sistematizadores - seleção, categorização e organização dos dados - são formulados pelo sujeito para caracterizar um fenômeno ou grupo de fenômenos da realidade. Tais procedimentos são necessários e antecedem o processo de reflexão. Isso significa que os procedimentos sistematizadores são resultantes de uma atividade intelectual; contudo, correspondem a um nível preliminar do processo de conhecimento.

²²² Netto, J. P., *op. cit.*, 1989, p.141/142.

De acordo com Netto, o processo de conhecimento dos fenômenos, no conjunto das tendências racionalistas contemporâneas, tem sido direcionado por posturas metodológicas que privilegiam a análise dos fenômenos singulares em sua manifestação imediata, singular, ou seja, por tendências que têm a sistematização do material empírico como centro da produção metodológica.²²³ Isto advém da herança cultural das Ciências Sociais, que têm um fundamento positivista como suporte de análise da sociedade. Na trilha dessa crítica metodológica de “fazer ciência”, Lukács assevera que

[...] esta ciência que reconhece como fundamento do valor científico o modo pelo qual os fatos são imediatamente dados e como ponto de partida da conceptualização científica a sua forma de objetividade, esta ciência se coloca, simples e dogmaticamente sobre o terreno da sociedade capitalista, aceitando sem crítica a sua essência, a sua estrutura de objetividade, as suas leis como fundamento imutável.²²⁴

Esse modo particular das Ciências Sociais de apreender o ser, tratando-o de forma isolada, reduzido à sua manifestação imediata,²²⁵ implica uma série de problemas que vão desde a dificuldade de superar os limites empíricos da pesquisa como “as fronteiras entre

²²³ Conforme fizemos referência no texto de Yamamoto, Lukács faz a crítica ao traço a histórico e a negação da totalidade concreta da tendência empirista, quando afirma que “[essa tendência] não apreende o núcleo histórico dos fatos que lhe serve de base. [...] Daí o surgimento de fatos ‘isolados’, de conjuntos isolados de fatos, de setores particulares com legalidade própria (teoria econômica, direito, etc.) que se afiguram, na sua aparência imediata, como largamente elaborados pelo estudo científico”. Lukács, G. *Marxismo e questões do método na Ciência Social*. In: *Lukács/ Sociologia*. Org. José P. Netto. Tradução Carlos N. Coutinho. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981, p.66.

²²⁴ Idem, *ibidem*, p. 67.

²²⁵ Sobre a recuperação dos aspectos fenomênicos do real nos revela Lukács que, “Nas Ciências Sociais, [...] as declarações de intenção no sentido de uma fidelidade aos fatos conduzem a reedições vulgares do empirismo onde a aderência pragmática aos fatos imediatamente dados exclui da concepção de conjunto de certas conexões efetivamente existentes, mas que se apresentam com menor imediatez, com freqüente resultado de desembocar numa falsificação objetiva dos fatos fetichisticamente divinizados.” Lukács, G. *Ontologia do ser*

generalização e teorização e entre coleta e tratamento de dados.[...]”²²⁶, até aos antigos dilemas para articular a teoria à prática na investigação científica de um dado fenômeno.

O processo de conhecimento quando “enquadrado” nas fronteiras dos procedimentos científicos pode afastar a possibilidade de apreender a dinâmica objetiva e a totalidade do ser. Isso significa que “a ciência pode obscurecer, pode deformar indicações ou mesmo, apenas, pressentimentos justos da vida cotidiana [...]”²²⁷, criando obstáculos ao conhecimento das conexões essenciais do ser. Contudo, parece consensual entre as tendências racionalistas tomar o empírico como ponto de partida necessário no processo de investigação; isto não implica reduzir o processo metodológico, em todas tendências, ao empírico. Conforme explicita Netto, “o que as discrimina e especifica está para além deste consenso, que aponta como alvo do conhecer a processualidade em que emergem os fenômenos sociais”²²⁸.

Assim, o que diferencia as posturas metodológicas é a natureza do conhecimento sobre o ser social, é o modo como elas capturam os fenômenos que constituem a realidade. Para explicar essa questão, Netto afirma que, no interior do racionalismo contemporâneo, emergem duas matrizes metodológicas básicas, uma matriz gnosiológica, herdeira da tradição neokantiana²²⁹, e a segunda matriz, crítico- dialética. Na primeira matriz, o sujeito faz a leitura dos fenômenos a partir de sua manifestação empírica, recuperando seus aspectos singulares,

social - os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos N. Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 23.

²²⁶ Netto, J. P., *op. cit.*, 1989, p. 141/142.

²²⁷ Lukács, G., *op. cit.*, 1979, p.25.

²²⁸ Netto, J. P., *op. cit.*, p. 143.

²²⁹ Conforme destaca Guerra, “As primeiras tentativas de dar à razão um estatuto que amplia os dogmatismos e reducionismos encontram-se formuladas no sistema filosófico kantiano. Kant desloca o eixo-central da discussão da filosofia, enquanto ciência que estuda o ser, para a epistemologia, por concebê-la como a ciência que contém os princípios do conhecimento”. Guerra, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995, p.45.

conduzindo-os à elaboração teórica, à construção de um modelo formal-abstrato.²³⁰ Segundo Netto,

Nesta [matriz], o trabalho teórico tem na sistematização operada sobre o material empírico (seleção, organização, classificação) um patamar prévio: é sobre ela que a teoria se estrutura, produzindo um símile ideal que procura contemplar a organização interna da empiria abordada através de um rigoroso tratamento analítico [...].²³¹

Na segunda matriz, crítico-dialética, a razão opera a partir de uma determinação objetiva do ser, tomando como ponto de partida os fenômenos empiricamente dados, e procura resgatar seus aspectos gerais e singulares, a partir dos quais a sistematização dos dados fornece conceitos simples que possibilitam à razão apreender o movimento dinâmico do real.²³² Nas palavras do autor,

[Esta] segunda posição, [...] também arranca da expressão empírica para apanhar a processualidade que a dissolve e resolve, na busca de suas tendências e regularidades, entretanto, nesta perspectiva, a sistematização do material empírico não fornece o quadro a partir do qual se constrói um modelo - antes constitui um

²³⁰ Os pressupostos do racionalismo formal-abstrato encontramos no positivismo, no pensamento de Émile Durkheim, que influenciou sobremaneira as Ciências Sociais na contemporaneidade. Segundo Guerra, Y. “[a Durkheim] pode ser tributada a institucionalização do paradigma da racionalidade formal na análise das estruturas sociais, na medida em que suas concepções teóricas e metodológicas encerram não apenas a pretensão de estabelecer uma explicação totalizadora da sociedade, mas, sobretudo, *de orientar uma programática de ação sobre a sociedade*.” Idem, *ibidem*, p.57.

²³¹ Idem, *ibidem*, p.141-142.

²³² Em estudo sobre a questão do método, Lukács destaca que é através do método dialético que é possível “compreender a história enquanto processo unitário”, ou seja, apreender a totalidade social. Mais adiante afirma que “[...] a oposição entre a descrição de um aspecto parcial da história e a história como processo unitário não se funda sobre uma simples questão de amplitude, como, por exemplo, a distinção entre histórias particulares e história universal, mas sobre uma oposição de perspectivas”. Lukács, G., *op. cit.*, 1981, p.72.

elenco de determinações simples que permite o movimento da razão no sentido de agarrar e reconstruir o movimento imanente do processo objetivo, o movimento do objeto real.²³³

O processo de elaboração teórica é distinto entre as matrizes metodológicas, porque na primeira matriz a elaboração teórica é um modelo criado pelo sujeito, que recupera o objeto a partir do empírico, da sistematização de dados, é um processo(analítico) que privilegia a manifestação empírica do objeto. A razão atribui ao objeto real uma legalidade, que é própria de uma operação lógico-formal, ou seja, organiza os dados a partir do movimento do pensamento.²³⁴ Enquanto, na segunda matriz, a elaboração teórica é uma reconstrução ideal do objeto real, o sujeito busca se apropriar do movimento imanente do ser, quer dizer, do objeto real.²³⁵

De acordo com essa segunda matriz metodológica, o processo de conhecimento do objeto se realiza a partir de uma representação caótica do todo, do imediatamente dado(singularidade), que, via intuição(unidade emoção e razão), opera uma representação desse todo caótico, chegando-se a uma generalização, a uma determinação mais precisa, ou seja, através da análise se alcançariam as abstrações, as determinações mais simples. A partir

²³³ Netto, J. P., *op. cit.*, 1989, p.141-142. Identificamos aqui a distinção no processo de conhecimento entre uma perspectiva gnosiológica e uma perspectiva ontológica.

²³⁴ “A teoria aparece como determinação e explicação das conexões funcionais estabelecidas entre fenômenos da mesma natureza, pelos procedimentos de indução e dedução rigorosos, os quais garantem uma explicação [...] lógica, mas que não reproduz a lógica do movimento de constituição do fenômeno. [...] A ciência [...] apóia-se em regras formais, dadas *a priori*, que possibilitam a apreensão da forma de manifestação do fenômeno, entendida como a sua verdade imanente. (...) O ponto de partida do processo de conhecimento identifica-se com o ponto de chegada.” Guerra, Y., *op. cit.*, 1995, p.61/64.

²³⁵ Ao fazermos referência à matriz metodológica crítico-dialética, não queremos com isso contribuir com uma concepção de modelo teórico, com uma estrutura definida antecipadamente. O método dialético se constitui com a investigação do ser em dadas condições históricas. Para Marx, “o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva [para apreender o real]”. Marx, K. Introdução à crítica da economia política. In: *Contribuição à crítica da economia da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.218.

daí se realizaria o caminho em sentido contrário, das generalizações, “relações gerais abstratas determinantes” e se chegaria a “uma rica totalidade de determinações e relações numerosas”²³⁶, operando-se, assim, o processo de síntese, a apropriação efetiva do concreto(da particularidade) pelo pensamento sob a forma de concreto pensado.

Essa segunda matriz, crítico-dialética, opera o método das duas vias, explorado por Marx na crítica à economia política. No caminho de ida (do concreto ao abstrato), conforme explicamos anteriormente, o todo desconhecido, desfigurado, representado na singularidade indeterminada e ,portanto, indizível é analiticamente decomposto e associado às categorias universais até se obterem os conceitos simples.

Face às necessidades da reprodução social, o sujeito se coloca nesse caminho de ida, munido do conhecimento adquirido na experiência cotidiana, enfrentando o movimento real (todo caótico), e por meio da intuição escolhe dadas possibilidades de conhecimento, impulsionado pelo objeto, na busca de alternativas que viabilizem a superação da indizibilidade do singular. É nesse movimento intenso, dinâmico de abstração, que a consciência começa a negar a materialidade do singular, o imediatamente dado, e com o processo de generalização e determinação são alcançadas as determinações abstratas, os conceitos simples, uma aproximação inicial do real. Nesse momento da reflexão, o sujeito obtém conceitos mais elaborados, que conduzem o movimento metodológico em sentido contrário, em direção ao concreto, à particularização do objeto.

Desse modo, no caminho de volta(do abstrato ao concreto), acontece uma ruptura, uma nova fase no processo de conhecimento do real. As abstrações simples, resultantes do processo inicial de reflexão, são selecionadas, organizadas e, via “abstrações

²³⁶ Marx, K. *op. cit.*, 1983, p.218.

isoladoras”²³⁷, são sublinhadas suas diferenças e semelhanças, que no campo das mediações possibilitam chegar ao objeto particular.

Na processualidade desse segundo momento de investigação (caminho de volta), é identificada uma diversidade de características internas ao objeto analisado, que se traduzem em traços comuns e diferentes das generalizações alcançadas no processo de reflexão. Nesse momento, várias generalizações abstratas tornam possível a aproximação do real pelo pensamento. A subjetividade procura chegar a um nível de generalização que permita superar determinadas abstrações e alcançar as “abstrações mais afortunadas”²³⁸, mais próximas do real. A consciência opera, nessa segunda perspectiva, no sentido de capturar o mundo real “enquanto uma cadeia viva entre a singularidade e a universalidade”²³⁹, um conjunto complexo de inúmeras mediações. A consciência caminha em busca de constituir as generalizações abstratas (universal) até chegar ao concreto. Nesse caminho de retorno, “a abstração passa a negar-se ao alcançar um nível de generalização mais determinado, fazendo com que o pensamento percorra o campo de mediações entre a singularidade e a universalidade no sentido de aproximação do concreto, ou melhor, da particularidade enquanto *veículo do determinado* [...]”²⁴⁰.

Nesse segundo momento, opera-se o conhecimento pleno das diversas relações que o mundo real realiza, “a rica totalidade de determinações”. Nesse retorno ao concreto é

²³⁷ Lukács, em sua obra *Ontologia do ser social*, trata as “abstrações isoladoras” do seguinte modo: “Quer tomemos a própria realidade imediatamente dada, ou mesmo seus complexos parciais, o conhecimento imediatamente direto da realidade imediatamente dada resulta em meras representações. Estas, por isso, devem ser melhor determinadas com a ajuda de abstrações isoladoras”. Lukács, G. *Per una ontologia dele’ essere sociale*. Roma: Riuniti, V.I, 1976-81, p.285.

²³⁸ As “abstrações mais afortunadas” são abstrações mais determinadas, mais ricas, que reproduzem a complexidade do real. Ver Lukács, G. *Estética*. V.3. Barcelona - México: Grijalbo, 1967.

²³⁹ Chasin, J. “LuKács: Vivência e reflexão da particularidade”. In: *Escrita/Ensaio*, 2ª ed., São Paulo: Escrita, nº 9, 1981, p.60.

superada a representação caótica, imediata e singular do todo para se obter uma multiplicidade de determinações objetivas e complexas da totalidade social.²⁴¹ Para Marx, esse é o modo como o pensamento procede, ou seja, realiza o conhecimento sobre o ser.

Apesar de o processo de conhecimento do real iniciar-se de forma análoga nas duas matrizes metodológicas a partir da sistematização de dados, a dinâmica da reflexão teórica, conforme explicitamos no “método das duas vias”, toma rumos distintos. Na primeira matriz, o objeto é revelado pelo sujeito na sua forma fenomênica, empírica, enquanto, na segunda matriz, o objeto é reconstruído idealmente, ou seja, é preservada a autonomia do objeto, esse é o momento de captura da legalidade do objeto real sob a forma de “concreto pensado”. De acordo com Netto,

o que distingue as duas posições é que concebem de modo inteiramente distinto a natureza do conhecimento do ser social. A primeira delas concebe-se como operação lógico-formal que confere aos fenômenos uma legalidade que a razão - à base da análise deles - lhes atribui; a segunda concebe-a como movimento através do qual a razão extrai dos processos objetivos a sua legalidade intrínseca. A esta distinção de fundo - que, enquanto concede à primeira posição impositões nitidamente epistemologistas e metodologistas, situa a segunda como tendência expressamente orientada à ontologia do ser social - prendem-se outras diferenças, e mesmo oposições e antagonismos, extremamente significativos, que envolvem a consideração do método, da relação teoria e prática, etc.²⁴²

²⁴⁰ Sobre a possibilidade de acesso da consciência ao real ver a respeito Paniago, Cristina. “Possibilidade ontológica do conhecimento”. In: Habermas e Lukács: *Método, trabalho e objetividade*. Maceió: EDUFAL, 1996, p.82.

²⁴¹ A nosso ver, os modos de operar do caminho das duas vias na matriz crítico-dialética distingue-se de uma perspectiva gnosiológica, porque busca superar os limites fenomênicos do real e alcançar as determinações objetivas do ser.

²⁴² Netto, José P., *op. cit.*, 1989, p.144.

Então, no que trata da questão do objeto revelam-se duas acepções distintas que derivam das duas matrizes metodológicas. A primeira, decorrente da posição epistemológica, considera o objeto do conhecimento um “constructo da razão”, a concretude do objeto constitui-se a partir da atividade intelectual. Nessa perspectiva, o sujeito associa a sistematização de dados à reflexão teórica, construindo categorias de natureza lógica. Assim reconhece Netto que “a relação entre sistematização e elaboração teórica aparece como um continuum cujos pólos registram diferentes níveis de abstração (o modelo é a abstração mais alta)”²⁴³.

Na segunda posição, crítico-dialética, o objeto

é uma abstração que a razão se vê obrigada a realizar, tomando de uma totalidade inclusive complexa constituída de totalidades menos complexas uma dessas totalidades subordinadas, para regressar ao movimento real, onde o concreto é constituído e constituinte - uma abstração que só se dimensiona por referência ao objeto real.²⁴⁴

Nesse sentido, para a perspectiva crítico-dialética a abstração traduz a reprodução do movimento do objeto pela razão na relação totalidade menos complexa e totalidade mais complexa, exprimindo o objeto concretamente existente. O objeto é reproduzido sob a forma de abstração por uma imposição do próprio objeto real, e não por uma exigência exclusiva da razão.

²⁴³ Idem, *ibidem*, p.145.

²⁴⁴ Idem, *ibidem*.

O empírico, nesse movimento metodológico, constitui o ponto de partida do processo de conhecimento, mas não se confunde com a elaboração teórica, porque se circunscreve num campo provisório, que antecede a reflexão teórica. O percurso metodológico que se desenvolve entre sistematização e elaboração teórica aparece como momento pré-teórico e momento teórico, respectivamente. Esses são momentos distintos, porém se articulam no processo de conhecimento; cada um tem uma especificidade, que não é determinada pelo sujeito, mas é imposta pelo objeto à razão²⁴⁵, é por isso que as categorias são de natureza ontológica. Essas categorias, nesse sentido, são concebidas enquanto “formas de modo de ser, determinações de existência...”, são constituídas ontologicamente.²⁴⁶

Esse percurso metodológico da sistematização à elaboração teórica, numa abordagem ontológica do conhecimento, traduz a passagem da singularidade/ universalidade à particularidade, ou seja, ao complexo de mediações que constituem o concreto. Vamos, nesse sentido, recuperar o caminho à particularidade, ao que Netto denomina de “movimento da razão no sentido de agarrar e reconstruir o movimento imanente do processo objetivo, o movimento do objeto real”²⁴⁷.

Na relação que mantém com a realidade, o sujeito se depara diretamente com a singularidade, “pois tudo que nos oferece o mundo externo como certeza sensível é imediatamente e sempre algo singular ou uma conexão única de singularidades: é sempre um

²⁴⁵ Para Tonet, numa perspectiva de base ontológica, “[...] a verdade teórica de um objeto é a sua reprodução integral, ou seja, o sujeito deve capturar a lógica própria do objeto, não imputar-lhe uma lógica qualquer. [...]. A ‘chave’ geral de captura integral do objeto é a ontologia, porque ela é o momento da universalidade que permite encontrar, passando pela particularidade o caminho em direção à concretude singular daquele objeto”. Cf. Tonet, Ivo. “O pluralismo metodológico: um falso caminho”. In: *Serviço social e sociedade*, n.º 48. São Paulo: Cortez, 1995, p.50.

²⁴⁶ Essas categorias são de natureza ontológica porque constituem o ser, reproduzem suas determinações objetivas. Cf. Marx, K., *op. cit.*, 1983.

²⁴⁷ Cf. nota n.270.

Isto singular um Aqui e Agora singular”²⁴⁸. Esse primeiro nível de generalização pode ser assim traduzido: o singular é indizível; há uma mudez inerente a sua natureza. Ele só existe na sua relação universal, não tem, assim, uma existência isolada. O singular só é dizível na esfera da subjetividade, ou seja, na manifestação do concreto no pensamento. Entretanto, os elementos singulares são tão reais quanto os elementos universais.²⁴⁹

Para Lukács, é no campo da singularidade, conforme referência a Hegel²⁵⁰, que é posta a necessidade de realização de mediações mais amplas e complexas. Esta é uma das peculiaridades da singularidade, impor ao pensamento a produção de generalizações mais precisas, “não [sendo] casual que o ponto nodal [a particularidade], o ponto de mutação se torne visível precisamente a propósito do conhecimento da singularidade”²⁵¹. Assim, a captação adequada da singularidade no processo de transformação entre singularidade e universalidade possibilitará um conhecimento mais próximo do real. Nesse processo de determinação das abstrações não se mantém, por conseguinte, uma relação de exclusão entre “determinante e determinado”, como se fossem dois mundos distintos; ao contrário, ocorre uma recíproca mutação entre ambos.²⁵²

²⁴⁸ Lukács, G., *op. cit.*, 1967, p. 203.

²⁴⁹ A respeito do caráter ontológico dos elementos universais ou categorias da generalização, Lukács nos diz que “os homens [...] as têm posto na base de sua prática, do pensamento, da percepção etc., têm-se baseado nelas, e as têm aplicado como categorias muito antes de que pudessem dar o primeiro e menor intento de transformar essa atividade em uma reflexão científica ou filosófica sobre as causas e a natureza dessas noções imprescindíveis à prática”. Lukács, G. *op. cit.*, 1967, p.200.

²⁵⁰ Segundo Lukács, Hegel, na dialética da certeza sensível, reconhece a natureza específica da singularidade – imediata e sensível – e assinala a indizibilidade da singularidade que se manifesta na inacessibilidade à linguagem, situação que é superada quando se remete o singular ao universal peculiar. Idem, *ibidem*.

²⁵¹ Idem, *ibidem*, p.210.

²⁵² Conforme afirma Lukács “[...] essa mutação não elimina nenhuma das diferenças essenciais, temos também [observado] a propósito da generalidade.” Idem, *ibidem*, p.211.

A aproximação do efetivamente existente²⁵³, segundo Lukács, se põe na transformação dessa imediatez, passando a singularidade a ser cada vez mais clara, dizível. Acontece, então, uma “transfiguração” da indizibilidade da singularidade imediatamente dada em abstração dizível; esta rompe com a mudez do singular, incorporando algo novo a sua natureza objetiva, a sua forma de ser. “A individualidade sensível imediata é posta a falar através de uma abstração.[...] A abstração arranca da individualidade sensível de sua imediatez, leva-a consigo, negando e superando a imediatricidade”²⁵⁴.

O processo de dissolução da imediatricidade do singular é iniciado quando este se torna uma abstração dizível.²⁵⁵ É nesse momento que se realiza “o caminho de volta”, do abstrato ao concreto. Este é o movimento da razão para alcançar a particularidade - o concreto, ou seja, o percurso metodológico da subjetividade em direção ao real. Sobre a elaboração teórica que reside nesse processo, Netto afirma que “esta *reproduz* a particularidade com que o movimento da totalidade se refrata na totalidade subordinada que é tratada pela razão”²⁵⁶.

É nesse movimento da totalidade social que a razão opera a passagem do singular à particularidade, à generalidade, permeada por inúmeras mediações que se consubstanciam no ser. À medida que a abstração se desloca do abstrato ao concreto, ela vai adquirindo concretude, vai configurando-se em generalidade determinada, em particularidade. Isto está mais explícito em Lukács, quando afirma que esse processo não é uma sedimentação, um

²⁵³ Com relação à aproximação da subjetividade do real, Lukács acentua que, “igual ao caso da generalidade, no da singularidade o grau dessa aproximação está determinado pelas necessidades e possibilidades do pensamento em cada estágio da evolução histórico-social”. Idem, *ibidem*, p.206.

²⁵⁴ Chasin, J., *op. cit.*, 1982, p.63.

²⁵⁵ Segundo expõe Lukács, esse movimento da razão revela que “A única consequência relevante da situação é aquilo que na individualidade imediatamente captada parecia estar ao alcance da mão, sendo entretanto, inalcançável (indizível, inefável) se converte agora em objeto de um infinito processo de aproximação por parte do pensamento”. Lukács, G., *op. cit.*, 1967, p.205.

coroamento do conhecimento e exclusão da universalidade; é ,todavia uma aproximação possível do real. Em suas palavras,

A dialética materialista, ao contrário, na medida em que realiza e desenvolve a aproximação à realidade objetiva, conjuntamente, ao caráter processual do pensamento como meio para esta aproximação, pode compreender a universalidade numa contínua conversão em particularidade e vice-versa.²⁵⁷

Conforme expõe Lukács, nesse segundo movimento, não significa excluir ou desqualificar a categoria da universalidade e singularidade; ao contrário, o que acontece é a conversão dos três níveis de generalidade de forma dialética na particularidade. Esse segundo movimento é o que Marx denomina de “síntese de múltiplas determinações, é unidade na diversidade”²⁵⁸.

A afirmação da particularidade não é uma opção metodológica, é uma necessidade ontológica. O pensamento para reproduzir a efetividade do real tem que operar da forma como o real é em sua concreção. Negar a particularidade é suprimir a possibilidade de apresamento do concreto pela consciência e, conseqüentemente, na produção científica.²⁵⁹ Desse modo, conforme expõe Chasin,

A tomada em consideração da particularidade não é uma possibilidade ou escolha metodológica, mas uma imposição da realidade e do pensamento - que se tem de

²⁵⁶ Netto, J. P., *op. cit.*, 1989, p.145.

²⁵⁷ Lukács apud Chasin, J. *op. cit.*, 1982, p.65.

²⁵⁸ Marx, K. *op. cit.*, 1983, p.218.

²⁵⁹ A particularidade é, por conseguinte, a possibilidade ontológica de captar o ser efetivamente existente. Negá-la é subsumir tal possibilidade. Mas como o real também opera de forma particular, a sua captura é, objetivamente, uma imposição do objeto real à consciência.

assumir expressão metodológica, pois sem esta fica perdida, sem remissão no ato intelectual, a efetiva apreensão da realidade. A ciência pretendida do abandono da particularidade, se revela inconsciência, quando não se amesquinha em desciência.²⁶⁰

Essa exposição sobre a categoria da particularidade – modo como a consciência opera no sentido de captar as determinações objetivas do ser – confirma a argumentação de Netto sobre o processo de conhecimento – a sistematização da prática e (teoria) –, quando expõe que

Aqui, portanto, a sistematização de dados opera essencialmente para circunscrever um necessariamente provisório e precário campo de reflexão, mas não constitui, absolutamente, o processo teórico (mesmo que, e isto é pressuposto, ela seja teoricamente condicionada) em realidade, o processo teórico implica precisamente na ultrapassagem das abstrações (dos objetos sobre os quais se debruça a razão), na sua resolução no movimento da totalidade concreta.²⁶¹

3.2 Relação entre sistematização e reflexão teórica no processo metodológico - uma apropriação pelo Serviço Social

Para Netto, entender o debate acadêmico sobre a sistematização (da prática) e teoria em Serviço Social pressupõe tomar como parâmetro para análise as posições metodológicas fundamentais no racionalismo contemporâneo em face do conhecimento social.

²⁶⁰ Chasin, J. *op. cit.*, 1982, p.66.

Contudo, a questão da sistematização (da prática) e teoria em Serviço Social pode adquirir contornos variados face às concepções de profissão que explicam teórica e historicamente a natureza desta na sociedade. Assim, para o autor confrontam-se duas concepções de profissão, que nem sempre foram devidamente esclarecidas. De acordo com a primeira concepção, o Serviço Social é tido como profissão cujo fundamento elementar é um corpus teórico e metodológico particular e autônomo. Já a segunda concepção explicita o Serviço Social “como profissão cujo espaço socioocupacional está circunscrito na divisão social do trabalho própria da sociedade burguesa consolidada e madura”²⁶².

As concepções expostas acima são distintas; entretanto, conforme o autor, nem a primeira desconsidera a inscrição do Serviço Social na divisão social do trabalho, nem a segunda desqualifica as referências teóricas que subsidiam a profissão. Mas a “legitimação preferencial do exercício profissional”, ou seja, o desempenho da prática profissional em si as particulariza. A diferença entre ambas está em que, na primeira concepção de Serviço Social, a prática constitui um campo específico para produção do saber, como sistema de mediações, que, associado a determinadas teorias referentes àquela prática, tratada no nível da reflexão, propiciaria um conhecimento do ser social e da profissão. Na segunda concepção de profissão, ao contrário, a legitimidade do exercício da prática constitui-se independente do momento de reflexão teórica dos profissionais acerca da profissão; de outro modo, a prática desenvolve-se a partir das funções institucionais que são determinadas aos assistentes sociais no desempenho da ação.

De acordo com essa segunda concepção de profissão, o processo de reflexão e elaboração teórica do Serviço Social advém da apropriação do conhecimento das Ciências

²⁶¹ Netto, J. P., *op. cit.*, 1989, p.145-146.

Sociais e da tradição marxista, que não implica a postulação de teorias e método próprio ao Serviço Social. Não se legitima a prática, via elaboração teórica, mas a partir da inscrição dos profissionais na divisão social e técnica do trabalho. Nas palavras de Netto, “ aqui, a elaboração teórica, ao contrário do que reclama a concepção anterior, é para a legitimação (e para a fundação) da profissão, um epifenômeno”²⁶³.

As duas concepções de profissão são diferentes, porque a primeira assume uma “impostação epistemológica”, e a segunda, uma “impostação ontológica”. Contudo, acrescente-se a isso que, com frequência, coincidem e confrontam-se pressupostos teóricos e metodológicos diversos entre ambas. Em suas palavras, as distinções entre ambas as concepções de profissão aparecem da seguinte maneira:

de um lado, a prática profissional configurando um objeto particular a partir do qual a reflexão construiria um quadro teórico próprio e específico; doutro, a prática profissional oferecendo-se como terreno para a reflexão própria da racionalidade teórica das Ciências Sociais ou da tradição marxista. Em nenhuma das alternativas interdita-se a prática profissional como campo para a elaboração teórica; mas enquanto a primeira – que a concebe como fundante da profissão – pensa-a como um ramo autônomo no elenco das chamadas Ciências Sociais, a segunda translada-a para o âmbito comum dessas ciências ou do tratamento que lhe pode conferir a tradição marxista.²⁶⁴

A proposição de sistematização da prática vislumbra-se, na primeira perspectiva de “caráter epistemológico”, com um duplo requisito: primeiro, responder à prática profissional

²⁶² Cf. Idem, *ibidem*. p.148.

²⁶³ Idem, *ibidem*, p.149.

²⁶⁴ Idem, *ibidem*,

de forma racional a partir da organização e generalização da experiência profissional, que resulta na delimitação de procedimentos de intervenção para serem reconhecidos institucionalmente; segundo, a partir da caracterização da experiência, viabiliza-se o “recorte” do objeto, um passo metodológico que subsidiaria a elaboração teórica e produção específica de um saber. “É deste duplo movimento - implicando não só um instrumental heurístico, mas igualmente uma metodologia própria - que resultaria quer uma dilucidação maior da intervenção prática quanto a produção teórica do Serviço Social”²⁶⁵. A investigação seria o elemento tensionador no movimento entre sistematização da prática/teoria, que antecederia o processo reflexivo.

Essa posição é problemática, porque, historicamente, o Serviço Social realizou o processo de reflexão via apropriação dos conceitos e paradigmas das Ciências Sociais e da tradição marxista, adequando-os às finalidades da intervenção profissional. Desse modo, é complexo entender a possibilidade da construção de um conhecimento teórico específico, de caráter não-técnico, a partir de uma prática profissional que está reduzida ao espaço institucional.

Segundo destaca o autor, o processo de sistematização da prática /teoria, na primeira perspectiva (a epistemológica), opera a partir de um eixo definido – a cientificidade – , que é projetada ao Serviço Social via delimitação dos “cortes” e “recortes” do objeto, é o que se chama de construção do objeto teórico.²⁶⁶ A crítica de Netto revela-se da seguinte maneira: “a problematicidade do empreendimento termina por esgotar a teorização na sistematização

²⁶⁵ Idem, *ibidem*, p.150.

²⁶⁶ Encontramos, nessa posição profissional, a aproximação com uma perspectiva gnosiológica de conhecimento, à medida que a razão concede ao real (prática) uma legalidade própria de uma atividade lógico-formal. O conhecimento constituído reflete o posicionamento do sujeito na investigação do real, quando postula “o recorte” do objeto, negando as exigências ontológico-objetivas do ser. A subjetividade direciona, nesse

(da prática): a prática refigurada idealmente(modelo) pelo crivo analítico aparece como sucedâneo da teoria”²⁶⁷.

A segunda perspectiva (a ontológica), que “concebe a profissão fundada na divisão social do trabalho,”²⁶⁸ entende de forma distinta a relação sistematização(da prática)/teoria. Essa perspectiva nega por completo a possibilidade de construção e da existência de uma teoria do Serviço Social. A referência é de que o Serviço Social lida com teorias, conceitos e métodos das Ciências Sociais e da tradição marxista reorganizadas “sincreticamente” para atender às exigências da prática profissional. Assim, a relação sistematização(da prática)/teoria, ou melhor, os processos sistematizadores são orientados a partir das demandas da prática, que impõem a necessidade de novos referenciais teóricos e recondução da pesquisa, com vista a apontar limites no espaço do arsenal de procedimentos técnicos. Mas esses processos não são apreendidos como resultantes da elaboração teórica; antes são concebidos como elementos constitutivos e necessários para reordenar e regular a intervenção do profissional na realidade. Tais elementos remeterão ao momento teórico subsequente, situado para além da imediatez da prática profissional, que exige a interlocução com as Ciências Sociais ou com a tradição marxista. Para finalizar, o momento teórico “constitui, como elaboração teórica estrita, tarefa precípua de uma instância de reflexão que não é componente orgânico e sistemático da intervenção profissional”²⁶⁹.

Nessa segunda perspectiva, o autor deixa clara a distinção entre processos sistematizadores e elaboração teórica. Considera sistematização os procedimentos metodológicos(momentos da investigação: levantamento de dados, mapeamento, diagnóstico)

sentido, o processo de conhecimento do ser. Sobre a crítica a essa perspectiva gnosiológica, que postula “a construção do objeto”, ver Tonet, Ivo, *op. cit.*, 1995.

²⁶⁷ Idem, *ibidem*.

²⁶⁸ Idem, *ibidem*, p.151.

necessários para organizar e normatizar a intervenção, como também pode sugerir a emergência de novos fenômenos na prática, que são suscetíveis de análise e elaboração teórica. Contudo, qualifica a elaboração teórica um momento que é exterior à prática institucional, que carece da interlocução com as Ciências Sociais e com a tradição marxista. Isto quer dizer que a elaboração teórica tem a prática profissional como referência necessária, mas esse processo de elaboração exige distanciamento no âmbito da abstração²⁷⁰, uma vez que não se limita à prática imediatamente dada. Sobre isso, assevera Netto que “[...] este momento [elaboração teórica] inscreve-se para além do Serviço Social (que a ele deve recorrer sistematicamente) : constitui, como elaboração teórica estrita, tarefa precípua de uma instância de reflexão que não é componente orgânico e sistemático da intervenção profissional”²⁷¹.

Pelo exposto, pode-se afirmar que, de acordo com a primeira posição metodológica, o processo de elaboração teórica na profissão advém da sistematização da prática, enquanto a segunda posição postula a não-existência de uma teoria e metodologia própria do Serviço Social; e, que o processo de sistematização da prática advém de uma necessidade da prática institucional, mas que não é suficiente para a elaboração teórica. A prática institucional serve apenas de referência para a reflexão teórica, não sendo nela mesma que se efetiva o processo de conhecimento.

O autor ressalta que, para o aprofundamento da discussão da sistematização(da prática) e teoria em Serviço Social, se faz necessário pontuar os elementos centrais que envolvem o debate da metodologia, a saber:

²⁶⁹ Idem, *ibidem*, p.152.

²⁷⁰ Por abstração recupera-se o sentido de mediação no processo de conhecimento.

²⁷¹ Netto, J. P. *op. cit.*, 1989, p.152.

a) a explicitação rigorosa da referência teórica a que pretende aderir (teoria como modelo compreensivo do processo social ou teoria como reprodução ideal do movimento real do ser social); b) conseqüente elaboração dos pressupostos e decorrências implicados na opção contida na relação teoria-método, no universo categorial e nos instrumentos heurísticos; c) a clarificação da concepção que se sustenta do Serviço Social e a natureza dos procedimentos que a sua prática profissional exige; d) a determinação, a mais nítida possível, das relações entre o eventual saber produzido ou a produzir-se a partir da prática profissional do Serviço Social e a elaboração própria das Ciências Sociais e da tradição marxista; [dentre outros].²⁷²

Segundo Netto, para que a discussão sobre sistematização (da prática) e teoria em Serviço Social torne-se fecunda, na profissão, é preciso considerar os elementos centrais acima citados em seu texto. No que se refere ao primeiro elemento, o autor chama atenção para a necessidade de uma explicitação rigorosa da referência teórica de que a profissão pretende se apropriar, seja uma teoria baseada num modelo de compreensão do processo social, seja uma teoria que reproduz intelectivamente o movimento real do ser social. No que diz respeito, a primeira referência teórica, o fenômeno social é tomado em sua imediatez, se fundamenta no pressuposto de que o movimento real é reflexo de uma construção subjetiva; isso quer dizer que o pensamento sistematiza os dados imediatamente constatáveis na realidade. A razão orienta o processo de captura do concreto, a partir do imediato, do que está posto no real. Nesse sentido, resume-se ao empiricamente dado à medida que sistematiza, ordena os dados e formaliza num conhecimento teórico, que é determinado pelo movimento da razão. A razão confere, desse modo, ao real uma legalidade que não lhe é própria.

²⁷² Idem, *ibidem*.

No que diz respeito à segunda referência teórica, o movimento do ser é capturado a partir do concreto. A teoria é construída a partir da reprodução intelectual do objeto real. Nesse processo de conhecimento, o pensamento procura reproduzir a efetividade do objeto, que não significa uma mera representação do imediato à medida que objetiva respeitar a legalidade do real, na sua forma particular. Implica apreender o movimento dinâmico e complexo do ser, que vai da passagem da representação caótica do todo, do empiricamente dado até às abstrações determinadas, o concreto pensado. Tal perspectiva analisa o real do ponto de vista ontológico, respeitando as determinações particulares do ser.

O segundo elemento, destacado por Netto, ressalta uma conseqüente elaboração teórica profissional que tome como referência uma relação teoria/ método. A partir das perspectivas teóricas acima expostas, convém considerar que a relação teoria/método, na primeira perspectiva, se constitui numa operação lógico-formal; a razão, a partir da análise dos fenômenos sociais ou naturais, confere-lhes uma legalidade que não lhes é própria. Noutros termos, o objeto do conhecimento é, desse modo, resultado de um recorte ideal da realidade. Na segunda perspectiva, a natureza da relação teoria/método é ontológica, a razão procura capturar o concreto em sua forma particular, objetiva; ou seja, o processo de conhecimento toma como base o objeto real.

Com relação ao terceiro elemento, Netto ressalta que, no debate da sistematização da prática(teoria), se faz necessário explicitar a concepção de Serviço Social e a natureza dos procedimentos metodológicos. Para o autor, existem duas concepções de profissão, conforme citamos anteriormente: uma, que pressupõe o Serviço Social inscrito na realidade a partir de um arcabouço teórico-metodológico específico e autônomo, produzido no momento da intervenção; e outra, que entende a gênese do Serviço Social a partir de sua inscrição na

divisão social do trabalho na sociedade capitalista na fase monopolista, que se origina para responder às determinações do espaço socioocupacional. Essa segunda concepção não pressupõe uma teoria e metodologia peculiar à profissão. Os conhecimentos produzidos derivam, então, da aproximação das Ciências Sociais e da tradição marxista ao longo da trajetória profissional. Ambas as perspectivas não negam a influência desses pressupostos teóricos; contudo, a primeira concepção concebe a prática profissional como fundante do conhecimento do Serviço Social, enquanto a segunda analisa a prática profissional a partir do pensamento social contemporâneo.

Nesse sentido, consideramos que o autor expõe o processo de elaboração teórica(sistematização da prática e teoria em Serviço Social), tomando como referência as posições metodológicas do racionalismo contemporâneo de forma criteriosa. Sua argumentação teórica é precisa e posiciona-se orientado por uma perspectiva ontológica. Trata à questão da metodologia, desenhando teoricamente as formas peculiares de apreensão da objetividade social, à medida em que afirma que a primeira posição metodológica, herdeira do modelo compreensivo, recupera o objeto real em sua manifestação empírica, ou seja, a realidade é apreendida em sua forma fenomênica, contemplativa. E ressalta que a segunda posição metodológica, que deriva da vertente crítico-dialética, procura capturar idealmente “o movimento imanente do processo objetivo”. A objetividade social é apreendida em sua manifestação particular, real, sob a forma de concreto pensado. Em outros termos, tal postura metodológica procura capturar o objeto real em sua processualidade histórica do ponto de vista da totalidade.

Assim, Netto postula que as diferentes incursões teóricas do Serviço Social, que derivam dessas posturas metodológicas acima expressas, fazem uma leitura da realidade e da

própria profissão a partir de uma perspectiva que se afasta do mundo e de outra que se aproxima da objetividade social.

Por fim, a diferença de seu texto para os demais consiste em que argumenta teoricamente as diferenças entre as posições metodológicas no racionalismo contemporâneo, e afirma o pressuposto ontológico enquanto única possibilidade de apreender o ser em suas conexões essenciais. Desse modo, sua exposição avança na crítica e superação de uma metodologia tradicional do Serviço Social, que é pautada no resgate dos fenômenos singulares na realidade, à medida que explica ontologicamente a diferença entre uma perspectiva lógico-formal e uma perspectiva crítico-dialética, argumentando que esta segunda perspectiva conduz à apreensão objetiva do ser, não enquanto uma verdade absoluta, dogmática, intrínseca ao método, mas enquanto possibilidade real. A questão da metodologia, no texto em análise, expressa o caráter de complexidade que lhe é inerente, superando a simples associação do estatuto de metodologia aos procedimentos operativos profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Orientada por uma perspectiva de historicidade, procuramos apreender a questão da metodologia no Serviço Social, a partir da recuperação de posições metodológicas profissionais herdeiras da tradição marxista no debate da metodologia no Serviço Social da década de 80, para responder em que medida tal debate aponta para a superação da metodologia tradicional. Isto nos levou a caminhar pela história do Serviço Social, no Brasil, e retomar suas bases teóricas, que caracterizaram a peculiar aproximação dessa profissão com as matrizes metodológicas do pensamento social contemporâneo – as Ciências Sociais e a teoria social de Marx.

Conforme foi destacado neste trabalho, é no momento atual, de crise do racionalismo contemporâneo no mundo da pós-modernidade e da “globalização” econômica, que se confrontam perspectivas metodológicas para explicar as complexas transformações societárias²⁷³ e apontar as possíveis alternativas para a produção do conhecimento na esfera da reprodução social. As causas, conteúdo e repercussão dessa crise da razão na sociedade, são as mais diversas. Em se tratando da reflexão emergem posições variadas: as que analisam a crise a partir dela mesma, limitando-se ao universo teórico,²⁷⁴ argumentando a insuficiência da

²⁷³ As transformações sociais na contemporaneidade engendram, conforme já fizemos referência na primeira parte desta dissertação, o fenômeno da reestruturação produtiva, a globalização das relações econômicas, a crise no mundo trabalho, a revolução tecnológica. Com isso, tais fenômenos implicam a reprodução ampliada da miséria, a manutenção das desigualdades sociais e uma reviravolta nas concepções culturais, éticas, políticas, morais e científicas. São, desse modo, mudanças substantivas que alteram as relações sociais e a forma de a subjetividade se posicionar no mundo.

²⁷⁴ Sobre isso nos diz Carvalho que “é o desencanto com os sistemas de pensamento e ação modernas – ciência, arte, ideologia, ética, política – que, nos seus impasses e paradoxos, parecem não oferecer saída para os dilemas da vida contemporânea”. Carvalho, Alba P. “O desafio contemporâneo de fazer ciência: em busca de novos caminhos/ descaminhos da razão.” In: *Serviço Social e Sociedade*, n.48. São Paulo: Cortez, 1995, p.5-6.

razão em apreender a problemática social na totalidade, e as posições que procuram explicar a crise tomando como parâmetro a dinâmica das transformações sociais.

Nesse contexto de crise da racionalidade no mundo contemporâneo sobressaem perspectivas metodológicas voltadas para “interpretar o mundo” a partir do resgate dos fenômenos singulares, cujo suposto básico é a negação da perspectiva de totalidade, de universalidade da ciência moderna, que “configura-se, pois, na rejeição às ‘Grandes Teorias’ consubstanciadas na modernidade, vistas como incapazes de, na sua generalidade, explicar e, sobretudo, compreender a dinâmica da realidade no mundo contemporâneo, marcado por redefinições de cenários e sujeitos.[...]”²⁷⁵. A razão se vê, então, pressionada a reproduzir controvertidas teorias, trilhando o caminho das posições teóricas dominantes que recuperam, apenas, o modo como a sociedade se manifesta. Dentre essas controvertidas teorias racionalistas que têm em comum um substrato lógico-formal, segundo fizemos referência nessa dissertação, destacamos o neopositivismo de Popper, o estruturalismo de Althusser. Essas teorias, de forma diversa, não superam os limites de uma compreensão gnosiológica da problemática da racionalidade.²⁷⁶

Popper, com seu método experimental, parametrado pela “engenharia gradual” e “tecnologia de ação gradual”, procura explicar que o método é “um meio de aquisição de conhecimento a partir da comparação dos resultados esperados com os resultados obtidos”²⁷⁷. Com isso, demonstra que a objetividade científica só pode ser alcançada via teste de hipóteses,

²⁷⁵ Idem, *ibidem*, p.6-7.

²⁷⁶ Não queremos, com o destaque a essas propostas metodológicas, reduzir o debate da racionalidade contemporânea a três pensadores; apenas, ressaltamos o significado de suas obras na discussão atual das Ciências Sociais enquanto expressão de uma perspectiva gnosiológica. Dentre as inúmeras propostas metodológicas que se destacam na contemporaneidade temos o marxismo analítico, interacionalismo simbólico, etnometodologia, desconstrutivismo, teoria do gênero, adordagem culturalista que de forma diversa também refletem uma perspectiva centrada na subjetividade.

²⁷⁷ Popper, K. *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix / USP, 1980, p.6-7.

da experimentação de objetos singulares; e a razão, por sua vez, procura dar um ordenamento lógico aos dados que foram obtidos pela investigação científica, comprovando teoricamente a validade da experiência.

Althusser, por sua vez, herdeiro da tendência formalista, afirma que só é possível conhecer e produzir conhecimento no campo da “prática teórica”, à medida que o objeto do conhecimento só é cognoscível quando situado numa estrutura teórica definida de uma dada disciplina, que se distingue do objeto real. Seu método não ultrapassa os limites de uma operação lógico-formal, pois confere aos fenômenos investigados uma explicação que a razão lhe concede exteriormente. O posicionamento metodológico althusseriano está inteiramente condicionado ao rigor lógico-formal do conhecimento, a reflexão sobre o objeto se resume à construção de categorias teóricas que expliquem o objeto do conhecimento. Com isso, está descartada a possibilidade de apreender o objeto real porque, para ele, a teoria não é capaz de explicar o que está fora de seu campo de conhecimento - a esfera teórica.²⁷⁸

Apesar das diferenças entre essas duas proposições metodológicas, seja no campo do empirismo ou no campo do formalismo, é notória a predominância da racionalidade formal-abstrata, ou melhor, do domínio da subjetividade sobre o processo de conhecimento. Ressaltamos tais proposições para demonstrar que, nessas, a teoria sobrepõe ao objeto real, à medida que a subjetividade detém o controle sobre a sistematização e reflexão sobre o objeto. O objeto, por sua vez, não é reconhecido enquanto objeto real; é objeto do conhecimento, reflexo de uma construção teórica.

Contrária a essas posições, emerge na racionalidade contemporânea uma proposição metodológica compatível com a perspectiva de base ontológica, que constitui a referência de

análise desse estudo – a ontologia do ser social de Lukács. A configuração teórica dessa proposição se contrapõe às perspectivas de base gnosiológica à medida que o processo de conhecimento se estrutura a partir das requisições da objetividade, ou seja, a atividade intelectual é presidida por uma determinação do ser, por uma imposição do ser que requisita a reprodução intelectual dos fenômenos sociais que o constituem.²⁷⁹

Essa breve exposição sobre a crise da racionalidade contemporânea sintetiza as duas matrizes metodológicas distintas no processo de conhecimento do ser social, das quais tratamos no decorrer da dissertação distintas: a matriz de *base gnosiológica* (racionalidade lógico-formal) e a matriz de *base ontológica* (racionalidade crítico-dialética), as quais constituem formas peculiares de apreender o real.

Na primeira matriz, herdeira da tradição neokantiana e do positivismo, a razão opera no sentido de interpretar os fenômenos sociais(objeto) em sua manifestação empírica, resgatando seus aspectos singulares através da descrição, seleção e organização dos dados; e, dessa sistematização do material empírico, procede a reflexão teórica e se constrói um modelo formal-abstrato que explica o ser. A teoria que advém desse processo de conhecimento reproduz as conexões funcionais dos fenômenos investigados (manifestação empírica), as quais são entendidas como sua verdade imanente. Assim, a operação científica realizada confunde o ponto de partida do conhecimento (procedimentos sistematizadores) com o ponto de chegada (a elaboração teórica), não superando, desse modo, os limites empíricos dos fenômenos.

²⁷⁸ Ver a respeito Balibar, E.e Althusser, L. “De el capital a la filosofia de Marx.” Prefácio a *Para leer el capital*. Argentina: Siglo Vientiuno, 1969.

²⁷⁹ As bases da posição metodológica lukaciana encontramos em sua obra *Estética*, quando procura expressar a “lógica da particularidade” – o modo mais genérico pelo qual a subjetividade procede para conhecer o real –, considerando também que o real opera de forma particular, por isso que é possível o pensamento capturá-lo concretamente.

Na segunda matriz, herdeira da racionalidade crítico-dialética, a razão realiza o processo de conhecimento, tomando como ponto de partida os fenômenos sociais em sua manifestação empírica enquanto um todo caótico e desfigurado. A razão faz uso dos procedimentos sistematizadores e procura recuperar os aspectos gerais e singulares dos fenômenos para chegar ao concreto. Dando continuidade ao processo, a subjetividade inicia a reflexão que, via intuição e razão, opera uma representação dos fenômenos (todo) chegando a uma determinação mais precisa - as abstrações simples. A partir dessas abstrações simples, porém mais determinadas, essa subjetividade realiza o movimento em sentido contrário, indo das abstrações mais gerais e determinantes até alcançar o concreto (um complexo de relações numerosas, a síntese do processo de conhecimento). Esse processo revela o movimento dinâmico da razão em busca de apresar o real, uma possibilidade concreta de superação da imediatez dos fenômenos singulares.

Ao configurarmos o movimento da razão nessas matrizes metodológicas, queremos com isso revelar a distinção substantiva entre os processos metodológicos. Na primeira matriz, temos o predomínio da lógica, a determinação do conhecimento sobre o ser, sem superar a singularidade do fenômeno, enquanto na segunda matriz temos o predomínio do ser, uma reconstrução do objeto que se revela sob a forma de concreto pensado, o alcance das complexas determinações que constituem o ser social.

Contudo, vale observar que a recuperação desse processo de conhecimento do ser, no debate da metodologia pelo Serviço Social, só foi possível em decorrência da histórica interlocução dos profissionais com a tradição marxista ensaiada no movimento de renovação na década de 60, que permitiu à profissão questionar a metodologia tradicional e os substratos teóricos que a constituíam. Esse diálogo complexo é marcado, inicialmente, pela apropriação

dos manuais políticos do “marxismo oficial”(Mao Tse Tung, Lênin, Trotsky) para caracterizar o posicionamento político-profissional contrário à vigência da autocracia burguesa na América Latina. Mas é principalmente na década de 70, na continuidade desse diálogo, que se estabelece uma tensão entre o ideário das propostas revolucionárias de transformação da ordem burguesa e os recursos teóricos disponíveis para apreender o movimento da sociedade e da profissão nela inserida. Esse período é marcado pela associação sincrética dos anseios da militância ao epistemologismo althusseriano com a ausência da teoria social de Marx. Porém, nesse momento, o debate sobre a cientificidade na profissão, sobre a necessidade de novos referenciais para subsidiar a intervenção, marcou o início de uma profícua discussão acerca da metodologia do Serviço Social.²⁸⁰

Mais adiante, com o processo de revisão da formação profissional que propunha a crítica à herança tradicional e a definição de um novo padrão técnico-científico, os profissionais reconhecem “a insuficiente apreensão do método crítico-dialético”, que seria um dos elementos que justificaria a problemática relação teoria/prática na prática profissional. Para responder ou para compreender essa dificuldade, a questão da metodologia tornou-se o centro do debate teórico na profissão.

Diante dessas necessidades, foi desenvolvida pela ABESS²⁸¹ uma pesquisa sobre o ensino da metodologia na universidade brasileira, que procurou superar os antigos dualismos profissionais – teoria/metodologia, Serviço Social reconceituado/ Serviço Social tradicional – e apontar uma nova concepção de metodologia “enquanto [possibilidade] de conhecimento da realidade”, a qual rompesse com a concepção tecnicista tradicional que reduzia o estatuto de metodologia aos procedimentos técnicos (estratégias de intervenção, modelos e técnicas de

²⁸⁰ Uma expressão significativa desse processo foi a experiência do método “BH”.

intervenção). Os resultados dessa pesquisa geraram o debate da metodologia no Serviço Social que instigou a exposição dos referenciais metodológicos de grupos afetos à tradição marxista sobre a existência ou não de uma teoria e metodologia da profissão. Tal debate refletiu o ponto central da polêmica profissional, na década de 80.

Nesse debate sobre a metodologia, os protagonistas expõem posições diversas sobre a relação teoria/ prática e sobre método. Essa diversidade de posicionamentos nega o consenso teórico, ideológico que foi historicamente cultivado pelo Serviço Social Tradicional; aponta ainda que a natureza do debate extrapola a polaridade entre conservadores/renovadores, visto que ultrapassa o limite interprofissional e alcança um estatuto científico. Nesse sentido, as diferenças que emergem no debate revelam o modo como foram apropriados os referenciais teóricos da tradição marxista, os quais superam a definição técnico-instrumental de procedimentos operativos.

Vimos, na primeira parte deste trabalho, que a questão da metodologia, das suas origens e da profissionalização do Serviço Social no Brasil apresenta diferenças e similaridades. A diferença é que os princípios ético-abstratos do tomismo, que fundamenta o Serviço Social em suas origens, estão consubstanciados numa perspectiva metodológica que analisa a realidade baseada num julgamento moral, subjetivo, asséptico (desprovido do caráter de classe) da problemática social. Essa perspectiva metodológica prioriza uma compreensão valorativa, ideológica, dos fenômenos singulares, abstraindo-os das relações sociais complexas que constituem a realidade, os quais inscrevem uma prática profissional de caráter doutrinário e confessional, enquanto os referenciais teóricos funcionalistas, orientados por princípios de integração e adaptação social, presente na institucionalização do Serviço Social, propiciam

²⁸¹ Ver a análise da pesquisa referida na primeira parte deste trabalho.

uma apreensão racional, técnico-científica dos problemas sociais. A questão da metodologia, nessas perspectivas, evolui de uma abordagem ético-valorativa para uma abordagem racional-instrumental. Contudo, essas duas perspectivas, a tomista e a funcionalista, têm em comum o suposto teórico de manutenção e regulação da ordem capitalista. E, principalmente, ambas as perspectivas, ainda que por caminhos diferentes, são herdeiras de uma racionalidade formal-abstrata que analisa os fenômenos em sua manifestação empírica e os ordena segundo uma operação lógico-formal, constituindo um modelo compreensivo sem remetê-los à totalidade. Nesse sentido, a racionalidade formal-abstrata constitui o substrato metodológico do Serviço Social de enfoque tradicional, que predomina nas origens e institucionalização da profissão no Brasil.

Identificamos, na segunda parte deste trabalho, a partir da análise dos textos, que neles residem posições metodológicas diferentes. Os protagonistas do debate da metodologia analisados nesses trabalhos – Nobuco Kameyama, Marilda Iamamoto e José Paulo Netto – partem do pressuposto da não-existência de uma teoria e metodologia próprias ao Serviço Social, profissão, que segundo esses autores, se fundamenta no conhecimento oriundo das Ciências Sociais e da tradição marxista. Com isso, afirmam que a produção do conhecimento no Serviço Social não deriva de um arcabouço teórico particular. O saber profissional se constitui a partir do conhecimento incorporado das matrizes do pensamento social. Também são unânimes em reconhecer que a teoria social de Marx é a única teoria que recupera a totalidade complexa do ser, e que põe a transformação social como elemento básico da atividade humana, da práxis.

No que se refere às questões básicas que norteiam o debate, os autores desenvolvem suas idéias e procuram argumentá-las segundo uma dada concepção metodológica. Kameyama,

por exemplo, salienta aspectos importantes do debate metodológico: a relação teoria/prática e a concepção de metodologia. Apesar de a autora reconhecer a unidade indissolúvel entre teoria e prática no processo de conhecimento do ser, apresenta dois argumentos conflitantes para explicar a dicotomia teoria e prática que se constituiu historicamente na profissão. O primeiro argumento, de natureza gnosiológica, é de que a fratura entre teoria e prática na profissão seria resultante da compreensão do que significam teoria e prática na teoria marxiana; a teoria determinaria o modo de captar a relação entre ambos. O segundo argumento, de natureza ontológica, é de que há uma distinção entre ser e consciência, mas que ambos formam uma unidade indissolúvel no processo de conhecimento e transformação do real.

No entanto, mesmo tendo apontado um argumento ontológico, a autora não demonstra que a explicação da dicotomia teoria e prática apropriada pelo Serviço Social está nas condições histórico-objetivas de reprodução da profissão na sociedade, ou seja, na inscrição do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho para responder às demandas imediatas da sociedade. Essa consideração epistemológica sobre a dicotomia teoria e prática na profissão, expressa em Kameyama, confirma nossa tese de que a metodologia tradicional não é superada, na medida em que a racionalidade formal-abstrata que preside tal metodologia é reposta sob novas bases nesse debate.

Com relação à concepção de metodologia, Kameyama faz a crítica à fragmentação entre metodologia do conhecimento e metodologia da ação. Contudo, apresenta uma concepção de metodologia enquanto operação lógico-formal à medida que associa o conhecimento abstrato (relação sujeito/objeto) ao objeto particular de uma prática. Trata de forma instrumental a questão do método, quando relaciona a teoria ao domínio dos instrumentos técnico-operativos, configurando uma nova concepção de metodologia do

conhecimento. O domínio da teoria marxista, para Kameyama, é fundamental para que se dê conta da intervenção profissional. Entretanto, a leitura gnosiológica da teoria marxista conduz ao tratamento gnosiológico da questão da metodologia no Serviço Social. Em sendo assim, está longe na sua exposição a consideração da metodologia como modo de apreender o ser.

Em Iamamoto, observamos que a autora apresenta as bases metodológicas da herança intelectual da profissão, considerando-as elementos fundamentais para entender a “leitura” que os profissionais fazem sobre o Serviço Social. Da herança intelectual derivam duas concepções de profissão: a primeira concepção explica o Serviço Social como disciplina científica que é capaz de produzir conhecimento sobre o ser; a segunda concepção afirma o Serviço Social como disciplina de intervenção, que se inscreve na realidade para responder às demandas da prática.

A partir dessas concepções de profissão derivam duas concepções de metodologia: da primeira se estruturaria uma “metodologia da ação”, ou seja, um conjunto de procedimentos de intervenção que permitiria a passagem da teoria à prática; da segunda se constituiria uma concepção de metodologia enquanto um modo de conhecer e explicar o ser social. Embora se aproprie dos pressupostos marxianos para explicar as diferenças entre duas concepções de profissão, contraditoriamente, Iamamoto expõe uma concepção de metodologia enquanto “modo de ler , interpretar e estabelecer uma relação com o ser social” e, outra concepção de metodologia enquanto modo de apreender o ser. Nesse momento, aponta, também, a necessidade de superar a associação do conceito de metodologia aos procedimentos operativos. Desse modo, por um lado avança na discussão da metodologia quando reconhece a necessidade de não reduzir metodologia aos mecanismos técnicos, e, por outro, permite transparecer o limite da discussão quando define metodologia enquanto ângulo de visibilidade

do sujeito sobre a realidade. Ao pressupor metodologia como campo de visibilidade do sujeito ao qual é dada a capacidade de interpretar o objeto, aproxima-se de Althusser e se afasta da possibilidade de explicação do ser a partir de suas determinações objetivas. Iamamoto apresenta, então, duas concepções de metodologia: a primeira tem um fundamento ontológico (o objeto rege o conhecimento), e a segunda tem um suposto gnosiológico (o conhecimento define o objeto). Esse segundo conceito remete à matriz da racionalidade formal-abstrata, à medida que a metodologia reflete uma operação lógico-formal – “modo de ler e interpretar o real”.

Netto, por sua vez, centra sua exposição sobre o processo de sistematização e reflexão teórica, para depois explicar o processo de sistematização da prática(teoria) do Serviço Social. De forma diferenciada, esse autor recupera as duas matrizes metodológicas do racionalismo contemporâneo e explica o modo distinto como o processo de conhecimento se realiza. Marca no debate uma posição metodológica com base na ontologia, que se opõe à perspectiva gnosiológica, à medida que afirma teoricamente os pressupostos ontológicos enquanto única possibilidade efetiva de reprodução do ser em sua integralidade. Com isso, avança em termos da superação de uma metodologia tradicional, conferindo validade ao argumento principal de nossa tese. Para ele, metodologia é processo de reprodução intelectual da realidade. É o processo em que a razão procura resgatar a objetividade do ser em sua totalidade complexa, tendo como referência o próprio ser. Em sendo assim, entende-se que tal processo metodológico não é peculiar a uma dada profissão, não se produz teoria apenas a partir da organização do material empírico, mas de um movimento analítico abstrato em que extrapole o aparentemente constituído para alcançar a legalidade do real. Por fim, Netto recupera a concepção de objetividade social em Marx, postulando que a razão pode capturá-la, a partir de

um movimento de aproximação sucessiva que não significa chegar a um conhecimento absoluto do real.

Ao contrário das posições metodológicas anteriores expressas nos textos de Kameyama e Yamamoto, que nos remete a uma racionalidade formal-abstrata, substrato básico da metodologia tradicional da profissão, Netto define metodologia no campo de uma racionalidade crítico-dialética. Nesse sentido, expõe, no debate da metodologia, os limites teórico-explicativos da racionalidade formal-abstrata, construindo uma crítica substantiva às bases tradicionais da profissão. O debate da metodologia, se de um lado não supera a herança tradicional, visto que mantém uma postura gnosiológica nas concepções de metodologia, de outro avança na crítica às bases metodológicas do Serviço Social quando expõe uma concepção ontológica de metodologia.

A partir desse debate da metodologia, com a apropriação dos pressupostos ontológicos, o Serviço Social apresenta mais possibilidades de apreender as complexas transformações na sociedade contemporânea e superar as análises singulares que são tributárias da herança conservadora profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABESS. *A metodologia no Serviço Social*. Caderno ABESS nº 3. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. In: *Serviço Social e Sociedade nº 50*, São Paulo: Cortez, 1996.
- ABRAMIDES, M.B.C e Cabral, M.S.R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- AGUIAR, Antônio G. de. *Serviço Social – Das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, 1985.
- ALAYON, Noberto et alii. *Desafio Al Serviço Social*. Buenos Aires: Humanistas, 1976.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologias e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1970.
- AMANN, Safira B. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1987.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BALIBAR, E. & ALTHUSSER, L. “*De el Capital a la filosofia de Marx*”: Prefácio para leer el Capital. Argentina: Siglo Veintinuno, 1969.
- CARDOSO, F.H. e FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARDOSO, Franci G. *Organização das Classes Subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez/Edufama, 1995.
- CARDOSO de Mello, J.M. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARDOSO, M.L. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK- JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, Alba Maria P. de. *A questão da Transformação e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1986.
- CARVALHO, R. “Modernos Agentes de Justiça e da Caridade: Notas sobre a Origem Do Serviço Social no Brasil”. In: *Serviço Social e Sociedade nº 2*. São Paulo: Cortez, 1980.
- CBCISS. *Documentos*. Rio de Janeiro: Agir, 5ª edição, 1986.

CELATS, *Serviço Social Crítico: problemas e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1985.

CHASIN, J. "Lukács: vivência e reflexão da particularidade". In: *Escrita/Ensaio n° 9*, 2ª ed., São Paulo: Escrita, 1982.

_____. *Superação do Liberalismo*, 1988.(mimeo)

FALEIROS, Vicente de P. "Confrontos Teóricos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina". In: *Serviço Social e Sociedade n° 24*. São Paulo: Cortez, 1987.

GALPER, Jeffry. *Política Social e Trabalho Social*. São Paulo: Cortez, 1986.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. "Assistência Social: profissional da coerção e do consenso?". In: *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. "A questão da metodologia no Serviço Social". In: *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. "Divisão do Trabalho e Serviço Social". In: *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *O Debate Contemporâneo na Reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo*. Rio de Janeiro: 1992. (mimeo).

IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1985.

JUNQUEIRA, Maria H. I. "Quase duas décadas de reconceituação no Serviço Social: uma abordagem crítica". In: *Serviço Social e Sociedade, n° 4*. São Paulo: Cortez, 1980.

KAMEYAMA, Nobuco. "Concepção de teoria e metodologia". In: *Caderno ABESS n° 3 – Metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1989.

LEROUX, J. V. *Trabalhador Social – Prática, Hábito, Ethos, Formas de intervenção*. (Tradução René de Carvalho). São Paulo: Cortez, 1986.

LESSA, S. *Sociabilidade e Individuação*. Maceió: EDUFAL, 1995.

_____. *Ontologia e Método: em busca de um(a) pesquisador interessado(a)*. 1997.(mimeo)

LIMA, M. H. de Almeida. *Serviço Social e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Cortez, 1987.

LUKÁCS, G. *Estética*. V.3, Barcelona – México: Grijalbo, 1967.

_____. “II Lavoro”. In: *Per una Ontologia dell’ Essere Sociale*. V.II*. Roma: Riuniti, 1976.

_____. “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”. In: *Temas de Ciências Humanas n.º 4*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. *Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx: ontologia do ser social*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. “Marxismo e questões do método na Ciência Social”. In: *Lukács: Sociologia*. Organizador José P. Netto: (Tradução Carlos N. Coutinho). Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, Maria L. *Identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1993.

MARX, K. & ENGELS, F. “Teses Ad Feurbach”. In: *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, K. Terceiro Manuscrito – Propriedade Privada e Trabalho. In: *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Apud Fromm, Erich. Conceito Marxista de Homem. Rio de Janeiro: Zahar, s/d.

_____. Introdução à Crítica da Economia Política (item 3). In: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *A Sagrada Família*. São Paulo: Moraes, 1987.

MOORE, Wilbert. O funcionalismo. In Bottomore, Tom e Nisbert, Robert. *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

NETTO, José P. “A crítica conservadora à Reconceptualização”. In: *Serviço Social e Sociedade n.º 5*, Ano II, São Paulo: Cortez, 1981.

_____. “Projeto de investigação: a formação do assistente social no Brasil. Determinantes históricos e perspectivas”. In: *Serviço Social e Sociedade n.º 14*. Ano V. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. In: *Serviço Social e Sociedade n.º 30*. São Paulo: Cortez, 1989.

- _____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- NETTO, José P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. “Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. In: *Serviço Social e Sociedade nº 50*. São Paulo: Cortez, 1996.
- PANIAGO, Cristina. “Possibilidade Ontológica do Conhecimento”. In: NOLASCO, C. *Habermas e Lukács: Método, Trabalho e Objetividade*. Maceió: EDUFAL, 1996.
- PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social*. São Paulo: Cortez; Belém, Pa: Universidade da Amazônia, 1995.
- SANTOS, Leila L de. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1985.
- SILVA, Maria de G. de O. *Ideologia e Serviço Social: reconceituação latino – americana*. São Paulo: Cortez, 1983.
- SILVA & SILVA, Maria O. *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico – metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros* (uma crítica ao pensamento de Althusser). Tradução de Waltesin Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TONET, Ivo. “A crise das Ciências Sociais”. In: *Serviço Social e Sociedade nº 41*. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. “O pluralismo metodológico: um falso caminho”. In: *Serviço Social e Sociedade nº 48*. São Paulo: Cortez, 1995.
- VASQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. MARX, K. & ENGELS, F. Teses Ad Feurbach. In: *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.